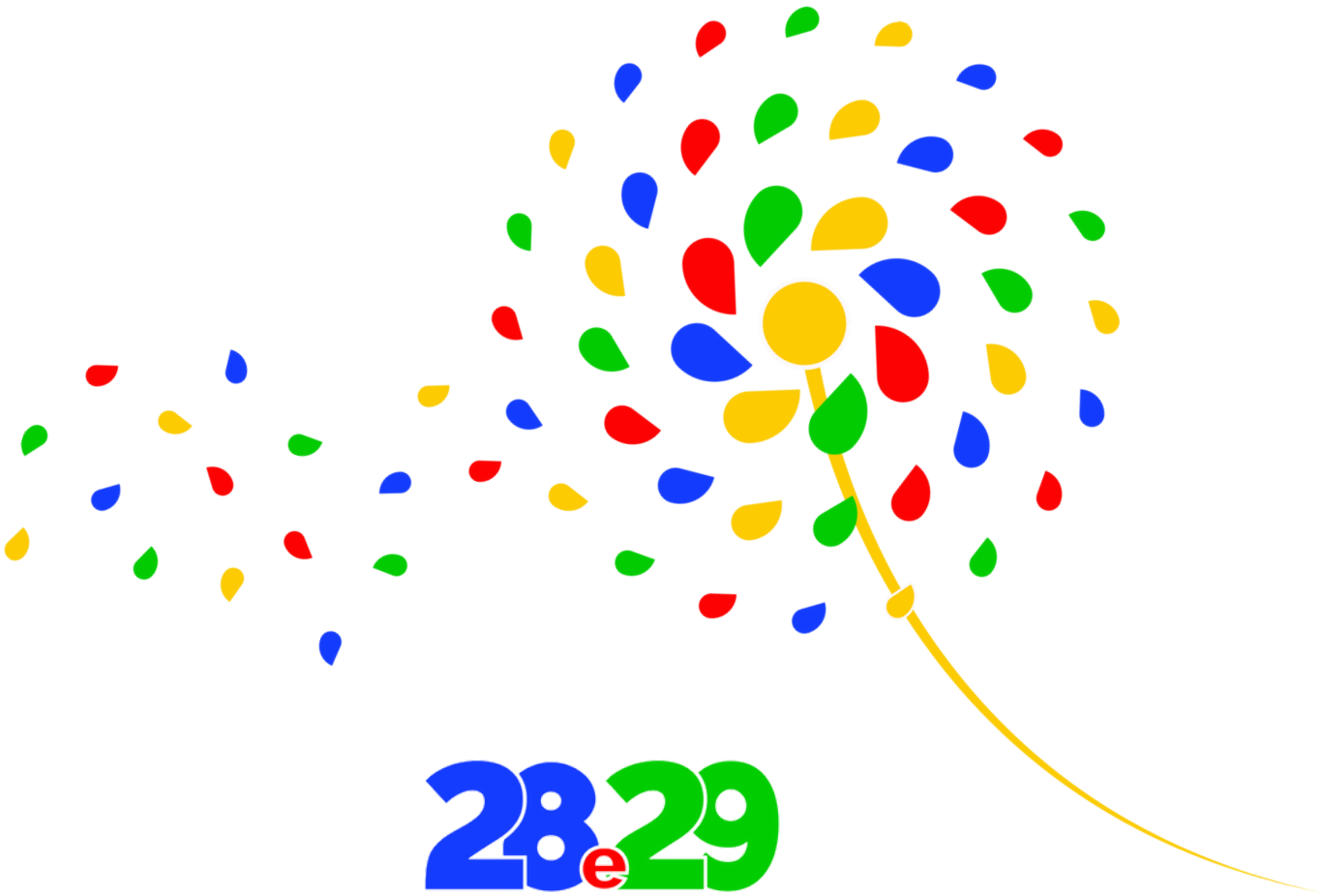
ANAIS

Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades

com Profissionais da Educação Básica

CARTAS PEDAGÓGICAS



28 e 29 de Janeiro de **2025**

Uberlândia - MG

Apoio: CEAD FAU

Realização: Curso de Educação em Direitos Humanos e Diversidades · PROEXC · Universidade Federal de Uberlândia · MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO · GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

REALIZAÇÃO:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO - SECADI

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS - CGDH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - PROEXC

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS - FORPROEX

CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES: EDUCAR-SE E EDUCAR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE FUNDAMENTADA EM DIREITOS HUMANOS - CDHD

APOIO:

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CEAD/UFU

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO - FAU

Apoio: CEAD FAU
Realização: Curso de Educação em Direitos Humanos e Diversidades PROEXC Universidade Federal de Uberlândia MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica

Comissão Científica:

Glaucia Gomes de Carvalho
Marlei José de Souza Dias
Regina Nascimento Silva
Valeria Maria Rodrigues

Comissão Organizadora:

Alison Nascimento Teixeira
Fernanda Ferreira Genaro
Gabriel da Ribeira Ballador
Glaucia Gomes de Carvalho
Isabela Cazarini
Ivanielly Aparecida de Oliveira
Karen Regina Silva Costa
Marlei José de Souza Dias
Melina Rosa Gomes
Nasser de Freitas Pena
Nathalia Lima Pereira Brigatto
Regina Nascimento Silva
Sarah Mendonça de Araújo
Tamiris Santos de Camargo
Valeria Maria Rodrigues

Apoio: CEAD FAU
Realização: Curso de Educação em Direitos Humanos e Diversidades PROEXC Universidade Federal de Uberlândia MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A532 Anais do Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica [recurso eletrônico]: cartas pedagógicas/ Gláucia Carvalho Gomes, Marlei José de Souza Dias, Regina Nascimento Silva, Valéria Maria Rodrigues (Organizadores). -- Uberlândia : UFU/PROEXC, 2025.
148 p.

ISBN: 978-85-64554-54-2
Livro digital (e-book)
Vários autores.

1. Pesquisa. 2. Educação Básica. 3. Direitos Humanos. 4. Diversidades. I. Gomes, Gláucia Carvalho (Org.). II. Dias, Marlei José de Souza (Org.). III. Silva, Regina Nascimento (Org.). IV. Rodrigues, Valéria Maria. V. Universidade Federal de Uberlândia. Pró-reitora de Extensão e Cultura.

CDU: 37

Bruna dos Santos Pinheiro
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3805

Apoio: CEAD FAU
Realização: Curso de Educação em Direitos Humanos e Diversidades PROEXC Universidade Federal de Uberlândia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMÁRIO

Desmistificar para construir a cultura dos Direitos Humanos na escola de periferia **9**
Adriana Teixeira da Silva Branco

Inovação e Inclusão na EJA: desafios e possibilidades com Modelagem e Realidade Aumentada (RA) **13**
Alexandro Santos Máximo

Diversidade na prática da educação em direitos humanos: educar e acolher a comunidade LGBTQIAPN+ **16**
Alinne Grazielle Neves Costa

Iniquidades não podem ser crônicas! **19**
Amilla Barbosa Rodrigues

Direitos Humanos na primeira infância: Educação preventiva contra o abuso sexual **22**
Ana Márcia Leonarczyk Kotrich

Educação em Direitos Humanos na Fronteira: reflexões e propostas para o contexto migratório de Oiapoque **26**
Andreia Martel Torres

Estamos todos perdidos **28**
Arianna Maxmiria Praes

Educação em Direitos Humanos: reflexões e compromissos pedagógicos **31**
Azenclever B. Santos

Educação em Direitos Humanos e Africanidades no Espaço Escolar: Reflexões e Caminhos **34**
Carlos Eduardo Petronilho Boiago

Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com profissionais da Educação Básica **37**
Claudia D'Arc

O mundo que você quer pode e deve começar por você **41**
Daniele Cristina Ribeiro da Silva

Vivências e impressões da tutoria EAD no curso de Educação em Direitos Humanos e Diversidades da Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2024 ..... **43**
Délia de Oliveira Ladeia

Sobre a violência na sociedade e a influência nas escolas e nos estudantes ... **48**
Echilles João Sousa Oliveira

Quem são os filhos da mãe? Quem são as mães dos filhos? **51**
Elisângela Cristina Siqueira (Ayo Adeola)

Promovendo direitos humanos e diversidade: implementação e desafios na Educação Infantil e Fundamental I **53**
Fernanda Aparecida Ponzio de Barros

Educação para a diversidade sexual e étnico-racial: desafios e possibilidades sob a perspectiva de uma gestora escolar **55**
Geysa Amaral Sá

O poder da comunicação **59**
Gilsa de Oliveira Mendonça

As políticas públicas e as dificuldades da efetivação da Educação em Direitos Humanos e Diversidades **61**
Jacirema das Neves Pompeu Martins

A arte como caminho para o recomeço: redescobrindo o potencial interior **64**
Jackeline dos Santos Monteiro

Educação para a equidade: um chamado aos educadores pela promoção de práticas inclusivas e direitos humanos **66**
Jefferson Greiki da Silva Oliveira

A educação ainda é o melhor caminho para um futuro melhor **70**
Jussara Lima Santos

Educação como ponte: alinhando valores familiares e direitos humanos para a transformação social **73**
Kelly Chrystine Guedes Levy

A Educação em Direitos Humanos como caminho para a inclusão e a transformação social **77**
Laura Pereira Leite dos Santos

Direitos humanos e diversidade: construindo pontes para uma sociedade mais justa e inclusiva **81**
Laurindo Francisco Duarte Filho

Educação em Direitos Humanos e Diversidades: reflexões para um caminho possível **84**
Leidiane Maria Magalhães Nascimento

Cultivando a aprendizagem significativa: o papel transformador dos educadores na Educação Básica **87**
Luciano Rogério Destro Giacóia

Direitos humanos: quando os direitos e deveres são cumpridos tudo fica mais harmonioso **89**
Maria Auxiliadora Lima Sousa Gonçalves

Reconhecimento de direitos à diferença na escola: um esperançar possível? 92
Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli

Educação para a dignidade: respeitando a diversidade e promovendo os direitos humanos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) **96**
Maria Joana Costa Muniz de Resende

Direitos Humanos e diversidade numa perspectiva de transformação para alcançar mudanças de atitudes na sociedade **100**
Maria José dos Santos Matos

Educação em direitos humanos e diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos **104**
Marilândia Veloso Lima

Reflexões sobre as relações afetivas LGBTQIAP+: desafios e construções de uma educação inclusiva **107**
Orquidéa Russo Lopes Ponte

Família e escola promovendo a comunicação não violenta e a cultura da paz113
Pâmela Santos Ferreira de Oliveira

Desafios e superações na educação em direitos humanos: reflexões e experiências na escola **116**
Paulo Cézar Lode da Silva

Educar-se para educar em direitos humanos a partir da escola **120**
Raimundo Nonato de Souza Filho

Vidas entrelaçadas na luta pelos Direitos Humanos: da extensão universitária ao doutorado, nossas mãos seguem unidas **124**
Regina Jodely Rodrigues Campos Aguiar

Educação em Direitos Humanos e Diversidades, realidade atual **128**
Ricardo Brasileiro de Matos

Direitos humanos e diversidades: caminhos para a educação transformadora **130**
Rosiane Figueredo Prates

Alguns passos na visibilidade da diversidade de gênero na Educação Profissional **133**
Rosilene Lima da Silva

Violência e negociação: a misoginia em escolas de ensino médio **136**
Tatiane Morais dos Reis

Experiência como tutora na formação em direitos humanos e diversidades ..**139**
Valquíria de Azevedo Rosa

Quebrando fronteiras: a educação como aliança pela vida e dignidade **141**
Vitor de Lima Gonçalves

Educação para a Equidade Racial: Uma Ponte para os Direitos Humanos e a Justiça Social **143**
Vivian Renata da Silva dos Santos

Educação Ambiental Crítica e Justiça Climática Como Ferramentas De Transformação Social No Ensino Fundamental II **146**
Wagner Martins Moreira

Desmistificar para construir a cultura dos direitos humanos na escola de periferia

Caros colegas educadores,

Esta carta tem como objetivo propor uma discussão que desmistifique os direitos humanos nas comunidades escolares da periferia da cidade de São Paulo, onde são vistos como privilégios que protegem pessoas que, na visão dos moradores dessas comunidades, deveriam ter todos os seus direitos negados, pois não se distinguem os direitos humanos dos direitos civis e criminais.

Ao longo do primeiro semestre de 2024, atuando como professora módulo - o termo para definir substituta na rede municipal de ensino de São Paulo - trabalhei com os estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental II o tema Direitos Humanos, fazendo a leitura dos 30 parágrafos da Carta. Em várias ocasiões, notava que eles não entendiam o conceito dos direitos fundamentais da pessoa, principalmente quando o parágrafo discutido trazia elementos que remetiam transgressões criminais.

Ao falarmos sobre o Parágrafo 3º, por exemplo, que diz que "Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal", ao discutirmos que alguém que tem direito à vida, não se pode tirar a vida de outra pessoa, porque essa pessoa tem o mesmo direito. Os estudantes, muitas vezes, diziam que quem tira a vida de alguém ou comete um crime muito grave, como uma violência sexual, por exemplo, deveria ser punido com a morte e que, nesses casos, os Direitos Humanos protegem o bandido e punem a sociedade.

Os estudantes não compreendem essa diferença e, por isso, confundem as situações. Com certeza, nesse caso, é importante esclarecer que Direitos Fundamentais do Ser Humano e o Direito Criminal, que estabelecem punições para cada crime praticado, têm abordagens diferentes.

Também é importante esclarecer a necessidade das leis para que as pessoas possam viver em sociedade com uma certa ordem e informar que direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foram inseridos nas Cartas Constitucionais de vários países, como no Brasil.

Diante dessa situação, descrevo a seguir uma proposta para abordar essas questões em todos aspectos dos Direitos Humanos estudados no curso de aperfeiçoamento Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos.

Inicialmente, é preciso que a cultura dos Direitos Humanos seja estabelecida na Unidade Educacional, de forma interdisciplinar, por meio de um projeto que deve ser trabalhado pelos professores de todas as áreas.

Dessa forma, pode-se contar a História dos Direitos Humanos (História), como são praticados atualmente no mundo (Geografia); a redação da Declaração e Interpretação de cada Parágrafo (Língua Portuguesa); dados estatísticos e gráficos sobre o tema (Matemática); questões ligadas à saúde e bem-estar (Ciências). Perpassando os temas citados, abordar sistematicamente as questões sobre Crianças e Adolescentes, Diversidade Sexual, Comunicação Não-Violenta e as Migrações, temas importantes discutidos ao longo do curso.

Essa proposta deve ser reavaliada periodicamente, para que se alinhe à realidade do momento de sua aplicação. Para que ela se realize, é importante o apoio dos gestores da Unidade Educacional para que o tema Direitos Humanos conste no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, discutido pela comunidade escolar, professores, gestores, funcionários da escola e famílias dos estudantes, pois essa é uma discussão fundamental para que os estudantes conheçam, se familiarizem e possam aplicar os Direitos Humanos em sua vida.

Também é importante prever e organizar eventos direcionados à formação e informação das famílias dos estudantes que, muitas vezes, transmitem aos filhos conceitos enviesados acerca dos Direitos Humanos, entre outros.

Essa é uma de muitas iniciativas que podem e devem ser aplicadas no ambiente escolar, para que os estudantes reflitam sobre o valor da pessoa humana, da necessidade da vida em sociedade e da convivência pacífica, do valor da argumentação e da defesa de princípios fundamentais sempre, mas, principalmente, quando valores como democracia e liberdade são ameaçados por governos autocráticos e reacionários.

O caminho da constituição dos Direitos Humanos iniciou-se e foi se consolidando a partir de questões sociais críticas, como genocídios, apatridia, preconceitos e negacionismo, que basearam a construção de uma Declaração de Direitos para uma vida digna e plena.

É de extrema importância que esse caminho seja conhecido pelos estudantes que, cada dia mais, estão lidando com questões como racismo, discriminação quanto à orientação sexual de colegas na escola, imigrantes em maior número, que geram situações *bullying* reais e virtuais e, por isso, torna-se necessário o estabelecimento das redes de proteção para crianças, adolescentes, idosos, migrantes e pessoas LGBTQIA+, entre outras comunidades em situação de vulnerabilidade.

Estabelecer a cultura da paz, da não violência e aceitação do outro são ações fundamentais num mundo cada mais diverso, globalizado e cheio de possibilidades de ser e viver.

Somos todos seres humanos e, consequentemente, cidadãos de direitos e deveres relativos aos demais seres humanos. Acredito firmemente que trabalhar os Direitos Humanos na escola pode fortalecer a constituição de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que todos possam viver plenamente suas vidas, sem barreiras como preconceito e discriminação. Orientar essa consciência dos estudantes é um desafio e um trabalho factível

e que pode transformar a realidade tão complexa das comunidades periféricas das cidades brasileiras. A educação é a chave dessa mudança!

São Paulo, 30 de novembro de 2024.

Adriana Teixeira da Silva Branco[1]

[1] Professora de ensino fundamental e médio na rede estadual de ensino de São Paulo, Brasil. E-mail: profdribranco@gmail.com.

Inovação e inclusão na EJA: desafios e possibilidades com Modelagem e Realidade Aumentada

Ao Secretário Municipal de Educação de Santo Estevão-BA.

Com minhas cordiais saudações, dirijo-me a Vossa Senhoria e a toda a equipe desta Secretaria para compartilhar reflexões e proposições que considero fundamentais para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em nosso município. Esta carta tem como objetivo abordar a importância de apoiar e qualificar a formação de professores que atuam na EJA, particularmente no uso de metodologias inovadoras, como a modelagem matemática e a realidade aumentada, no ensino de geometria.

Estou escrevendo esta carta pedagógica motivado pela necessidade de refletir e propor caminhos para a formação de professores que atuam na EJA. Minha principal preocupação é contribuir para que esses profissionais estejam preparados para trabalhar com metodologias inovadoras, como a modelagem matemática e a realidade aumentada, no ensino de geometria. A EJA, frequentemente negligenciada em termos de recursos e metodologias específicas, exige abordagens que considerem a diversidade dos sujeitos e suas realidades. A inclusão de ferramentas tecnológicas, como a modelagem e a realidade aumentada, oferece aos educandos não apenas uma aprendizagem mais significativa, mas uma chance de superar barreiras educacionais históricas e sociais.

A centralidade desta carta reside na conexão entre a Educação em Direitos Humanos e Diversidades e as possibilidades de inovação pedagógica. No contexto da EJA, muitos alunos enfrentam dificuldades associadas ao ensino de conceitos abstratos, como a geometria, e o acesso a metodologias ativas e tecnologias emergentes representa um direito fundamental. A integração dessas ferramentas no processo educacional deve ser humana e sensível, não apenas técnica, valorizando o diálogo e a trajetória dos educandos. Portanto, esta carta propõe um caminho para potencializar o aprendizado por meio da inovação tecnológica, alinhando-se aos princípios da inclusão, diversidade e direitos humanos, essenciais para a transformação social e educacional.

Como professor de Matemática da rede municipal de Santo Estêvão, atuando há mais de uma década na EJA, tenho vivenciado os desafios e as potencialidades desse espaço educativo. Trabalhar com a EJA exige sensibilidade, escuta e adaptação, considerando que os educandos trazem histórias de vida marcadas por exclusões e desigualdades. Nesse cenário, o curso de aperfeiçoamento "Educação em Direitos Humanos e Diversidades" reforça a ideia de que educar na EJA é educar para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e fundamentada nos direitos humanos, em que a valorização das vivências e dos saberes dos educandos é essencial.

Práticas pedagógicas inclusivas, que respeitam e potencializam a diversidade dos educandos, tornam-se fundamentais para promover esses valores. Relacionar os conteúdos de geometria com o cotidiano, como situações ligadas à construção civil ou agricultura, estimula a troca de conhecimentos e valoriza os saberes prévios. A integração de metodologias inovadoras, como a modelagem matemática e a realidade aumentada, amplia as oportunidades educacionais, tornando o aprendizado mais acessível e interativo. Essas tecnologias ressignificam o papel da educação pública ao oferecer aos educandos da EJA ferramentas modernas, tradicionalmente restritas a contextos mais privilegiados, promovendo justiça social e igualdade de oportunidades.

Contudo, desafios como a falta de recursos tecnológicos, preconceitos relacionados à EJA e a formação docente limitada, dificultam a consolidação desses princípios. Superar essas barreiras exige um esforço coletivo entre gestores, professores e a comunidade escolar. O diálogo, a escuta ativa e a valorização das contribuições dos estudantes são práticas indispensáveis para garantir que a EJA seja um espaço de emancipação, senso crítico e participação ativa. A educação em direitos humanos e diversidade não transforma apenas a vida dos educandos, mas a de nós, educadores, que aprendemos constantemente com a riqueza de suas trajetórias e perspectivas.

Com base na minha experiência como professor de Matemática na EJA e nos aprendizados do curso sobre Educação em Direitos Humanos e Diversidades, proponho ações práticas que envolvem a formação continuada de professores com foco na inclusão e no uso de tecnologias, como modelagem matemática e realidade aumentada, para tornar as aulas mais interativas e conectadas às realidades dos estudantes. Sugiro também a criação de

espaços de escuta ativa, promovendo rodas de conversa e mecanismos de *feedback* para compreender as necessidades dos educandos, além de incluir representantes dos estudantes em processos de planejamento escolar, fortalecendo seu protagonismo.

Outras ações incluem a adaptação dos conteúdos escolares às vivências dos alunos. O combate a preconceitos no ambiente escolar, por meio de campanhas de sensibilização e eventos temáticos, e a integração de tecnologias no currículo para potencializar a aprendizagem. Por fim, destaco a importância de parcerias com a comunidade e instituições externas para oferecer recursos adicionais e a reformulação das práticas avaliativas, priorizando métodos inclusivos e dialógicos que valorizem tanto o processo quanto os esforços dos estudantes.

Reafirmo minha crença de que a Educação de Jovens e Adultos é um espaço privilegiado para a transformação social, em que vidas marcadas por desigualdades encontram possibilidades de realização e autonomia. A EJA tem o poder de resgatar histórias, fortalecer identidades e abrir caminhos para um futuro mais digno, ao passo que promove uma educação que valoriza os direitos humanos e a diversidade. Convido gestores, professores, estudantes e a comunidade a refletirem e agirem em prol de uma educação inclusiva e transformadora, guiada pelos princípios da igualdade e da justiça social. Que possamos, juntos, continuar construindo na EJA um espaço de esperança e coragem, como nos inspira Paulo Freire: "educar é um ato de amor, por isso, um ato de coragem".

Santo Estêvão, Bahia, 16 de dezembro de 2024.

Alexandro Santos Máximo[1]

[1] Mestrando em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, Brasil; professor de matemática na rede municipal de ensino de Santo Estêvão, Bahia, Brasil; professor de matemática do ensino fundamental (anos finais) da rede municipal de ensino de Ipecaetá, Bahia, Brasil. E-mail: maximusdesigner@gmail.com.

Diversidade na prática da educação em direitos humanos: educar e acolher a comunidade LGBTQIAPN+

Prezados/das colegas educadores e educadoras,

Me dirijo a vocês neste momento como uma professora que se afirma como mulher lésbica e oriunda das classes periféricas e que já sofreu, em sua jornada como estudante e professora, diversos preconceitos dentro e fora do ambiente escolar e, portanto, sabe as dores que atravessam alguns grupos marginalizados em nossa sociedade. Sabemos que o espaço escolar tem um papel fundamental, segundo Louro (1999), para refletir e superar as práticas de distinções e desigualdades, assim como a produção de preconceitos e discriminações. Por isso, quero convidá-los/las a uma reflexão urgente e necessária para a nossa práxis pedagógica, que é o acolhimento e a efetivação do direito à educação dos alunos e das alunas da comunidade LGBTQIAPN+.

Lecionando há mais de 10 anos em instituições públicas e privadas, posso afirmar que, infelizmente, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e os/as não binários, ou seja, sujeitos que compõem a comunidade conhecida pela sigla LGBTQIAPN+ e são tratados, em nossa sociedade e dentro das escolas brasileiras, como sujeitos subalternos/as e invisibilizados/as e, por isso, são estereotipados/das como seres abjetos que existem e resistem dentro e fora do ambiente escolar, uma vez que a educação – um direito constitucional para todos e todas –, nega a esses corpos o direito de existir e aprender respeitando sua identidade e expressão de gênero.

Essa realidade foi agravada a partir do ano de 2015, quando ganhou força no cenário nacional um discurso problemático e mentiroso de "ideologia de gênero". Tal discurso apareceu em textos escritos pela Igreja Católica a partir da década de 1995 como crítica ao uso do termo "gênero" feito pela ONU em várias conferências pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Dessa forma, alguns grupos de católicos e evangélicos começaram a pregar, segundo Furlani (2016, p. 3), "o perigo de ensinar gênero e sexualidade para as crianças".

O discurso falacioso sobre a chamada "ideologia de gênero" não apenas distorce o propósito da educação inclusiva, como viola direitos fundamentais garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e por legislações nacionais que asseguram o direito à educação sem discriminação, os quais tivemos a oportunidade de aprender no Curso de Educação em Direitos Humanos e Diversidade. Ao negar ou atacar a abordagem de gênero e diversidade nas escolas, esse discurso impede que estudantes, especialmente aqueles que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, reconheçam suas identidades, contribuindo para a perpetuação de violências e exclusões que deveriam ser enfrentadas pelo sistema educacional e acabam reverberando em nosso país, pois infelizmente lideramos o *ranking* de LGBTfobia no mundo. Desta forma, não se trata apenas de defender uma minoria vitimizada ou dar-lhe visibilidade, mas de reconstruir toda uma diversidade de relações sexistas, hierarquizadas, desiguais e opressoras, que atingem toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, como uma educadora em e para os direitos humanos, quero convidar vocês, professores e professoras, a repensar suas práticas e assumir um compromisso cotidiano com a educação em direitos humanos e diversidades, para que possamos atuar na desconstrução dessas falsas ideias sobre "ideologia de gênero" e as tensões e contradições vivenciadas no ambiente escolar, como atitudes que levam à divisão por sexo nas aulas de Educação Física; às filas de meninos e de meninas na Educação Infantil; às distinções sexistas de vestuário que afirmam, por exemplo que meninos não usam rosa, brincos, colares, esmaltes e, também separando brincadeiras específicas para cada gênero; a forma dos/as professores/as tratarem alunos homens ou mulheres, com rispidez ou delicadeza; tratar a violência, verbal e até mesmo física, entre meninos como algo normal, "coisa de homens; a preocupação constante com a manifestação da sensualidade das meninas a ponto de controlar seu vestuário; além de negar o direito de meninas e meninos trans ao uso do nome social.

A educação em direitos humanos exige de nós uma postura reflexiva e crítica diante dessas práticas que, muitas vezes, reproduzimos de forma automática ou naturalizada. É necessário enxergar cada uma dessas ações cotidianas como uma oportunidade de construir um ambiente escolar mais acolhedor, equitativo e respeitoso para todos e todas, independente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou expressões individuais. Essa transformação

não acontece de forma imediata ou isolada; pelo contrário, demanda um esforço contínuo, colaborativo e comprometido com a promoção de valores como empatia, respeito e justiça. Assim, também gostaria de te convidar a ficar atenta e atento para quando sair a nova edição do Curso de Aperfeiçoamento em "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos", de modo você possa fazer, pois será uma excelente ferramenta para considerar, reconhecer e defender direitos, buscando desconstruir e romper com uma "cultura" preconceituosa e discriminatória em razão do gênero e sexualidade, bem como para o combate à misoginia, homo/transfobia, entre outras minorias presentes na sociedade brasileira.

Concluo com a certeza que me move todos os dias ao entrar nas escolas onde atuo, a educação tem o poder transformador de construir uma sociedade mais afetuosa, humana, justa e inclusiva. Cada pequena intervenção em nossas práticas diárias, cada estereótipo desconstruído, cada valor de empatia e respeito cultivado em sala de aula são sementes de um futuro que se faz no agora, para todos e todas. Que possamos, como educadores e educadoras, enxergar em nossa atuação cotidiana uma oportunidade de mudança e resistir aos desafios com afeto, coragem, determinação e esperança. Convido cada um/a a refletir sobre seu papel ativo nesse processo e a agir, conscientes de que juntos podemos fazer da escola um espaço de acolhimento e transformação, onde a diversidade seja celebrada e os direitos humanos, vivenciados plenamente pois todas as vidas são importantes dentro e fora do ambiente escolar.

Uberlândia, 17 de dezembro de 2024.

Alinne Grazielle Neves Costa[1]

[1] Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora de História e de Projeto de Vida na rede privada de ensino do município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: historialinne@gmail.com.

Iniquidades não podem ser crônicas!

Prezados colegas educadores,

É com muita estima que lhes escrevo! Sou Amilla, professora da rede estadual de educação básica de Goiás há 14 anos. Como linguista, compreendo a potencialidade da linguagem para a ideação social. Nesse contexto, percebo que os conflitos no âmbito escolar se configuram a partir da comunicação, essa que é capaz de mitigar ou ampliar imbróglios.

Comumente, a interlocução entre a comunidade escolar é realizada de forma hostil, caracterizando como uma comunicação violenta, uma vez que se consideram interesses subjetivos em detrimento de intentos plurais. Sendo assim, apropriar-se de conceitos inerentes à Educação em Direitos Humanos e Diversidades é uma atitude imprescindível para que a educação seja, de fato, transformadora.

Presenciamos uma sociedade polarizada, a falta de análise dos discursos fomenta posicionamentos impensáveis, parciais e não alusivos aos Direitos Humanos (1948) – documento jurídico necessário à organização justa das nações. Dessa maneira, a escola torna-se o espaço ideal à promoção de mudanças, posto que, nesse ambiente, podemos materializar o projeto de sociedade que almejamos.

Assim sendo, a Cultura de Paz, particularizada pela Comunicação Não-Violenta (Rosenberg, 2006), precisa ser difundida em nossas práticas pedagógicas, para que as microviolências (Moreira, 2019) sejam extintas desse espaço e consigamos minorar práticas violentas persistentes nas instituições acadêmicas do país. Ademais, enquanto seres humanos, somos falhos! Um dos obstáculos que a convivência exterioriza é a não aceitação das diversidades: desconstruir ideologias caracteriza uma ação complexa, implausível a algumas pessoas, em especial, docentes.

Há uma objeção incompreensível em aceitar o outro como um sujeito de direitos, independentemente de suas escolhas e vivências. Os micromundos

são impetuosos, consequentemente, a perspectiva da coletividade e igualdade na diferença não é estabelecida, preponderantemente, como uma missão educacional.

Os discursos "na minha época não era assim", "essa juventude está perdida", "esses meninos não querem e não se preocupam com nada", "os adolescentes não têm cultura..." representam a incapacidade do docente no desenvolvimento das relações pessoais, visto que ele iniciou esse processo de modo violento, por meio de um julgamento, sem observação; ele não garantiu o direito do jovem ser uma pessoa de direitos! Essa postura é prejudicial aos discentes, faz com que eles não interajam entre si, angariem conflitos, disseminem ódio e não se sintam pertencentes à instituição escolar, por conseguinte, o sentimento de não pertencimento à sociedade.

Portanto, é preciso que os professores revejam a própria postura e encarem a atuação deles como a propagação de um projeto de sociedade. As práticas pedagógicas precisam ter os alunos e suas idiossincrasias como objetivo central; precisamos olhar para o aluno como um ser humano em processo de desenvolvimento, que verá, em nossa conduta, a possibilidade da execução dos direitos.

Dessa forma, o grupo gestor das instituições escolares precisa suscitar formação continuada, a fim de que os docentes compreendam as complexidades que abarcam o ato de educar. Além disso, é importante viabilizar espaços de escuta ativa nas escolas, os discentes precisam estar cientes de que seus direitos serão resguardados e as instituições escolares os ajudarão quanto a essa garantia. É fundamental que os docentes estejam aptos às mudanças, que estudem, que atuem com compromisso e responsabilidade.

Geralmente, os discentes finalizam o Ensino Médio sem conhecimento de seus direitos civis, sem perspectiva de mudanças sociais e estão fadados às injustiças recorrentes. Mediante às reflexões propostas neste espaço, acredito que a educação pública pode ser a força motriz das transformações sociais.

Precisamos nos capacitar para compreendermos as realidades diversas e pensar em formas de modificação delas, caso sejam necessárias, porque, às vezes, determinada realidade não seja a melhor, nem a pior, apenas diferente! Temos instrumentos legais para construir uma sociedade mais inclusiva, justa e equânime; carecemos, apenas, de ações que favoreçam o cumprimento dessas normativas.

Caldas Novas, 4 de dezembro de 2024.

Amilla Barbosa Rodrigues[1]

[1] Mestre em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; coordenadora pedagógica e professora na Secretaria de Edcuação de Goiás, Brasil. E-mail: amillabrd@gmail.com.

Direitos Humanos na primeira infância: educação preventiva contra o abuso sexual

Caros Secretários(as) Municipais de Educação do Paraná,

Espero que esta correspondência os encontre bem e motivados para a importante missão de implementar os Direitos Humanos por meio da educação sexual nos centros municipais de educação e nas escolas. Essa é uma tarefa urgente e necessária para superar as forças conservadoras que, infelizmente, ainda impedem o avanço em direção a um ensino seguro, de qualidade e comprometido com a prevenção e o combate ao abuso sexual infantil.

Proteger as crianças contra abusos sexuais, especialmente na primeira infância, é um dever fundamental da sociedade e das instituições, que devem combater esse crime gravíssimo. O inciso do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, classifica como hediondo o crime de exploração sexual de crianças, adolescentes ou indivíduos vulneráveis.

Para tanto, é imprescindível que a educação seja adequada, regida por projetos direcionados tanto aos educadores quanto às crianças, visando a proteger as crianças de se tornarem vítimas vulneráveis e manipuláveis, o que pode afetar seu desenvolvimento saudável e, muitas vezes, acarretar feridas emocionais permanentes.

A instituição escolar deve ser um espaço acolhedor e cuidadoso, especialmente na primeira infância, em que a atenção aos sinais de abuso sexual deve ser constante, garantindo um ambiente seguro e protetor.

Embora seja um tema pouco abordado e frequentemente negligenciado, a educação sexual infantil é um processo essencial de ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana. Vale ressaltar que a educação sexual deve começar em casa, de forma respeitosa e afetiva, com os pais, desde os momentos iniciais, como durante a troca de fraldas e o banho do bebê. Esse

canal de confiança e comunicação deve ser mantido de forma integradora entre a família e a escola.

Nossas crianças precisam urgentemente de uma estrutura de segurança. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), aponta que a faixa etária com maior taxa de vitimização por estupro é a de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos. A segunda maior taxa de vitimização está entre crianças de 5 a 9 anos. Estarrecedor é a taxa de vitimização por estupro de bebês e crianças de 0 a 4 anos, que atingiu 68,7 casos por 100 mil habitantes nesse grupo etário. Esse dado revela que a taxa de estupros entre crianças de 0 a 4 anos é mais de 1,6 vezes superior à média nacional, de 41,4 casos por 100 mil habitantes. Não podemos simplesmente contabilizar os casos de violência; é preciso agir, combater, prevenir e oferecer uma educação sexual infantil saudável para evitar consequências irreversíveis.

Considerando que grande parte das crianças passa a maior parte do tempo em centros de educação infantil e escolas, é responsabilidade do Estado oferecer capacitação e treinamento contínuos aos professores, para que se sintam preparados para identificar precocemente sinais de violência e para proteger as crianças.

Os cursos oferecidos pelo Estado aos professores devem abordar, além dos direitos humanos, os direitos da criança e a legislação pertinente. O conteúdo deve enfocar o que é abuso sexual em bebês e crianças, como identificar os sinais de abuso e a forma correta de intervir. Esses treinamentos podem ser ministrados por psicólogos, assistentes sociais e especialistas em proteção infantil.

O abuso sexual infantil pode ocorrer em diversos ambientes, muitas vezes por pessoas próximas, como familiares, amigos da família, cuidadores, e em contextos institucionais, como escolas, creches e na internet. Por isso, há uma urgente necessidade de oferecer às crianças práticas educativas preventivas. Para isso, é necessário criar um ambiente de segurança e confiança, promovendo uma educação que inclua os direitos da criança, como a proteção e o bem-estar físico, social e emocional, por meio de projetos que

desenvolvam atividades lúdicas, como músicas, histórias e jogos, que contribuem para que a criança se fortaleça, identifique situações de risco e saiba a quem pedir ajuda.

A escola deve promover uma educação sexual planejada, que respeite os valores e expectativas familiares, alinhando-se aos direitos humanos e às legislações vigentes. Quando os educadores estiverem preparados, saberão agir de forma segura, respeitosa e natural, considerando as características etárias, oferecendo uma educação protetiva que desperte na criança a naturalidade da autoproteção por meio de abordagens lúdicas. Assim, as crianças aprenderão a distinguir uma "boa mentira", como uma surpresa de aniversário, de uma "má mentira", que envolva contato físico, atitudes desrespeitosas ou invasivas.

Nesse cenário, é imprescindível a incorporação ativa de projetos de educação sexual, especialmente voltados para a primeira infância, durante a qual as crianças participem de programas constantes, oficinas educativas e preventivas. Assim como as crianças, os professores necessitam de constante atualização por meio de cursos e treinamentos especializados, que abordem não apenas os aspectos teóricos sobre os direitos humanos e a legislação vigente, mas metodologias práticas de como lidar com os sinais de abuso e garantir a segurança emocional e física dos alunos. Esses programas de formação devem ser realizados de forma contínua, proporcionando aos educadores as ferramentas necessárias para identificar e intervir precocemente em situações de risco, promovendo um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos.

A implementação de projetos de educação sexual nas escolas e centros de educação infantil é essencial tanto para os professores quanto para as crianças, nossos pequenos estudantes. É fundamental formar cidadãos preparados para uma sociedade com princípios saudáveis e respeitosos, que atendam aos direitos humanos. Esses projetos permitirão que todos compreendam, respeitem e valorizem os princípios fundamentais do corpo humano, combatendo as diferentes formas de abuso sexual. Promovendo a

criação de uma cultura de paz, preparando a sociedade e as futuras gerações para enfrentar e combater o abuso sexual.

Concluo reafirmando que a educação sexual na primeira infância é essencial para proteger as crianças e estabelecer uma rede de proteção eficaz. Convido os/as secretários/as municipais de Educação do Paraná a assumirem um papel ativo na defesa dos direitos humanos e na segurança infantil, promovendo uma educação comprometida com a proteção e o bem-estar de todas as crianças. O compromisso de cada pessoa é fundamental para concretizar essa causa.

São Mateus do Sul, 15 de novembro de 2024.

Ana Márcia Leonarczyk Kotrich[1]

[1] Especialista em Contação de Histórias e Literatura Infantil Juvenil pela Faculdade de Ampére, Paraná, Brasil; professora na Secretaria Estadual de Educação do Paraná, Brasil. E-mail: marcia.kotrich@gmail.com.

Educação em Direitos Humanos na Fronteira: reflexões e propostas para o contexto migratório de Oiapoque

Após meses de nossa caminhada nesta formação em Educação em Direitos Humanos, é fundamental destacarmos o papel dessa perspectiva na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, especialmente em contextos marcados por intensos fluxos migratórios, como a cidade de Oiapoque. Situada na região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, Oiapoque é um espaço de trânsito e diversidade, onde as questões migratórias se tornam constituintes do ambiente escolar e refletem diretamente nas dinâmicas de ensino e aprendizagem.

Escrevo esta carta para compartilhar reflexões e desafios relacionados à migração interna e externa na região e seus impactos no contexto educacional. Destaco como a migração contribui para a diversidade cultural e, ao mesmo tempo, impõe barreiras que precisam ser superadas para garantir que os direitos de todos sejam respeitados no espaço escolar.

O fato de a sociedade oiapoquense se configurar como uma sociedade em trânsito coloca a migração no centro das dinâmicas escolares e da diversidade presente nas salas de aula. Ao longo das escutas realizadas com agentes educacionais, emergiram relatos que corroboram a percepção de Oiapoque como um lugar socialmente constituído por relações diversas e marcadas pela mobilidade.

A migração, seja interna ou internacional, condicionada por fatores econômicos e culturais, deixa marcas profundas no espaço escolar. É possível identificarmos maranhenses, paraenses e piauienses entre os grupos mais comuns de migrantes internos, enquanto os fluxos internacionais trazem haitianos, peruanos, colombianos e franceses para a região. Nesse contexto, os alunos muitas vezes são filhos desses migrantes ou pessoas que, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), encontram a oportunidade de iniciar ou retomar a vida escolar.

Torna-se importante reconhecer que as trajetórias educacionais, especialmente em contextos fronteiriços, são frequentemente hierarquizadas. Por exemplo, no caso do ensino francês presente na região,

observa-se que ele é valorizado como "mais complexo e superior" em comparação ao ensino brasileiro. Esse juízo impacta a forma como os alunos são percebidos e integrados nas escolas locais, promovendo exclusões sutis e dificultando a construção de um espaço educacional verdadeiramente inclusivo.

A realidade diversa com a qual me deparei no contexto oiapoquense exige que nós, professores, adotemos estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade de experiências e trajetórias dos estudantes migrantes. Ações práticas devem incluir o desenvolvimento de currículos interculturais, incorporando a história e a cultura dos diferentes grupos presentes na região, bem como a criação de espaços de escuta e acolhimento, onde alunos migrantes e suas famílias possam compartilhar suas vivências, fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade escolar.

Compreendo que tais ações promovem o reconhecimento e a valorização dessas identidades em trânsito. Para tanto, é indispensável a formação continuada de professores, com foco em direitos humanos e diversidade, para que estejamos preparados para lidar com os desafios específicos de uma escola fronteiriça.

Além disso, sugiro o fortalecimento de parcerias institucionais com o sistema educacional francês e outros atores locais, a fim de promover um diálogo que favoreça práticas inclusivas em ambas as margens da fronteira.

Acredito que uma educação fundamentada em direitos humanos pode ser uma ferramenta transformadora na vida de estudantes e educadores, especialmente em um espaço rico e complexo como Oiapoque. Encorajo todos os colegas a refletirem sobre suas práticas e a abraçarem o desafio de construir uma escola que respeite, valorize e celebre a diversidade como um elemento essencial para a formação cidadã.

Com esperança em um futuro mais justo e inclusivo.

Macapá, 15 de novembro de 2024.

Andreia Martel Torres[1]

[1] Doutoranda em História na Universidade Federal do Pará, Brasil; pesquisadora vinculada ao Núcleo Gera e ao Laboratório de Estudos em História Social do Trabalho na Amazônia (Lestham/Unifap); professora do Ensino Fundamental (séries finais) da rede estadual de educação do Amapá, Brasil. E-mail: deiatorres.torres10@gmail.com.

Estamos todos perdidos!

Aos educadores e educadoras de todo país.

Ao longo dos meus trinta anos de educação, pude andar por diversas realidades deste nosso Brasil e afirmo: estamos perdidos. Seja em salas de aula dos grandes centros ou em espaços de educação não formal, seja nos rincões distantes ou nos luxuosos prédios, estamos todos perdidos na educação. Em tempos de tanta informação e interação, nossos estudantes nunca estiveram tão desamparados no que se refere às suas habilidades de aprender, ser, fazer ou conviver.

Mesmo depois de décadas debruçados sobre os famosos pilares da educação cidadã, seguimos enfileirando e limitando nossos estudantes pela nossa própria incapacidade de dialogar e, principalmente, de ouvir esses jovens que nos chegam cheios de medos, dúvidas, incertezas e sonhos. Sim, eles trazem sonhos. Diferentes dos nossos, às vezes até incompreensíveis, mas cada jovem traz consigo uma bagagem de conhecimento e de desejos que não temos valorizado, seja por preconceitos, seja por cansaço pedagógico. E aqui me atenho: justo na vez deles estamos cansados?

Vivemos tempos difíceis, de polarização política, violência de todos os tipos, desigualdades e falta de oportunidades nas mais diversas formas, e ser educador nesse contexto é extenuante. Como ensinar os clássicos quando o interesse está no presente mais recente? Ou como aprofundar uma pesquisa quando, na verdade, só se precisa saber o básico para passar? Como manter o encantamento pedagógico da descoberta se nada parece ser interessante ou relevante atualmente? Como educar em um mundo pós-pandemia que deixou sequelas e feridas tão expostas, das quais temos a impressão de que nunca estaremos curados? E então, repito: estamos perdidos.

Quando olhamos para os nossos estudantes e enxergamos metas, números, problemas ou burocracia, simplesmente esquecemos do principal: são humanos. E, sendo humanos, têm direitos, sonhos e angústias. Infelizmente,

chegamos a um momento da sociedade em que encurtamos o olhar e passamos a referenciar o mundo a partir de nós mesmos. A minha dor dói mais, o meu trabalho vale mais, o meu tempo importa mais, e assim nos distanciamos de tudo o que o outro traz. Nos distanciamos de tudo que é o outro. Ora, se a educação é relação, e não existe relação de apenas um, este é o nosso ponto de perdido. De perdido mesmo, não de partida.

É na relação com o outro que construímos nosso repertório de palavras, gestos, emoções. É com o outro que criamos memórias, vivemos possibilidades e conhecemos a diversidade. Eu preciso da relação com o outro para descobrir os meus limites, minhas capacidades, habilidades e até minhas inseguranças e medos. Se olharmos para trás, nós, os adultos, podemos fazer um grande inventário de aprendizagens que recebemos na convivência com os adultos da nossa infância e juventude, sejam eles parentes, vizinhos, amigos ou professores. E por que nós, os professores adultos de tantas crianças e jovens de hoje em dia, não conseguimos mais olhar para eles com humanidade e acolhimento, compartilhando conhecimento, mas também histórias, sonhos e afetos? Quando foi que nosso olhar deixou de ver o indivíduo rico em sua humana diversidade?

Abusada que sou, quero propor uma revolução: a revolução do ouvir. Experimente, um dia, entrar em sala de aula e desfazer as fileiras, propor que se olhem. Não eles entre eles, mas nós juntos. Reparou como há belezas diferentes neste grupo? De onde eles vêm? Quais suas histórias? Será que temos gostos em comum? Quais as memórias mais especiais eles trazem para compartilhar? Nesse dia de ouvir, você vai descobrir quem eles são e certamente entenderá muito sobre seus comportamentos. Poderá lembrar de quando estava no mesmo lugar de estudante e de como algumas coisas pareciam difíceis, quase impossíveis, mas, de alguma forma, você as superou. Aposto que eles adorariam descobrir que, por trás da cara sisuda cobrando silêncio, há alguém incrível também.

E se fôssemos mais audaciosos e propuséssemos um momento de aprender com eles sobre o mundo atual, tão digital e veloz? Já pensou em aprender

com os jovens sobre como o mundo funciona, logo você, que tem todas as respostas, certezas e razões? Já pensou em ser personagem secundário e mostrar aos estudantes como podemos, de fato, nos comunicar, falar sobre como nos sentimos, o que fazer com tudo o que aprendemos? Confesse: não seria incrível ver esses jovens se responsabilizando por suas ações e participando das situações de maneira respeitosa, justa e ética como se fosse natural?

Eis a questão: se nós, educadores de qualquer contexto, nos esvaziarmos de preconceitos e reencontrarmos o caminho do outro, seremos capazes de criar novas possibilidades de interação onde, juntos, compartilharemos saberes muito mais do que ensinaremos e (re)abriremos espaços afetivos na educação, favorecendo, efetivamente, a construção de um mundo onde todos saberemos ser humanos, todos poderemos conhecer possibilidades, todos poderemos fazer a diferença e, principalmente, todos poderemos conviver dignamente, respeitando as incontáveis variáveis que nos formam em nossa diversidade, mas nos unem em nossa humanidade.

Ao longo dos meus trinta anos de educação, pude andar por diversas realidades deste nosso Brasil e afirmo: é possível fazer diferente. É possível reencontrar a sensibilidade perdida e caminhar com o outro na mesma direção, mesmo falando línguas diferentes, desde que não nos percamos do humano que nos habita e sejamos capazes de reconhecer o humano que habita o outro.

Eu sou, porque todos nós somos.

Mogi das Cruzes, 18 de novembro de 2024.

Arianna Maxmiria Praes[1]

[1] Professora da educação básica no município de Mogi das Cruzes, São Paulo. E-mail: ariannapraes@gmail.com.

Educação em direitos humanos: reflexões e compromissos pedagógicos

Prezados colegas educadores e equipe coordenadora do curso,

Escrevo esta carta pedagógica com o propósito de compartilhar reflexões inspiradas pelas ricas discussões e aprendizados proporcionados no Curso de Aperfeiçoamento "Educação em direitos humanos e diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos". Essa experiência formativa me levou a repensar e aprofundar minha prática pedagógica à luz dos princípios de justiça social, igualdade e inclusão, valores fundamentais para a transformação da sociedade.

O curso proporcionou um espaço de reflexão acerca da centralidade dos direitos humanos e das diversidades no campo educacional, destacando o papel da escola como um espaço de promoção da cidadania e convivência ética. Escrevo esta carta como uma tentativa de articular as inquietações e aprendizados que emergiram desse processo, relacionando-os com desafios concretos enfrentados no cotidiano do meu chão da escola.

As reflexões aqui apresentadas emergem de um contexto marcado por desigualdades sociais e preconceitos estruturais que impactam diretamente as comunidades escolares. Durante as discussões do curso, foi impossível ignorar como as práticas pedagógicas podem tanto perpetuar quanto combater essas injustiças. Nesse sentido, senti-me motivado a pensar estratégias concretas para promover uma educação que valorize as diversidades e fortaleça a construção de uma sociedade baseada nos direitos humanos.

A escola, como espaço de formação, é também palco de reprodução de desigualdades históricas. Um dos aspectos mais desafiadores para a prática pedagógica é enfrentar as estruturas que legitimam a exclusão, como o racismo, a discriminação por gênero e a intolerância religiosa. Durante o

curso, discutimos como esses desafios se apresentam e como a pedagogia pode ser um instrumento de resistência e transformação.

Assim, a implementação de uma educação em direitos humanos exige práticas que desafiem a neutralidade e o conformismo, promovendo discussões que abordem questões sensíveis e relevantes para a comunidade escolar. O diálogo sobre a importância da diversidade e da inclusão é uma necessidade constante. As trocas vivenciadas no curso reforçaram a importância de práticas pedagógicas que sejam críticas e reflexivas, capazes de engajar não somente estudantes como educadores em processos de aprendizado significativo e constante.

Além disso, refletir sobre a interseccionalidade de opressões – como as que combinam racismo, sexismo e aporofobia – é essencial para entender como as desigualdades se manifestam na vida de estudantes e comunidades. Essa abordagem, que enfatiza a justiça social, deve ser incorporada de maneira transversal ao currículo escolar, tornando a educação um verdadeiro espaço de emancipação.

Com base nas discussões realizadas no curso, proponho a criação de projetos pedagógicos que promovam o diálogo e o protagonismo dos estudantes, com foco em temas relacionados às diversidades. Uma possível ação seria a implementação de rodas de conversa e oficinas que discutam questões como o racismo estrutural, a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, e a inclusão de estudantes em situações de vulnerabilidade social.

Sugiro, ainda, que educadores e gestores desenvolvam uma escuta ativa para compreender as demandas específicas de suas comunidades escolares, buscando estratégias que garantam maior equidade nas oportunidades educacionais. A formação continuada de professores, com ênfase nos direitos humanos e diversidades, é outro passo essencial para que as práticas pedagógicas sejam alinhadas a esses valores de direitos humanos universais.

A educação em direitos humanos é um ato de coragem e esperança. Ao assumirmos o compromisso de promover uma educação transformadora,

estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Que este curso seja apenas o começo de um processo contínuo de reflexão e ação, em que possamos, juntos, construir escolas que sejam verdadeiros espaços de cidadania e respeito às diferenças.

Com entusiasmo, convido todos os colegas a unirem esforços nessa jornada, fortalecendo nosso compromisso com a promoção dos direitos humanos e das diversidades.

Azenclever Bruno dos Santos[1]

[1] Mestrando em Relações Étnico Raciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, Brasil; professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil. E-mail: azen.santos.oficial@gmail.com.

Educação em direitos humanos e africanidades no espaço escolar: reflexões e caminhos

À Equipe Gestora da Escola Estadual Israel Pinheiro,

Prezados(as) colegas educadores(as),

É com entusiasmo e senso de responsabilidade que escrevo esta carta pedagógica, com o objetivo de compartilhar reflexões e aprendizados obtidos ao longo da coordenação do projeto Iniciação Científica no Espaço Escolar com Bolsistas (ICEB). Essa iniciativa não apenas contribuiu para a análise crítica de coleções de livros didáticos em diferentes áreas do conhecimento, como também promoveu debates fundamentais sobre a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas brasileiras.

Minha motivação para escrever esta carta está diretamente ligada às reflexões proporcionadas por esse projeto, que revelou desafios significativos na promoção da Educação em Direitos Humanos e na valorização das diversidades no ambiente escolar. A invisibilidade cultural e o racismo estrutural, ainda presentes nos materiais pedagógicos, exigem ações urgentes para garantir que a escola seja um espaço de inclusão, justiça e igualdade. A experiência mostrou que as temáticas das africanidades e da cultura indígena, quando incorporadas ao cotidiano escolar, têm o poder de transformar a visão de estudantes e educadores/as, contribuindo para uma educação comprometida com os direitos humanos e com a promoção de uma sociedade antirracista e inclusiva.

Durante a análise dos livros didáticos, identificamos lacunas graves, tanto em relação à representatividade afro-brasileira quanto a indígena. Muitos materiais tratam de forma superficial as histórias e culturas desses povos, limitando-se a abordagens estereotipadas ou restritas a contextos históricos específicos, como a escravidão ou a colonização. Essas limitações ignoram as ricas contribuições culturais, científicas e sociais desses grupos para a construção da identidade nacional. Além disso, constatou-se a ausência de propostas pedagógicas que promovessem reflexões críticas sobre desigualdades raciais e étnicas. Por não conterem elementos que contribuam

para a efetiva aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, esses materiais reforçam a necessidade de um maior aprofundamento dos professores no tema, para que as discussões sejam incorporadas ao âmbito escolar como forma de garantir uma educação pautada nos direitos humanos e na promoção de uma educação antirracista.

A partir dessa vivência, ficou evidente que as práticas pedagógicas intencionais e reflexivas são essenciais para alinhar o ambiente educacional aos princípios da Educação em Direitos Humanos. A análise crítica realizada pelos bolsistas demonstrou como a iniciação científica pode se tornar uma ferramenta poderosa para fomentar debates significativos. Ao avaliar livros escolhidos pelos professores, os estudantes foram capazes de identificar as ausências e propor caminhos para preencher essas lacunas, promovendo uma aprendizagem crítica e reflexiva que conecta as experiências escolares às realidades sociais.

No âmbito da Escola Estadual Israel Pinheiro, a realização dessa atividade de iniciação científica evidenciou-se como uma prática concreta e transformadora, alinhada aos princípios da Educação em Direitos Humanos. Ao permitir que os estudantes se envolvessem ativamente na análise crítica de materiais didáticos, a escola se posicionou como um espaço de resistência e transformação. Essa atividade proporcionou aos alunos um olhar sensível às questões de desigualdade e exclusão, desenvolvendo sua consciência crítica e sua capacidade de propor mudanças. A vivência prática com as temáticas das africanidades e da cultura indígena conectou os princípios das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 às experiências do cotidiano escolar, mostrando que a inclusão de narrativas silenciadas é fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

Diante desses desafios e aprendizados, proponho as seguintes ações alinhadas à Educação em Direitos Humanos para implementação em nossa escola:

a) Fortalecimento da Formação Docente: promover formações continuadas para os/as professores/as, focadas na aplicação prática das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, integrando os princípios de direitos humanos, diversidade e justiça social ao planejamento pedagógico.

b) Ampliação da Representatividade nos Materiais Didáticos: criar, de forma coletiva, um banco de recursos pedagógicos que inclua materiais, textos e

atividades que abordem a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena de maneira crítica e abrangente.

c) Projetos Interdisciplinares com Foco em Direitos Humanos: desenvolver projetos que articulem diversas áreas do conhecimento, enfatizando o combate ao racismo, a valorização das africanidades e culturas indígenas, e o desenvolvimento de uma consciência cidadã.

d) Espaços de Diálogo e Reflexão: instituir rodas de conversa e debates sobre temas como igualdade racial, direitos humanos e o impacto do racismo estrutural, envolvendo estudantes, educadores e a comunidade escolar.

Encerrando esta carta, reafirmo que a promoção de uma educação em direitos humanos exige um compromisso diário e coletivo. Precisamos, enquanto educadores/as, assumir a responsabilidade de construir práticas pedagógicas que valorizem as diversidades, enfrentem as desigualdades e promovam uma sociedade baseada em justiça e igualdade. A escola tem um papel crucial nesse processo, e juntos podemos fazer da Escola Estadual Israel Pinheiro uma referência na construção de uma educação que transforme vidas e promova cidadania.

Ituiutaba, 3 de dezembro de 2024.

Carlos Eduardo Petronilho Boiago[1]

[1] Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professor substituto na mesma instituição. E-mail: boiago.mat@gmail.com.

Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com profissionais da Educação Básica

Prezados colegas educadores,

Minha motivação para escrever esta carta vem de encontros entre professores que tenho proporcionado na cidade do Rio de Janeiro. Lá, fazemos parte de uma grande rede de ensino – a Rede Municipal do Rio de Janeiro. E, como vocês devem saber, pois sempre estamos sendo veiculados nas grandes mídias, nossas escolas encontram-se em territórios extremamente desafiadores. Nossa rede possui mais de 1.500 escolas, divididas entre 11 Coordenadorias. A 4ª Coordenadoria Regional de Educação, com a qual trabalho diretamente, é a 2ª dentre as 11 com maior número de áreas conflagradas. Considerando a construção histórica de nosso país, sabemos a cor, em sua maioria, dos alunos que moram nesses territórios denominados favelas e/ou comunidades.

Desde 2022 trabalho com formação de professores na rede de ensino mencionada e sempre levava em minhas formações reflexões sobre os alunos que ocupam a maior parte de nossos bancos escolares. Percebi como grande parte dos Coordenadores Pedagógicos, que são meus alunos, nunca haviam parado para pensar sobre isso. Precisando de mais tempo para promover essas reflexões e mexer nessas estruturas, solicitei autorização para criar um grupo de estudos – Grupo de Trabalho para Educação das Relações Étnico-Raciais da 4ª Coordenadoria Regional de Educação (GT-ERER 4ª CRE) – apelidado carinhosa e resumidamente de GT.

Considero este tema diretamente relacionado ao que estudamos no curso de Direitos Humanos proporcionado pela Universidade Federal de Uberlândia, pois quando pensamos no conceito de interseccionalidade – termo este cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw – sabemos que a questão de raça perpassa e agrava muitas das questões debatidas. Quanto mais "camadas" há na identidade do indivíduo, maior será sua luta em prol da

garantia de Direitos Humanos e é por isso que nós, profissionais da educação, precisamos estar munidos dessas informações, por uma garantia de direitos do nosso público, que são os estudantes.

Possuímos uma herança histórica vinda do período de escravização vivido em nosso país que diz que esses corpos pretos são mais resistentes, necessitam de menos cuidado, possuem um menor intelecto e são menos predispostos ao trabalho. Isso faz com que as relações vivenciadas na sociedade e nas instituições de ensino sejam ainda permeadas por esses "estereótipos" que podemos chamar também de discriminação, preconceito e racismo.

Essa herança, que ninguém quer receber, faz com que nos ambientes escolares as crianças pretas demorem mais a serem socorridas quando caem, se machucam ou passam mal; que, enquanto crianças pequenas ainda no berçário, elas serão menos "ninadas" na hora de dormir; que seu isolamento causado pelo racismo não gere incômodo nos profissionais da escola; que, ao ter boas notas, o estudante seja chamado de esforçado e nunca de inteligente; que suas falas sejam descredibilizadas, sempre buscando em alunos com a pele mais clara a verdade sobre os fatos; que momentos de distração e esquecimento sejam sempre vistos como "malandragem". Quanto mais retinto for o estudante, mais comuns serão essas situações vividas nas escolas.

Saibam que essas informações são frutos de estudos de outros profissionais, com os quais venho me aprofundando, enquanto eterna estudante que sou, e é sobre tais acontecimentos que venho reforçando em minhas formações e na criação do GT: com o objetivo de tornar a escola um ambiente acolhedor a todos que ali estão. Em 2023, mais de 70% dos estudantes que abandonaram a escola no Ensino Médio eram pretos e pardos, conforme pesquisa do IBGE.

Para além do tratamento diferenciado direcionado a esses alunos, tratado como algo "natural" – e é sobre desnaturalizar esse olhar que precisamos refletir frequentemente – e, a fim de evitar essa enorme evasão já mencionada, criei o GT com o objetivo de aprofundarmos nossos arcabouços

teóricos e realizarmos trocas sobre práticas pedagógicas que valorizem os saberes, culturas, ancestralidade e reforcem a autoestima desses alunos. Pois, somente se sentindo pertencente a esse território chamado escola, é que eles irão não só permanecer, mas permanecer e, verdadeiramente, aprender.

Então, para além de desnaturalizar o nosso olhar sobre o racismo, perceber e intervir quando ele acontece, precisamos também estar atentos a outras discriminações que acontecem no espaço escolar, como as que envolvem o público LGBTQIAPN+, portadores de deficiência, estudantes gordos, baixos, altos... pois tudo que causa "estranheza" é alvo de ataque. Temos em nossas mentes uma construção de padrões que não são os nossos – brasileiro – mas um padrão eurocêntrico que nos foi imputado como ideal de beleza. E, muitas vezes, para "eliminar" esses problemas tão comuns na escola, fazemos uso de falas violentas que nada resolvem e com as quais também estamos acostumados. Precisamos nos desacostumar com esse modo de intervir. Fazer uso de falas acolhedoras para que nossos estudantes entendam que o espaço-escola é um espaço de todos, sem preferência de corpos, conscientizá-los da beleza que há nessa pluralidade existente, no respeito que deve haver para um convívio cordial e, para tal, nós educadores temos que ser exemplo.

Então, nessa caminhada pelo antirracismo, o que muitos professores já me relataram e ainda relatam, é que se sentem muito sozinhos, e isso melhora ao chegar no GT e encontrar outros que pensam e se incomodam tanto quanto eles, pois sabemos o quão desafiador é o cotidiano do professor em sala de aula.

Professor forma professor – troquem com seus pares, troquem com seus alunos. Todos temos algo a ensinar e a aprender. Busquem formação frequente, realizem escuta verdadeiramente ativa com seus estudantes, pois só aprende a ouvir quem é ouvido. O mundo é feito de trocas.

No meu mundo, há um espaço de trocas potentes, que é o GT. Ser a pessoa que criou e promove essas trocas me orgulha muito. Já foram nove encontros

entre agosto de 2023 e novembro de 2024. Participação de 636 ouvintes e 23 palestrantes. Já tratamos de diversos assuntos, como racismo estrutural, colorismo, racismo obstétrico, cultura periférica, saúde da população preta, cinema, aprendemos sobre jongo, dançamos Charme, fizemos caminhada cultural pelo bairro com guia de afroturismo e realizamos muitas, muitas trocas mesmo, sobre práticas pedagógicas que promovem verdadeiramente o antirracismo e, consequentemente, constituem um ambiente mais acolhedor.

Nossa necessidade de formação e transformação é constante. Nossos atuais alunos possuem uma configuração muito diferente da nossa e, enquanto professores, temos que aprender a não só lidar, mas lidar, trocar e aprender com eles. Ensinar de forma não violenta a conviver com o outro. Ensinar que existem padrões impostos e devemos não aderir a estes. A escola torna-se um lugar melhor quando os estudantes se sentem pertencentes a ela. Vejam se seus murais ou ilustrações refletem os seus alunos: eles são fisicamente parecidos? Mostramos pessoas historicamente importantes que se parecem com eles? Já descolonizamos nossos pensamentos para, em seguida, descolonizar os de nossos alunos?

Para finalizar, deixo uma frase de Clelia Rosa, que diz que "se racismo é cotidiano, antirracismo também precisa ser" e um provérbio africano que diz que "sozinhos vamos rápido, mas juntos vamos mais longe".

Claudia D'Arc Fontes[1]

[1] Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; palestrante, professora na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, Brasil; formadora de Lideranças Pedagógicas dos Coordenadores Pedagógicos da 4ª Coordenadoria Regional de Educação do Rio de Janeiro, Brasil; criadora do Grupo de Trabalho para a Educação das Relações Étnico-Raciais nessa Coordenadoria. E-mail: cdarcf@gmail.com.

O mundo que você quer pode e deve começar por você!

Querida Daniele,

Como uma futura pedagoga e educadora de crianças, crianças estas que estão em formação e necessitam estar seguras em sua totalidade, sinto a necessidade e dever de me aperfeiçoar, tanto profissionalmente, quanto como pessoa, sendo assim, me inscrevi no curso da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) onde pude aprender, compartilhar e multiplicar uma educação pautada nos Direitos Humanos e Diversidades.

O desafio foi grande, visto que aos meus 44 anos, buscando reescrever a minha história, procuro de forma quase que "frenética" absorver tudo o que for possível, para desempenhar minhas atividades de forma exemplar, então, ao participar do curso, pude notar o quanto nossa sociedade ainda tem enraizados preconceitos e uma história marcada por desigualdades e discriminações, e é na escola onde tudo começa e onde podemos fazer a diferença ao inserirmos o multiculturalismo, promovendo ações dentro da sala de aula que despertem o interesse, aceitação e o respeito pelas diferenças.

Despida dos meus próprios preconceitos e saindo do lugar de senso comum que me encontrava, pude refletir o quanto julgamos os outros, o quanto uma palavra, um ato, um não acolher pode marcar a vida de uma pessoa, ao participar dos fóruns propostos no curso, tive acesso a tantos relatos que mudaram significativamente meu olhar sobre o ser humano. A interação com os colegas e a intermediação da tutora Edilene foram fundamentais para que eu pudesse aprender e sentir que estou no caminho certo.

Ao longo do curso fomos convidados a fazer a leitura do texto "Gaiola ou Asas" do educador e escritor Rubem Alves e, a partir deste, a refletir sobre, e eu quando penso em escolas que são asas, imagino um lugar que permita às crianças serem apenas crianças, onde sejam protagonistas desse espaço, onde haja respeito mútuo e quero enquanto futura e atual professora em formação, atuar dentro do âmbito escolar, mudando as realidades nas quais os alunos estão inseridos, pois acredito e me esforçarei para fazer a diferença, dar asas e abrir as gaiolas. Cito também o Professor Narbal Silva, que pontuou em uma das aulas que "as crianças sempre irão fazer muito mais o que os

seus professores fazem e muito menos do que seus professores dizem e não fazem", sendo assim aprendi que temos que ser a mudança que queremos no mundo, ao construirmos com os alunos sentimentos e emoções, e é nisso que acredito, numa educação que forme a criança no seu todo, pois a escola é um "resumo" da nossa diversidade cultural.

Em uma das lives, a professora Dra. Elenita Pinheiro pontuou que: "nós como sociedade, como cidadãos, temos que usar de todas ferramentas disponíveis do ponto de vista jurídico e humano, e não apenas reduzir índices, mas construir uma cultura, um outro modelo de sociedade", e penso que é dentro dos espaços escolares que essa mudança deve ganhar força, somos agentes de transformações, devemos atuar sempre de forma ética, acolhedora e mediadora para assim garantir a efetivação dos direitos humanos. É na escola que podemos fazer a diferença implementando a integração, treinamentos e orientações, com o intuito de dessensibilizar os estigmas e assegurar que os direitos garantidos no papel passem a ser efetivos na vida das pessoas.

Finalizo esta carta com uma citação de Milton Santos, geógrafo e pensador brasileiro, em que ele diz: "a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une", portanto, quando formarmos indivíduos preparados para o "ser diferente" veremos que ao final somos todos iguais; e lembre-se querida Daniele, essa sou eu, sendo você, buscando em nós fazer a diferença nesse mundo, ainda que não alcancemos o mundo todo, saiba que ao mudar o mundo de uma criança, de sua família e de sua comunidade você já contribuiu para torná-lo melhor.

Assis, 28 de novembro de 2024.

Daniele Cristina Ribeiro da Silva[1]

[1] Professora na rede municipal de ensino de Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: daniele.ribeirosilva2@gmail.com.

Vivências e impressões da tutoria EAD no curso de Educação em Direitos Humanos e Diversidades da Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2024

Caríssimos colegas educadores e educadoras,

Nesta carta, quero compartilhar com vocês um pouco das vivências ao longo das ações formativas do curso de aperfeiçoamento "Educação em direitos humanos e diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos" ofertado pela Universidade Federal de Uberlândia, por meio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc), em parceria com a Secretaria de Alfabetização, Educação Continuada e Diversidades (Secadi) do Ministério da Educação (MEC), na modalidade virtual, no período de junho a outubro do ano de 2024. Enquanto tutora a distância de uma das turmas, nesse curso apresento vivências de acontecimentos apreendidos pelos indivíduos relacionados à orientação e ao desenrolar das ações, não só com relação ao seu passado, mas também ao seu futuro. Pretendo descortinar da minha alma, sentimentos, emoções e impressões dessas vivências que saem do meu ser para transitar livremente em outros seres num movimento tênue, constituindo assim, uma rede de novos saberes, novas vivências, que, certamente, revelarão um pouco de mim, um pouco de você, um pouco de nós. Ressalto que, na tutoria dessa urgente e necessária ação formativa, tive a oportunidade de fazer parte de um coletivo de pessoas incríveis que se interessam e defendem a vida do ser humano como o bem mais precioso do planeta, e um direito universal, que não pode ser negado a ninguém.

Começamos, então, pela estrutura sequencial do curso que foi organizada em uma unidade geral para apresentações e ambientação dos cursistas na plataforma *moodle*, quatro unidades temáticas e os estudos de recuperação. A unidade I trata dos fundamentos de educação em direitos humanos; a II aborda a diversidade sexual e de gênero, direitos da mulher; a III dialoga sobre

a comunicação não violenta, cultura de paz nas escolas e o poder da comunicação fundamentada em direitos humanos; e a IV aponta questionamentos sobre migrantes internacionais, refugiados e apátridas. O curso foi pensado a partir de uma metodologia dinâmica, participativa e atrativa, o que facilitou a integração entre os cursistas em uma grande rede virtual de aprendizagem colaborativa. Vale socializar, com vocês, impressões registradas pelos alunos da minha turma, no processo de avaliação do curso. No que se refere ao conteúdo geral das videoaulas e ao conteúdo dos módulos, eis alguns relatos:

"No meu ponto de vista foram videoaulas bem incisivas e enfatizando sobre adotá-las lateralidade, acontecimentos, diversidade de gênero, cultural e de uma forma geral, nos faz refletir sobre mundo, sobre ser humano interno e externo, achei os conteúdos muito bem elevados e elaborados, histórias interessantes. Nos faz viajar, pensar, sentir"

"Textos interessantes, que buscam nos mostrar diferentes mundos, todos os textos de todos os módulos são de reflexão, fazer o educando pensar, curiosidades, querer buscar mais e conhecer mais, sair do nosso próprio umbigo e enxergar o do próximo. Pensar de uma forma geral quem somos no mundo? O que é o mundo?"

"Gostei bastante das sugestões de rede de proteção e apoio, alguns eu conhecia e outros aprendi ao ler os textos. São de extrema importância para conscientizar a sociedade sobre a importância de garantir e proteger os direitos fundamentais de todos os indivíduos".

Essas impressões e registros fazem parte das histórias de vida da minha turma e compõem a identidade dos alunos. Como afirma o sociólogo francês Halbwachs (2004), a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária, somos arrastados em múltiplas direções, o que nos permite situar em meio à variação contínua da experiência coletiva histórica das vivências, no caso específico, dessa tutoria a distância, agora não tão distante de todos vocês.

Apoiada no conceito de vivência na concepção Vygotskyana, quero destacar o valor dos fóruns de discussão como elemento chave do processo ensino aprendizagem no curso de Direitos Humanos e Diversidades, visto que é exatamente nesse espaço virtual que os usuários, tutora e cursistas se reuniram para discutir, compartilhar conhecimentos, fazer perguntas e obter respostas, interagir e trocar informações sobre os temas propostos e estudados em cada unidade do curso. O processo de tomada de consciência, segundo o teórico Vygotsky, começa por meio da relação dialética entre indivíduo e meio. E o mediador fundamental dessa relação são as vivências. Por meio dos fóruns de debates, a cada unidade foi perceptível a tomada de consciência dos alunos, enquanto expressão do ser social que cada um desempenha. Ao se descortinar e narrar as suas vivências no ambiente virtual de aprendizagem, o aluno/cursista expressava a sua visão, seus valores, suas concepções, seus posicionamentos e condutas diante do mundo em que vive.

Desta forma, meus caros colegas educadores e educadoras, socializo, a seguir, relatos que convalidam o quanto o curso correspondeu com a realidade da sala de aula e/ou de outros espaços educacionais de vivências e interações cotidianas:

“O olhar em relação aos alunos migrantes. Em minha atual escola, temos alunos venezuelanos”.

“Com o curso pude identificar a real necessidade de se incluir a todos/todas/todes desde o espaço escolar até nos demais meios na sociedade. Infelizmente ainda vivemos em um mundo que ainda não respeita e valoriza os outros, mas como é na escola que se forma um cidadão comecemos lá a demonstrar e fazer nossos direitos humanos prevalecerem”.

“Com certeza, o estudo do curso ampliou os horizontes em relação ao tema e irá facilitar na condução dentro do ambiente escolar, propondo estratégias amparadas legalmente, como uma forma objetiva de cultura de paz”.

Além disso, compartilho relatos sobre a mudança da percepção de mundo do cursista, principalmente, em relação à educação dos direitos humanos e diversidades:

"Mudou minha forma de me colocar no lugar de outra pessoa, minhas posturas ao me comunicar com alguém e da forma de olhar e dar voz a todas as pessoas independente da identidade de gênero, da etnia, raça e que nos todos somos seres humanos e temos os mesmos direitos e que não existe uma raça ou cultura ou gênero superior aos outros".

"Olha, o curso me possibilitou a ver muitos assuntos abordados com outra visão. Por exemplo, teve temas estudados como transversal dentre outros que antes do conhecimento a fundo deixa a gente confusa e na maioria das vezes possibilitando a não aceitação. Mas depois de aprofundar os temas estudados na plataforma, abriu um leque de visão e pensamento nos assuntos que estão cada vez mais abrangentes na sociedade brasileira".

E, também, registros de como o curso promoveu o seu objetivo central de educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos:

"Com essa base teórica, pude desenvolver uma maior sensibilidade e capacidade de identificar violações aos direitos humanos, o que foi fundamental para a coordenação de ações e projetos que visam a promover a igualdade, a justiça e a dignidade de todas as pessoas".

"O curso reforçou a minha postura profissional e pessoal a respeito dos direitos humanos. Acredito que cada vez que lemos e ouvimos o relato das pessoas em seu lugar de vivência, analisamos nossa postura e fala e com isso nos tornamos seres humanos melhores".

"A forma como vemos e correspondemos as nossas expectativas e dos nossos alunos. Na forma de enxergar o outro e a nós mesmos, refletir sobre nossas ações e aprender a respeitar sempre mais a história do próximo. Exercer sempre a empatia".

Bem, meus caríssimos colegas, nesse ínterim do processo formativo, do ensino aprendizagem, cabe pensar o que disse Guimarães Rosa: "as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas... elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam". Assim, a cada formação realizada, mudamos um pouco, aperfeiçoamos, afinamos com algumas ações e desafinamos com outras, assumimos a tarefa de formarmo-nos continuamente. Daí a necessidade de estarmos atentos ao ato de pensar e repensar sobre o papel que desempenhamos e o espaço que ocupamos como educadores na sociedade. Estamos preparados de fato para educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos? O currículo da nossa escola, no sentido dos conteúdos, da organização do tempo, do espaço, da intencionalidade promove a educação em direitos humanos. O que se ensina na escola? O que só na escola se aprende? Quais as finalidades da educação e quais expectativas da sociedade são explicitadas na nossa prática cotidiana? Encontrar as respostas nas redes de ensino dos municípios brasileiros é o desafio.

Mas espero que vocês tenham se deixado impregnar de impressões e sentimentos das múltiplas vivências, descortinadas aqui, nesta carta e coletivamente, possamos despertar mais e mais educadores e cidadãos sobre a importância de nos apropriamos da educação em direitos humanos e diversidades na intenção de tecer o mais belo bordado que embelezará, em algum momento, a vida de muitas pessoas. Junto tecemos o bordado da liberdade. Em tempo deixo aqui o meu carinho especial a todos os meus alunos e colegas de tutoria que ganhei ao longo dessa caminhada. Todos contribuíram decisivamente para o meu crescimento intelectual e pessoal.

Abraços afetivos.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2024.

Délia de Oliveira Ladeia[1]

[1] **Mestra em Formação de Professores da Educação Básica pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, Brasil; tutora de educação a distância (UAB/MEC) na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: deliaeducadora@gmail.com.**

Sobre a violência na sociedade e a influência nas escolas e nos estudantes

À Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

A violência vem aumentando na sociedade baiana e isso gera muitas reflexões sobre a educação. Esses comportamentos muitas vezes provocam influência nos mais jovens que adotam condutas desapropriadas no ambiente escolar, vivem com receio diante dos atos de violência fora da escola na cidade e muitos até mesmo abandonam a escola sob a influência do crime. Existe uma preocupação dos educadores acerca dos rumos da sociedade soteropolitana e baiana a respeito dos interesses dos alunos e da formação cidadã. A violência não só ameaça os cidadãos, trabalhadores, mas também os estudantes nas escolas, que estão sob influência desses comportamentos, principalmente nos bairros mais humildes.

Durante o ano de 2024, como educador e dentro do ambiente escolar, percebi algumas situações que chamaram minha atenção. Alunos sendo vítimas de violência dentro e fora da escola, que é, nitidamente, um reflexo do aumento da violência na cidade. Neste ano, infelizmente, um estudante teve sua vida ceifada, em uma tentativa de assalto no bairro do Uruguai. Estudantes sendo ameaçados por traficantes dentro da escola. Apesar de ser uma escola militar, onde existem policiais que fazem a organização e segurança da escola, ela não intimida os meliantes. A falta de acesso a recursos e oportunidades pode gerar frustração e ressentimento entre os estudantes, alimentando atitudes agressivas. É preciso verificar a razão dessas situações e trabalhar contra. O medo não pode se tornar um elemento presente na vida escolar, pois os estudantes precisam de um ambiente saudável, seguro e tranquilo para que possam se dedicar ao que realmente interessa: sua educação e formação cidadã.

São frequentes as práticas de *bullying* escolar, quando certo aluno não se encaixa em um padrão de comportamento aceitável atualmente. A internet,

particularmente as redes sociais, tem sido um veículo para o *bullying*, que, neste caso, também afeta as relações escolares. Muitos valores estão sendo propagados por pessoas, que muitas vezes não se alinham aos direitos humanos. Julgamentos por raça, cor, etnia, gênero acabam criando exclusões e brincadeiras que humilham e oprimem as vítimas. Esses comportamentos acabam sendo normalizados, diante de uma sociedade que coloca os valores da internet como relevantes. Outra situação é a exposição à violência em mídias, filmes e até mesmo contextos urbanos podem levar alguns jovens a normalizarem comportamentos agressivos. Assim, certos estudantes provocam atos de violência contra seus colegas, situação cada vez mais frequente também nos ambientes escolares.

Atualmente, a escola promove ações contra o *bullying*, com programas de conscientização. Contudo, é necessário ampliar esse olhar e alertar os alunos sobre o uso indiscriminado das redes sociais e da internet. Conduzir ações de orientação, principalmente direcionadas aos pais dos alunos, para controlar esse tipo de acesso, de forma que eles não consumam qualquer tipo de produto. Além disso, permitir ações de integração e de inclusão, que façam os alunos verem o seu próximo, como colega, como amigo, como seu igual. Programas de conscientização sobre respeito, diversidade e a importância de uma convivência pacífica são fundamentais. Isso pode ser feito por meio de palestras, *workshops* e atividades lúdicas. Trazer essa reflexão não é simples, mas com projetos pedagógicos conscientes e bem estruturados é possível chegar a esse fim.

No que tange à violência externa que influencia o ambiente interno, é preciso um olhar do estado para essa situação. Assim, a Secretaria de Educação pode trabalhar junto à Secretaria de Segurança Pública para promover ações de incentivo à educação. Investir em segurança nas escolas de forma a garantir que os alunos possam se sentir protegidos e à vontade para aprender. Promover o retorno dos jovens ao ambiente escolar e abandono do crime. Incentivar oportunidades aos jovens para que possam trilhar seus caminhos no trabalho e não no crime.

Considero a educação como o ponto chave para a mudança da sociedade. Logo, a violência não pode continuar avançando em nosso meio, devemos trabalhar os valores do respeito, da dignidade, do conhecimento e do trabalho em nossas instituições escolares. Peço que intensifiquem as ações voltadas à educação, que valorizem as escolas e tratem de todas as questões colocadas nessa carta. Não podemos ir na contramão do processo, permitindo que a violência influencie nossos jovens, pelo contrário, devemos exterminá-la. Não existe sociedade que prospere com a normalização da violência em seu meio.

Salvador, 16 de dezembro de 2024.

Echilles João Sousa Oliveira[1]

[1] Mestrando em Estudos Territoriais na Universidade do Estado da Bahia, Brasil; soldado do Corpo de Bombeiro Militar da Bahia, Brasil; professor no Colégio da Polícia Militar Luiz Tarquínio, Bahia, Brasil. E-mail: echilles@hotmail.com.

Quem são os filhos da mãe? Quem são as mães dos filhos?

Prezadas/os colegas educadores/as, estudantes dos cursos de licenciatura e estudantes dos cursos de bacharelado em Direito, Psicologia e Serviço Social,

A partir das vivências na rede pública e privada de ensino, desde 2013, sinto a necessidade de refletir empírica e teoricamente acerca do tema: quem são os filhos da mãe? Quem são as mães dos filhos? Nessa perspectiva, as experiências na Fundação CASA, de 2010 a 2016, como educadora social e, posteriormente, produtora de material didático, retroalimentaram o desejo de (re)pensar esses temas, coletivamente, com outros atores que direta ou indiretamente, atuam na área da Educação. Sob esse viés, ao compreender que toda educação é social, considerando a diversidade do universo que explorei profissionalmente, uma série de questionamentos sobre Direitos Humanos alinhados ao fazer pedagógico foram fomentados.

Em tal contexto, o menino/a menina "difícil" que recebemos na rotina escolar; os/as adolescentes em conflito com a lei; o/a jovem executado na comunidade, enquanto a mãe implorava clemência aos policiais, são personagens de uma história viva, para além da ficção. Realidades recorrentes no cotidiano escolar, pois a escola é parte de um cenário social. Na Fundação CASA, por exemplo, a maioria dos/as internos/as têm e/ou convive apenas com a mãe. Esse/a jovem, por vezes marginalizado e estereotipado, esse/a "filho/a da mãe" tem uma trajetória que, por vezes, apenas incorpora indicadores.

Diante deste cenário, após atuar no chão da escola, escrever um livro e realizar rodas de conversa com personalidades ligadas ao tema, como Socorro Calhau, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e Rosilene Pimentel (Feminismos Plurais), desenvolvi o projeto "Pajubá Elekô e(m) Cena" para ocupar teatros, universidades, escolas públicas e pátios da Fundação CASA, encenando as discussões propostas e, por meio da técnica do Teatro Fórum, incluindo a sociedade nessa proposta de discussão coletiva.

É importante dizer que a partir da primeira roda de conversa, "Quem são os filhos da mãe", escrevi a peça "Vidas encarceradas" e apresentei no Cine Teatro Cuiabá. O elenco foi formado por duas mulheres cegas, uma de baixa

visão, uma atriz com marca-passo, um ator cego total (pastor de igreja) e outro ator de baixa visão. Assinei o texto e a direção da peça: professora efetiva do estado, coringa do Teatro do Oprimido, mulher negra de religiões de matrizes africanas. Contamos, ainda, com dois intérpretes de Libras, uma mulher negra e um homem gay.

Salienta-se que além dos três atos, a platéia, formada por professores, médicos, policiais, mães, atores, estudantes, entre outros agentes sociais, foi contemplada uma roda de conversa sobre a relação entre o tema e a peça, mediada por facilitadoras como Renata Teixeira, assistente social do Núcleo de Enfrentamento à Mulher (Ministério Público/Mato Grosso); Edna Sampaio, professora universitária e doutora em políticas públicas, e Gabrielly Borges, psicóloga especialista em sexualização de corpos negros femininos.

Considera-se que a partir deste projeto, subsidiado pelo Teatro do Oprimido, o "Pajubá Elekô e(m) Cena", ao teatralizar essa sequência de violências e silenciamentos em escolas da rede pública e privada, universidades, instituições de Educação e Segurança Pública, poderemos ampliar o debate sobre os desdobramentos das violências implícitas nas perguntas-tema apresentadas por esta proposta.

Destaca-se que a promoção dos Direitos Humanos e as Diversidades, para além dos discursos, demanda ações. Portanto, o papel político e social do Teatro do Oprimido é essencial para empreender esse processo de reflexão, conscientização e transformação social, paulatina, porém coletiva

Paulo Freire menciona a palavra geradora como potencial de trabalho pedagógico. Michel Foucault aborda a relação entre as escolas e as instituições totais. Augusto Boal defende que todos somos espect-atores. Portanto, temos todas as referências necessárias para "amar". De acordo com bell hooks, "amar é agir". Convido a todas, todos e todes, carinhosa e respeitosamente, à ação.

Cuiabá, 16 de dezembro de 2024.

Elisângela Cristina Siqueira (Ayo Adeola)[1]

[1] **Professora de educação básica na rede municipal de ensino de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; integrante do Coletivo Pajubá Elekô. E-mail: ifauwe@gmail.com.**

Promovendo direitos humanos e diversidade: implementação e desafios na Educação Infantil e Fundamental I

Prezados educadores e membros da comunidade escolar,

É com grande entusiasmo que apresento a vocês o relatório e as propostas resultantes do nosso recente Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades, focado na Educação Infantil e Fundamental.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a importância deste tema. A Educação em Direitos Humanos e Diversidades é crucial para a formação de cidadãos conscientes, respeitosos e inclusivos. Nosso objetivo é analisar e debater a implementação dessas práticas nas fases iniciais da educação, identificando desafios e propondo soluções práticas.

A Educação em Direitos Humanos visa inculcar valores de igualdade, respeito e cidadania desde cedo. No Brasil, somos amparados por uma robusta legislação, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Exemplo de práticas incluem rodas de conversa sobre direitos, leitura de histórias que abordem o tema e jogos educativos.

A diversidade na educação abrange etnias, gêneros, culturas, religiões e necessidades especiais. É essencial que nossas metodologias pedagógicas promovam a inclusão e o respeito às diferenças. Métodos práticos incluem o uso de materiais didáticos diversificados e a realização de atividades que celebrem diferentes culturas. Exemplos de sucesso incluem a inclusão efetiva de alunos com necessidades especiais e eventos multiculturais.

Identificamos várias barreiras na implementação dessas práticas. Resistências e preconceitos, tanto por parte dos alunos quanto da comunidade escolar, são frequentes.

Além disso, muitos professores carecem de formação específica para lidar com a diversidade, e há uma escassez de materiais didáticos adequados.

Para enfrentar esses desafios, propomos a capacitação contínua dos professores, com cursos e workshops sobre direitos humanos e diversidade. Desenvolver materiais pedagógicos inclusivos é também uma prioridade. Envolver a comunidade escolar é fundamental, com projetos que incentivem a participação dos pais e da comunidade.

Analisamos escolas que tiveram sucesso na implementação de programas de Educação em Direitos Humanos e Diversidade. Essas instituições aplicaram metodologias inovadoras e obtiveram resultados positivos, como a redução da evasão escolar e maior engajamento dos alunos.

Em conclusão, reforçamos a importância contínua da Educação em Direitos Humanos e Diversidade na formação das crianças. Recomendo a adoção de políticas e práticas que promovam a diversidade e os direitos humanos nas escolas, preparando nossas crianças para serem cidadãos conscientes e respeitosos.

Agradeço a todos pela atenção e pelo compromisso com a melhoria de nossa educação. Estou à disposição para quaisquer dúvidas ou discussões adicionais sobre este tema tão crucial.

Fernanda Aparecida Ponzio de Barros[1]

[1] Aluna do curso de aperfeiçoamento Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos E-mail: fernandaponziobarros@gmail.com.

Educação para a diversidade sexual e étnico-racial: desafios e possibilidades sob a perspectiva de uma gestora escolar

Prezados colegas educadores e gestores escolares,

É com imensa satisfação que compartilho, por meio desta carta pedagógica, algumas reflexões oriundas de minha prática como gestora escolar e pesquisadora na área da Educação para a Diversidade. Inspirada pelas discussões realizadas no curso de aperfeiçoamento "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos", proponho trazer à tona um tema que permeia tanto minhas preocupações profissionais quanto acadêmicas: os desafios enfrentados para a implementação da Educação para a Diversidade Sexual e Étnico-Racial nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas de Ensino Fundamental em Manoel Vitorino-BA, que é a cidade onde atuo profissionalmente.

Durante a elaboração da minha pesquisa, intitulada "Educação para a Diversidade Sexual: gestões escolares e problemas centrais na implementação curricular em Manoel Vitorino- Bahia", e no desenvolvimento de ações formativas no curso, que se deu paralelo aos passos dessa pesquisa, compreendi como as políticas curriculares podem servir como ferramentas transformadoras para uma educação mais justa e inclusiva. No entanto, também percebi as barreiras estruturais e culturais que comprometem a efetiva aplicação desses princípios no cotidiano escolar. É sobre essa complexa relação entre as potencialidades e os desafios que busco refletir nesta carta.

Minha experiência como diretora escolar desde 2019 tem evidenciado a urgente necessidade de promover uma Educação em Direitos Humanos que contemple, de forma transversal, as relações de gênero, sexualidade e etnicidade. Apesar de o Referencial Curricular Municipal (RCM) de Manoel Vitorino, elaborado em 2020, reafirmar o compromisso com a Educação para

a Diversidade como tema integrador, os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas municipais frequentemente suprimem essas diretrizes. Isso ocorre mesmo em um contexto de ampla formação docente, evidenciando a distância entre a política curricular e sua implementação prática.

O curso de aperfeiçoamento "Educação em Direitos Humanos e Diversidades" foi crucial para aprofundar minha compreensão sobre essas lacunas e me motivou a explorar estratégias pedagógicas que possam superar essas barreiras. A reflexão promovida durante as formações não só subsidiou a construção de minha pesquisa de conclusão de curso de pós-graduação em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade, como também reforçou minha crença no papel transformador de uma educação enraizada em valores de igualdade e respeito às diversidades.

Os documentos curriculares, como o RCM de Manoel Vitorino e o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), apresentam diretrizes consistentes para a Educação para a Diversidade. Contudo, a realidade observada nas escolas do município onde atuo, revela resistências que vão desde a omissão de conteúdos relacionados à diversidade nos PPP até a falta de ações concretas que promovam uma educação inclusiva. Esses obstáculos são reflexo de preconceitos estruturais e do despreparo de alguns atores escolares para lidar com temas sensíveis, como relações de gênero e sexualidade.

A vivência no curso me levou a compreender a importância de estratégias participativas e horizontais no desenvolvimento de documentos como os PPP. Em Manoel Vitorino, a reestruturação dos PPPs, realizada em 2022 sob a orientação da UNDIME e da UFBA, foi um passo importante nesse sentido. A formação de Comitês Locais e Escolares foi uma tentativa de promover o engajamento de toda a comunidade escolar na construção de significados e pertencimento às propostas curriculares. No entanto, a ausência de mecanismos efetivos de monitoramento e apoio contínuo contribuiu para a desconexão entre o que está escrito e o que é praticado.

Por meio desse curso de aperfeiçoamento, pude refletir sobre como a Educação em Direitos Humanos exige não apenas a introdução de novos conteúdos, mas uma mudança paradigmática que envolva a desconstrução de preconceitos e a formação crítica de todos os envolvidos no processo educacional. Essa reflexão, inclusive àquelas em torno da temática "diversidade sexual, de gênero e direitos da mulher: conhecer para combater distorções negadoras de direitos", da Unidade II, desempenhou um papel importante ao instigar reflexões críticas e aprofundadas sobre o tema em questão, enriquecendo a construção de perspectivas abordadas em meu segundo projeto de pesquisa desse ano, onde proponho uma análise sobre a violência e as opressões enfrentadas pela comunidade LGBTTQIAPN+, com foco específico na história de vida e no assassinato de uma travesti negra em Jequié, Bahia, em 2019, e que foi recentemente aprovado pelo Programa de Pós-Graduação Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), nível de Mestrado Acadêmico, com área de concentração em Relações Étnicas, Gênero e Sociedade, oferecida pelo órgão de Educação das Relações Étnicas (ODEERE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E, sem dúvidas, continuará a orientar minhas práticas enquanto gestora, educadora e pesquisadora, pela importância de considerar, reconhecer e defender direitos, buscando desconstruir e romper com uma "cultura" preconceituosa e discriminatória em razão do gênero e sexualidade, bem como para o combate à misoginia, homo/transfobia e violência entre outras minorias presentes na sociedade brasileira.

Assim, para que a Educação para a Diversidade se torne uma realidade concreta nas escolas, proponho as seguintes ações: 1. Fortalecimento da Formação Continuada: Promover formações regulares e práticas, com foco na desconstrução de preconceitos e na sensibilização para os temas de diversidade sexual e étnico-racial; 2. Monitoramento e Acompanhamento: Estabelecer um sistema de avaliação e apoio às escolas, assegurando que as diretrizes curriculares estejam sendo efetivamente incorporadas às práticas pedagógicas; 3. Ampliação da Participação Comunitária: Estimular o protagonismo de alunos, pais e demais membros da comunidade escolar na

elaboração e implementação dos PPPs, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas; 4. Criação de Espaços de Diálogo: Implementar fóruns escolares para discutir, periodicamente, os avanços e desafios da Educação para a Diversidade, promovendo trocas de experiências e boas práticas.

Acredito firmemente que a Educação para a Diversidade é um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Embora os desafios sejam muitos, o curso de aperfeiçoamento e minha experiência na gestão escolar têm me mostrado que é possível promover mudanças significativas por meio de práticas pedagógicas comprometidas e transformadoras. Convido cada um de vocês a refletir sobre o papel que podem desempenhar nesse processo e a se engajar na luta por uma educação que valorize todas as identidades.

Com esperança e determinação.

Jequié, Bahia, 15 de dezembro de 2024.

Geysa Amaral Sá[1]

[1] Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil; professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa no Ensino Fundamental (anos finais) e diretora escolar da rede municipal de ensino de Manoel Vitorino, Bahia. E-mail: 2025f0219@uesb.edu.br.

O poder da comunicação

A quem quiser me ouvir...

No decorrer do nosso curso "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos", dentre tantas reflexões relevantes, o que me inspirou a escrever, como forma de contribuição para que a educação se realize, de fato, com base nos direitos humanos e no respeito às diversidades — foi a questão da não violência.

A não violência começa no processo comunicativo. Quando se fala com respeito ao outro, sem julgamentos ou preconceitos, reduz-se significativamente a incidência da violência. O inciso IX da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece: "Promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas".

É cônscio que o processo comunicativo tem o poder tanto de disseminar quanto de erradicar o *bullying* nas escolas. O preocupante, porém, é perceber que, muitas vezes, essa violência parte até mesmo de professores, aqueles que deveriam atuar na promoção da educação em direitos humanos e diversidade, ensinando que o diferente não é sinônimo de incapaz. Pelo contrário: reconhecer a diferença como parte da condição humana é essencial para evitar um cenário em que o desrespeito predomine, uma vez que cada indivíduo é singular em sua essência.

Diante disso, torna-se emergencial a necessidade da escuta empática e da comunicação autêntica. A empatia, segundo a definição dicionarizada, é a capacidade psicológica de sentir o que sentiria outra pessoa, caso estivesse na mesma situação. Se houvesse mais empatia, "João não falaria mal de José porque ele pensa, age ou é fisicamente diferente dele, e vice-versa".

Por fim, fica registrado, para quem quiser ouvir, que a educação, além de transmitir conteúdos acadêmicos, deve promover a conscientização sobre

Direitos Humanos e Diversidade. E que educar-se é um processo que retorna para si: somente ao nos educarmos poderemos, de fato, educar os outros.

Gilsa de Oliveira Mendonça[1]

[1] Especialista em Literatura Brasileira e Docência para a Educação Profissional e em Coach e Liderança em Gestão da Emoção; professora da rede municipal de ensino Uberlândia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Brasil. E-mail: gilsaomendonca65@gmail.com.

As políticas públicas e as dificuldades da efetivação da Educação em Direitos Humanos e Diversidades

Prezados colegas educadores - que possuem meu mais profundo respeito,

A escola Altina de Paula busca atuar de forma significativa no sentido de contribuir para minimizar o abandono escolar, a exclusão em qualquer modalidade, e a diminuição de comportamentos agressivos por parte de determinados alunos, na aquiescência do que é diferente, objetivando a preservação dos direitos humanos e as liberdades individuais.

Entretanto, o que nos chama a atenção é que determinadas medidas, implementadas ao longo dos tempos, acarretam impasses e distorções que afetam diretamente a condução pedagógica. Burocracias em excesso transformam gestores em administradores e especialistas em repetidores de advertências, enquanto os professores ficam à mercê da inconstância dos alunos, em um reflexo claro de medidas que culminam em respostas negativas quanto ao aproveitamento e o rendimento escolar.

A questão é: em qual momento as políticas públicas privilegiam as particularidades de cada escola, sua localização e o público a que se destina? Como tem sido tratada a questão do acesso às novas tecnologias por parte dos alunos? E quanto aos gestores, como equacionar a dicotomia provocada entre a necessidade de administrar e o imperativo de assumir as rédeas pedagógicas de uma escola?

Ao longo da história da educação, no Brasil, as políticas públicas seguem a postura que massifica a escolarização, desconhecendo particularidades e regionalizações, esquecendo o quão vasto e diversificado é este país. No período da pandemia, em que o uso das mídias se fazia necessário para dar continuidade aos estudos, nos deparamos com situações em que havia apenas um celular em uma residência com dois ou três alunos; o computador era privilégio de poucos, fator que dificultou em muito o aprendizado, o

resultado é um contingente de estudantes despreparados quando do retorno às aulas presenciais.

Outra grave consequência de políticas mal elaboradas é a inclusão de alunos portadores de deficiências em salas de aulas regulares, muito embora, em determinados casos, o aluno conte com o professor de apoio. Os professores conteudistas não foram instrumentalizados para adaptar seu fazer pedagógico às necessidades dos alunos, em suas diversas dificuldades, seja motor ou psicopedagógicas. No momento, nos deparamos com outra grave situação, com o acesso às mídias, os alunos têm demonstrado pouco interesse pela aprendizagem, sentem dificuldades em interpretar textos, orientações escritas e interligar conteúdos afins, cabendo ao professor fazer malabarismos até para justificar o aproveitamento insuficiente dos mesmos.

Em primeiro lugar, se fazem necessárias mudanças na formação de professores, embora alguns cursos já modificaram seus currículos, ainda não chegamos à excelência necessária; preparar o espaço escolar para receber um aluno que faz uso de cadeira de rodas ou com baixa mobilidade é diferente de "adaptar" o espaço, inclusive com mesas e cadeiras que promovam o conforto e a mobilidade do aluno; nos casos de alunos portadores de dificuldades psicomotoras, é urgente a criação de um currículo escolar que contemple cada uma das especificidades do aluno, inclusive com cursos de formação complementar para todos os segmentos da escola, não apenas o professor de apoio deve ser o responsável pela "inclusão" do aluno nas salas de aula regulares. A elaboração de projetos nos quais as especificidades do aluno sejam contempladas, banir a obrigatoriedade de "responder" às questões das avaliações que, na maioria das vezes, não são assimiladas pelo aluno, mesmo quando elaboradas de maneira mais adequada pelos professores, inclusive a participação desse aluno nas avaliações de cunho institucional.

Lamentavelmente, ainda estamos longe da escola inclusiva perto do ideal, a massificação dos conteúdos, a exigência de resultados e a falsa ideia de inclusão tornam a ideia de pertencimento desses alunos ainda um sonho

distante, muito embora gestores e educadores empenhados tentem mudar essa realidade.

Paracatu, 6 de novembro de 2024.

Jacirema das Neves Pompeu Martins[1]

[1] Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora da Faculdade do Noroeste de Minas, Brasil e na rede estadual de educação de Minas Gerais, Brasil. E-mail: jacirema.martins@educacao.mg.gov.br.

A arte como caminho para o recomeço: redescobrindo o potencial interior

Prezados internos do Lar Terapêutico Ágape e do Centro de Reabilitação em Dependência Química Ismael Abdel Aziz (CRDQ),

Vos escrevo, primeiramente, para dizer o quanto venho aprendendo com vocês. A partir dos nossos encontros com as oficinas de teatro e literatura, percebi o quanto eu estava distante da minha humanidade. Ao ouvi-los/las, minha arte começou a fazer mais sentido, eu acreditava que já fazia o suficiente, que não era preconceituosa, mas por meio dos nossos encontros consegui me despir das minhas verdades e fazer o meu melhor para alcançar o coração de cada um de vocês.

É fundamental que todos saibam que o acesso à arte, à cultura e à educação é um direito inalienável, garantido a cada cidadão, independentemente da situação em que se encontrem ou das circunstâncias que enfrentem. Esses elementos são muito mais do que formas de expressão ou entretenimento; eles representam ferramentas poderosas de transformação social, inclusão e desenvolvimento humano.

Em nossas aulas de teatro e literatura, tivemos a oportunidade de vivenciar e refletir sobre o papel crucial que essas práticas desempenham no processo de ressocialização. Elas abrem portas para novas possibilidades, fortalecem o senso de pertencimento e valorizam a diversidade de experiências. A arte e a educação, quando acessíveis a todos, são capazes de restaurar a dignidade, promover a igualdade e reafirmar o direito de cada indivíduo a uma vida plena de oportunidades.

Sugiro que todas as práticas de valorização tenham como ponto de partida o teatro, uma vez que, por meio dele, podemos acessar diferentes áreas emocionais e, pela criação de personagens, é possível perceber e respeitar a necessidade individual e coletiva. Um teatro que não tem como objetivo formar artistas e sim cidadãos, trabalhar a inclusão e o acesso à cultura.

Nunca deixem que nada os faça desistir, vocês são importantes. Busquem sonhar e acreditem na potencialidade que existe dentro de cada um de vocês. A jornada é difícil, mas não impossível, continuem tentando e acreditando em um futuro inclusivo e transformador.

Manaus, 19 de dezembro de 2024.

Jackeline dos Santos Monteiro[1]

[1] Mestranda em Educação em Ciências na Amazônia na Universidade do Estado do Amazonas, Brasil. E-mail: jackeline.smonteiro8@gmail.com.

Educação para a equidade: um chamado aos educadores pela promoção de práticas inclusivas e direitos humanos

Prezados e prezadas colegas educadores/as,

O respeito à diversidade na escola está diretamente relacionado aos princípios da equidade e dos direitos humanos, pois busca assegurar que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a um ambiente educacional acolhedor e igualitário. A equidade, ao contrário da igualdade formal, reconhece as particularidades de cada sujeito e propõe práticas que garantam condições justas e oportunidades reais de desenvolvimento, corrigindo desigualdades históricas e estruturais.

Dessa forma, a promoção da diversidade no contexto escolar reflete o compromisso com os direitos humanos ao valorizar as identidades, combater discriminações e proporcionar uma educação inclusiva, que respeita as diferenças culturais, sociais, de gênero e de orientação sexual. Ao construir um ambiente escolar democrático, em que o diálogo, o respeito e a valorização da pluralidade são fundamentais, formam-se cidadãos mais conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e livre de preconceitos.

Nesse sentido, é imprescindível que nos dediquemos à implementação de práticas que previnam e combatam todas as formas de preconceito, bem como ao desenvolvimento de estratégias para a promoção da diversidade e da equidade no ambiente escolar. Sem dúvida, essa não é uma tarefa fácil, pois o tema é polêmico e envolve diferentes concepções. Contudo, a inclusão e a diversidade devem ser tratadas como cumprimento das legislações e normas estabelecidas pelo Ministério da Educação, sem espaço para discussões acerca do mérito da orientação pessoal de cada indivíduo. Nesse sentido, o foco deve permanecer exclusivamente no respeito às diferenças, de forma a evitar qualquer tipo de discussão ideológica.

Ao implementar práticas inclusivas e promover um ambiente acolhedor e democrático, o clima organizacional da escola tende a melhorar, com o fortalecimento de uma cultura de respeito, a redução de conflitos e a maior harmonização da relação entre os indivíduos. Como consequência, haverá também impactos positivos na aprendizagem e no engajamento geral dos estudantes.

Além disso, ao implementar estratégias que promovam a diversidade e a equidade na escola, os estudantes são sensibilizados e se tornam agentes de transformação social, de modo que essa cultura de respeito e valorização das diferenças ultrapassa os muros da escola, sendo levada para outros espaços sociais, tornando os alunos multiplicadores do conhecimento e das práticas inclusivas e respeito aos direitos humanos.

Atuando na educação profissional, constatei como a ausência de formação específica para tratar de questões de identidade de gênero e práticas inclusivas dificultava a construção de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso. Essa constatação foi determinante para o direcionamento de práticas pedagógicas e realização de pesquisa acadêmica. Ao vivenciar situações em que docentes e profissionais da pedagogia expressavam dúvidas sobre como lidar com a diversidade, percebi a urgência de capacitações que abordassem não apenas o uso do nome social, mas estratégias pedagógicas que promovessem o respeito e a equidade no ambiente escolar.

Ao lidar diretamente com estudantes transgêneros e outros grupos vulneráveis, bem como conflitos em relação ao respeito às diversidades, compreendi como a ausência de capacitação docente e de políticas estruturadas resultavam em práticas excludentes e ambientes pouco acolhedores. A ausência de formação continuada para profissionais da escola evidenciava que, mesmo em uma instituição com diretrizes orientadoras de inclusão, faltava o documento orientativo para transformar princípios em práticas efetivas.

Nesse cenário, foi percebida a importância de inserir a diversidade e a equidade como pilares no planejamento e na prática pedagógica. Por meio da implementação de ações concretas, como formações periódicas, debates e rodas de conversa, a equipe escolar pode desconstruir preconceitos, construir um ambiente de respeito e disseminar práticas que valorizem as diferenças e o respeito aos direitos humanos.

A transformação de realidades escolares passa pela sensibilização e pelo engajamento de toda a equipe. Nesse sentido, devemos nos aprofundar e debater acerca da promoção da inclusão e da diversidade. O desenvolvimento de espaços de diálogo, como rodas de conversa com docentes, discentes, famílias e associações representantes de grupos de diversidade, possibilitam a troca de experiências e a reflexão crítica sobre os desafios enfrentados.

Além disso, a incorporação de práticas pedagógicas interdisciplinares voltadas à equidade, ao combate ao racismo e à valorização da diversidade cultural fortalece a missão educativa e forma cidadãos conscientes do papel social deles e promovem a justiça social. Nesse sentido, podem ser realizados estudos de caso, entrevistas, pesquisas de campo, gincanas temáticas, peças teatrais, paródias e outras atividades em que os discentes sejam encorajados e estimulados a refletir sobre a promoção da diversidade e práticas inclusivas.

Por outro lado, é fundamental desenvolver ou adotar um documento orientativo para sanar dúvidas, aliado à capacitação e sensibilização dos profissionais da escola, visando à promoção da diversidade e à prevenção de todas as formas de preconceito e discriminação. Além disso, é necessário que haja um documento que estabeleça medidas punitivas para casos de discriminação, garantindo que esses atos não permaneçam impunes.

Certamente, não existe uma fórmula pronta para promover a equidade e os direitos humanos. A abordagem adequada deve ser específica ao contexto social de cada escola e construída de forma conjunta entre a comunidade escolar. Por isso, é fundamental que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contemple a promoção da diversidade e o respeito aos direitos

humanos, assegurando a ampla e efetiva participação de toda a comunidade escolar.

O impacto dessas ações vai muito além dos muros da escola. Ao construir um ambiente acolhedor e respeitoso, formamos estudantes que se tornam multiplicadores de uma cultura de paz, inclusão e respeito aos Direitos Humanos. Os valores disseminados na escola são levados para as famílias, comunidades e demais espaços sociais, promovendo transformações significativas na sociedade.

A construção de uma educação inclusiva e democrática exige compromisso e resiliência. Embora os desafios sejam complexos, acredito que, ao atuarmos de forma coletiva e intencional, podemos superar barreiras e transformar nossas escolas em espaços onde todos se sintam respeitados, valorizados e pertencentes. Que possamos, juntos, assumir o papel de agentes de transformação, inspirando nossos alunos a construírem um futuro mais justo, inclusivo e equitativo.

Jefferson Greiki da Silva Oliveira[1]

[1] Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Legale, São Paulo, Brasil; professor da rede municipal de educação de Presidente Dutra, Maranhão, Brasil. E-mail: jeffersontropical@hotmail.com.

A educação ainda é o melhor caminho para um futuro melhor

Queridos/as colegas educadores/as e graduandos/as em pedagogia,

Começo esta carta nos convidando a refletir sobre nossa história, marcada por lutas, pela (in)existência de direitos e/ou pela violação deles. Antes de compreendermos o outro, devemos relembrar o processo de *invasão* do nosso país e os desafios enfrentados por nossos antepassados para que, hoje, tenhamos a oportunidade de exigir dos direitos instituídos constitucionalmente.

Contudo, é indispensável que conheçamos os marcos históricos e, posteriormente, conforme Silva (2024, p. 5), "conhecer e não esquecer da história é requisito indispensável para que não admitamos que situações de injustiças, violações e atentados contra a vida e a dignidade humana não se repitam e que nenhuma pessoa seja tornada vulnerável e/ou vulnerabilizada".

Ao pensar sobre "conhecer e não esquecer", surgem algumas questões que me fazem refletir sobre as estratégias que devemos adotar para que as pessoas vulnerabilizadas conheçam a história de origem e as lutas do nosso povo e dos nossos descendentes. Dessa forma, poderão compreender a necessidade de lutarmos por melhorias na qualidade de vida e pela garantia dos nossos direitos fundamentais. Reconheço a relevância de não apenas compreendermos nossos direitos, mas também colocarmos em prática nossos deveres como cidadãos, educadores/as e profissionais da educação em formação.

Para Rabenhorst (2014, p. 2 e 3), "o direito é aquilo que é reto, correto ou justo [...] e para cada direito há um dever correspondente". Vivemos em uma época em que há uma grande cobrança pelo cumprimento dos direitos – o que é ótimo, pois demonstra que estamos, ainda que a passos curtos, avançando na construção de um presente e um futuro melhores para nós e nossos descendentes. Mas será que estamos cumprindo, de fato, nossos deveres?

Candau (2020) nos convida a *insurgir* no ambiente em que estamos inseridos. *Insurgir* é cumprir nossos deveres de forma eficiente com as ferramentas disponíveis, sem aceitarmos passivamente a situação atual. Significa lutar por melhores condições de trabalho, valorização salarial e profissional e infraestrutura adequada, mas, ao mesmo tempo, desempenhar nossa função da melhor maneira possível.

Esta carta é um convite para refletirmos sobre as nossas práticas diárias. Onde e quando podemos melhorar? Vivemos em constante aprendizado e passamos por mudanças inerentes aos seres humanos e aos avanços tecnológicos. Devemos ser *insurgentes* e buscar o aperfeiçoamento de nossas práticas. Tenho plena consciência de que as mudanças trazem consigo medo e insegurança, mas, aos poucos, conseguiremos avançar. Contudo, nossa luta deve ser contínua.

O reconhecimento de nossa identidade é um fator crucial para a concretização de nossos direitos e deveres. Quem somos? Qual é o caminho a ser percorrido? Qual é o nosso objetivo? O analfabetismo ainda é um problema grave em nosso país. Muitas pessoas não têm plena consciência de seus direitos e deveres. Aquelas que conhecem alguns deles, geralmente, o fazem por meio de relatos de parentes, vizinhos ou amigos. É necessário que os governantes reflitam sobre o modelo educacional brasileiro, ouvindo, planejando, executando e disponibilizando recursos financeiros suficientes para a implementação de projetos eficazes.

Como profissional da educação atuante no Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, e tendo em vista o tema central desta carta, a identidade, proponho uma ação prática para promovê-la: a implementação de um projeto que se inicie na educação infantil e persista até o ensino médio.

Na educação infantil, uma vez por mês, em atividades de, no máximo, 30 minutos, poderiam ser abordados temas como: características físicas (uso de fotografias antigas e atuais de cada criança); heranças genéticas (exploração de características e história da família) e diversidade (atividade de desenho,

utilizando uma única cor, e, depois, cores diversas para representar diferentes animais e pessoas).

No Ensino Fundamental I, as atividades poderiam ocorrer duas vezes por mês, com foco em pesquisas sobre as lutas dos nossos antepassados; história e características dos negros (pretos e pardos), indígenas e quilombolas; visitas a uma aldeia indígena e uma comunidade quilombola, seguidas de debate em sala de aula sobre as semelhanças e as diferenças entre o que viram e o que leram/ouviram.

A ideia central é que as atividades sejam contínuas e trabalhadas de forma interdisciplinar, estabelecendo uma relação linear entre o aprendizado das crianças desde a educação infantil até o ensino médio, considerando o nível e as habilidades exigidas para cada etapa. O projeto deve ser desenvolvido em colaboração com universidades e faculdades, com foco nos cursos de pedagogia, direito (por meio de palestras e introdução aos direitos fundamentais de acordo com a legislação vigente), computação (para abordar Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC), entre outros.

O tema central desta carta é extremamente relevante e pode ser explorado por um longo período. Ao finalizá-la, retomo o título: "a educação ainda é o melhor caminho para um futuro melhor". O maior investimento deve ser na educação, pois é por meio dela que as pessoas desenvolvem uma melhor compreensão de seus direitos e deveres. Estamos na direção certa. Continuemos trabalhando juntos para construirmos esse futuro.

Marabá, 17 de novembro de 2024.

Jussara Lima Santos[1]

[1] Especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade Iguaçu, Paraná, Brasil; secretária escolar na rede municipal de ensino de Marabá, Pará. E-mail: jussara.ls@unifesspa.edu.br.

Educação como ponte: alinhando valores familiares e direitos humanos para a transformação social

Prezados/as Educadores/as e familiares

Vivemos em um momento de profundas transformações sociais e educacionais, que nos desafia a refletir sobre o papel da educação na formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados. A educação, hoje, vai além de ensinar conteúdos e preparar estudantes para o mercado de trabalho; ela assume a responsabilidade de formar indivíduos capazes de viver em uma sociedade cada vez mais plural e complexa, pautada nos valores da empatia, da equidade e da responsabilidade social.

Nesse contexto, é fundamental alinhar os valores da educação familiar aos princípios dos direitos humanos, essenciais para uma convivência democrática e respeitosa. Esse alinhamento, no entanto, não está isento de desafios. Muitas vezes, os valores tradicionais transmitidos no ambiente familiar podem parecer distantes ou até mesmo em conflito com as demandas contemporâneas de inclusão, igualdade e cidadania global. Essa aparente tensão pode ser superada por meio do diálogo e da cooperação entre escola e família, promovendo uma educação transformadora e inclusiva.

Inspirados pelo pensamento de Paulo Freire, que nos lembra que "a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem", entendemos que educar é, acima de tudo, um ato político e social. A educação não se limita ao ensino de conteúdos curriculares; ela é um processo contínuo que transforma pessoas e, por meio delas, a sociedade. Por isso, a integração entre os valores familiares e os princípios universais dos direitos humanos é uma necessidade urgente para a construção de uma educação emancipatória e plural.

A educação familiar desempenha um papel insubstituível no desenvolvimento inicial das crianças, transmitindo valores, crenças e costumes que moldam suas atitudes e comportamentos. No entanto, a sociedade contemporânea apresenta novos desafios, como a igualdade de gênero, a diversidade étnico-racial e a inclusão de pessoas com deficiência. Esses temas precisam ser abordados de maneira construtiva e colaborativa, respeitando as especificidades de cada família e comunidade, mas também promovendo uma visão de mundo mais ampla e inclusiva.

Paulo Freire destaca que "o diálogo é a base para qualquer transformação". É por meio do diálogo que podemos construir pontes entre escola e família, respeitando a riqueza cultural das comunidades, ao mesmo tempo em que alinhamos nossas práticas educativas aos princípios dos direitos humanos. Essa integração não implica abrir mão dos valores familiares, mas sim enriquecê-los com perspectivas que valorizem a diversidade e promovam a equidade.

Para que essa conexão se fortaleça, é essencial investir na formação contínua dos educadores. Os/as educadores/as precisam estar preparados para reconhecer e valorizar a diversidade cultural, social e econômica dos estudantes e de suas famílias, ao mesmo tempo em que promovem uma educação pautada na justiça social e na construção de uma cidadania ativa. A formação continuada possibilita que os/as educadores/as revisem suas práticas, superem preconceitos e estejam abertos ao aprendizado constante, como nos ensina Freire: "Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo".

A integração dos direitos humanos na educação vai além do currículo escolar; ela deve permear as práticas cotidianas da escola. É necessário criar espaços permanentes de diálogo, como rodas de conversa, oficinas e fóruns comunitários, onde as famílias possam compartilhar suas perspectivas e aprender sobre os princípios dos direitos humanos de maneira prática e acessível. Esses espaços fortalecem a parceria entre escola e comunidade, promovendo um ambiente de colaboração e confiança mútua.

Além disso, a interseccionalidade desempenha um papel central nesse processo. Cada estudante traz consigo uma história única, marcada por diferentes identidades – de gênero, raça, etnia, classe social e outras dimensões. Reconhecer e valorizar essa diversidade é fundamental para construir uma educação que acolha todos os estudantes, combatendo preconceitos e promovendo a inclusão.

A escola também deve atuar como agente de mediação cultural, traduzindo conceitos complexos de direitos humanos para o contexto de cada comunidade. Muitas famílias podem ter dificuldades para compreender ou aceitar esses conceitos, devido a barreiras culturais, religiosas ou sociais. Nesse sentido, cabe à escola construir pontes, com sensibilidade e respeito, entre os valores familiares e os princípios universais que fundamentam a convivência democrática.

Outro aspecto crucial é a criação de práticas pedagógicas transformadoras. Não basta incluir temas como igualdade de gênero, diversidade racial e cidadania global nos currículos; é preciso vivenciá-los no cotidiano da escola, por meio de atividades que promovam o respeito, a empatia e a solidariedade. Por exemplo, projetos interdisciplinares que envolvam as famílias na construção de murais sobre a história das comunidades ou atividades que explorem as contribuições culturais de diferentes povos podem ser ferramentas poderosas para fortalecer os laços entre escola, família e sociedade.

Para tanto, é imprescindível que os/as educadores/as estejam preparados para lidar com situações de conflito, que podem surgir quando os valores familiares parecem divergir das práticas escolares. Essa mediação exige não apenas conhecimento técnico, mas também uma postura ética e humanizadora, que reconheça as especificidades de cada família e promova soluções baseadas no diálogo e na cooperação.

A relação entre educação familiar e escolar deve ser baseada no respeito mútuo, na escuta ativa e no entendimento das diferenças. Isso não significa que os valores tradicionais devam ser abandonados, mas que possam ser

repensados e contextualizados à luz dos desafios contemporâneos. Encontros, formações, oficinas e rodas de conversa são oportunidades valiosas para fomentar essa troca, convidando as famílias a participarem ativamente da construção de uma educação que acolha a todos.

A educação, como bem destaca Paulo Freire, "é sempre um ato político". Nesse sentido, devemos assumir a responsabilidade de educar para a transformação social. Que possamos unir forças para construir uma educação que prepare nossas crianças e jovens para serem agentes de mudança, comprometidos com a construção de um futuro mais justo e igualitário.

Por fim, reiteramos que o momento atual exige coragem, amor e determinação. Que o legado de Paulo Freire nos inspire a superar as barreiras que ainda separam a educação familiar dos direitos humanos e a construir uma ponte sólida de diálogo, cooperação e respeito. Juntos, podemos promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que valorize a diversidade, combata as desigualdades e prepare nossos estudantes para os desafios do mundo contemporâneo.

Com respeito e admiração,

Kelly Chrystine Guedes Levy[1]

[1] Especialista em Mídias na Educação e em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil; coordenadora técnica pedagógica na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Nova Soure, Bahia. E-mail: kellycgl63@gmail.com.

A Educação em Direitos Humanos como caminho para a inclusão e a transformação social

Prezada Equipe Coordenadora do Curso,

Por meio desta carta pedagógica, gostaria de cumprimentá-los cordialmente e manifestar minha profunda admiração pelo excelente trabalho realizado na condução e organização do Curso de Aperfeiçoamento "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: Educar-se e Educar para a Construção de uma Sociedade Fundamentada em Direitos Humanos". Esse curso proporcionou um período rico de reflexão, aprendizado e troca de experiências entre professores/as e demais profissionais. A relevância do tema, especialmente para nós, educadores/as da educação básica, é incontestável e nos inspira a continuar aprofundando estudos e reflexões no campo dos direitos humanos e das diversidades.

A prática pedagógica no campo da Educação em Direitos Humanos e Diversidades exige de nós, educadores/as, uma constante reflexão sobre os desafios que enfrentamos ao promover uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e transformadora. Diante disso, escrevo esta carta com o intuito de compartilhar reflexões e aprendizagens adquiridas no curso. Esse curso ampliou minha compreensão sobre o papel da educação na desconstrução de preconceitos e na promoção de uma cultura de respeito e valorização das diferenças.

Como educadora, percebo que a formação de uma sociedade pautada nesses valores requer não apenas mudanças estruturais, mas o fortalecimento de práticas pedagógicas que dialoguem com as realidades e as vivências dos/as alunos/as. Esse desafio, embora complexo, também é uma oportunidade para ressignificar nossas abordagens educacionais e promover a transformação social.

A vivência no curso foi uma oportunidade transformadora para aprofundar a compreensão sobre como os princípios dos direitos humanos podem ser

incorporados ao ambiente educacional. Na Unidade I, que abordou os fundamentos em Educação em Direitos Humanos, destacou a importância de enxergar a escola como um espaço de formação cidadã, em que o respeito à dignidade humana, à igualdade e à justiça social são valores que orientam as práticas pedagógicas. No entanto, isso requer um compromisso contínuo dos educadores para identificar e desconstruir práticas excludentes que, muitas vezes, estão naturalizadas no cotidiano escolar.

Ao refletir sobre as discussões da Unidade II, que explorou a diversidade sexual, de gênero e os direitos da mulher, ficou evidente a necessidade de um trabalho pedagógico que vá além do currículo formal e promova o respeito às identidades de gênero e orientações sexuais. A escola, como espaço de formação e convivência, deve atuar como uma ferramenta de combate ao preconceito e à discriminação. No entanto, práticas preconceituosas e o desconhecimento acerca dessas temáticas por parte de educadores e gestores podem dificultar a implementação de ações efetivas. Para superar esses desafios, é essencial investir em formações continuadas e criar espaços de diálogo que incluam alunos/as, famílias e toda a comunidade escolar.

A Unidade III, que tratou da comunicação não-violenta e da cultura de paz nas escolas, trouxe *insights* valiosos sobre como mediar conflitos de forma empática e promover um ambiente de convivência respeitosa. Essas práticas são indispensáveis para construir uma escola que não apenas reconheça a diversidade, mas a celebre como um valor essencial. Por fim, a Unidade IV, ao abordar a realidade de migrantes internacionais, refugiados e apátridas, revelou como a escola pode ser um porto seguro para estudantes em situações de vulnerabilidade. Isso, no entanto, exige práticas pedagógicas sensíveis e inclusivas, que acolham essas crianças e jovens, valorizem suas culturas e possibilitem a integração deles sem perda de identidade.

Essas reflexões apontam que, embora existam muitos desafios, também há inúmeras possibilidades para transformar a escola em um espaço de inclusão e justiça social. Incorporar os princípios de direitos humanos e da diversidade

às práticas pedagógicas não é apenas necessário, mas urgente, para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

Para promover uma educação que respeite e valorize os Direitos Humanos e as Diversidades, proponho a implementação de um Plano de Ação Pedagógica Inclusiva no ambiente escolar, com base nos princípios estudados no curso. Esse plano pode incluir, como primeiro passo, a realização de formações continuadas para professores e gestores escolares, abordando temas como diversidade de gênero, direitos das mulheres, acolhimento de migrantes e refugiados, e práticas de comunicação não-violenta. Essas formações devem ser colaborativas, proporcionando espaços para diálogo e troca de experiências entre os educadores.

Outra ação prática seria a criação de projetos interdisciplinares que integrem esses temas ao currículo escolar, como rodas de conversa, oficinas temáticas e projetos de leitura voltados à valorização da diversidade e à construção de uma cultura de paz. Por exemplo, na educação básica, atividades como a leitura e discussão de histórias que abordam diferentes culturas, gêneros e trajetórias de vida podem contribuir para que os alunos desenvolvam empatia e senso crítico. Além disso, é importante que as escolas estabeleçam protocolos claros de acolhimento e inclusão, principalmente para alunos em situações de vulnerabilidade, como migrantes e refugiados, garantindo apoio psicossocial e mediação cultural quando necessário.

Por fim, recomenda-se que a escola incentive a participação ativa da comunidade escolar, incluindo famílias e estudantes, na construção de um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Isso pode ser feito por meio de conselhos escolares, eventos culturais e campanhas de conscientização que celebrem a diversidade como um valor fundamental para a sociedade. Essas ações, ainda que simples, têm o potencial de transformar a escola em um espaço onde os direitos humanos sejam não apenas ensinados, mas vivenciados diariamente.

Acredito no poder transformador da educação como ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e fundamentada

nos valores dos direitos humanos. A promoção da diversidade, do respeito mútuo e da empatia no ambiente escolar não é apenas uma responsabilidade, mas uma oportunidade de moldar cidadãos críticos e comprometidos com a igualdade e a dignidade humana. Que cada educador e educadora possa abraçar esse desafio como um chamado à ação, reconhecendo que, em cada prática pedagógica inclusiva, estamos plantando as sementes de um futuro mais humano e solidário. Juntos, podemos fazer da educação um verdadeiro espaço de transformação social e construção de um mundo melhor.

Cáceres, 16 de dezembro de 2024.

Laura Pereira Leite dos Santos[1]

[1] Especialista em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil; professora na rede municipal de ensino de Cáceres, Mato Grosso, Brasil. E-mail: laurameyraleite@gmail.com.

Direitos humanos e diversidade: construindo pontes para uma sociedade mais justa e inclusiva

Prezados colegas educadores e estudantes,

Escrevo esta carta pedagógica com o objetivo de refletir sobre a importância da Educação em Direitos Humanos e Diversidade no contexto educacional atual. Vivemos em uma sociedade marcada por desafios relacionados à intolerância, desigualdade e desrespeito às diferenças. Nesse cenário, a escola desempenha um papel central na construção de uma cultura de paz, respeito e inclusão, preparando estudantes para se tornarem cidadãos conscientes e engajados.

A Educação em Direitos Humanos e Diversidade não é apenas uma diretriz pedagógica, mas um compromisso ético e social. Trata-se de fomentar nos espaços educacionais a valorização da pluralidade cultural, o reconhecimento das diferenças e o combate às práticas discriminatórias. Este é um chamado urgente para que professores, gestores e comunidades escolares se unam na construção de ambientes onde todos, independentemente de origem, identidade ou condição, sintam-se respeitados e incluídos.

Promover os Direitos Humanos e a Diversidade na prática pedagógica é um desafio que exige não apenas comprometimento, mas reflexão e ação contínua. A escola é um espaço privilegiado para fomentar valores como igualdade, respeito e empatia, pois é nela que se encontram diferentes histórias, culturas e realidades. No entanto, é necessário reconhecer que o ambiente escolar, muitas vezes, reflete as desigualdades e preconceitos presentes na sociedade, o que pode dificultar a construção de práticas inclusivas e justas.

Uma educação que valorize os princípios dos Direitos Humanos requer ações intencionais. É preciso criar atividades que promovam o diálogo e o reconhecimento das diferenças, abordando temas como racismo,

desigualdade de gênero, xenofobia e discriminação contra pessoas com deficiência ou membros da comunidade LGBTQIA+. Práticas como a escolha de materiais didáticos que valorizem a pluralidade cultural, o uso de metodologias participativas e o incentivo à escuta ativa entre os estudantes podem transformar a sala de aula em um espaço de aprendizado e convivência mais humanizados.

No entanto, para que esses valores sejam realmente promovidos, é necessário enfrentar alguns desafios, como a resistência às mudanças ou a falta de formação continuada de professores sobre diversidade e direitos humanos. O compromisso com uma educação inclusiva exige não apenas a sensibilização da comunidade escolar, mas o apoio das políticas públicas, que devem garantir recursos, formação docente e condições adequadas para a implementação dessas práticas. A transformação não ocorre de forma instantânea, mas por meio de um trabalho constante, pautado na ética e na esperança de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para promover uma educação que respeite e valorize os Direitos Humanos e a Diversidade, sugiro a implementação de projetos interdisciplinares que abordem temas como equidade, identidade e direitos sociais. Esses projetos podem incluir rodas de conversa sobre experiências de vida dos estudantes, análise crítica de obras literárias ou audiovisuais que tratem de questões sociais e oficinas culturais que valorizem as diferentes heranças culturais presentes na comunidade escolar. Essas práticas favorecem o diálogo e a conscientização, ajudando a construir uma visão mais empática e inclusiva.

Além disso, é essencial investir na formação continuada dos professores e gestores escolares, capacitando-os para identificar e enfrentar situações de preconceito ou exclusão dentro do ambiente escolar. Oficinas temáticas, estudos de caso e a troca de experiências entre educadores são estratégias que podem ampliar a compreensão acerca da diversidade e direitos humanos, fornecendo ferramentas para a criação de práticas pedagógicas mais transformadoras. Por fim, é crucial fortalecer parcerias com a comunidade local, promovendo a integração entre escola e sociedade e

garantindo que as ações educativas reflitam as reais necessidades e riquezas culturais de seus estudantes.

Acreditar na força transformadora da educação é acreditar na possibilidade de um mundo mais justo e inclusivo. O respeito aos Direitos Humanos e à Diversidade não é apenas um ideal, mas uma necessidade urgente que deve guiar nossas práticas pedagógicas e sociais. Cada ação, por menor que pareça, pode fazer a diferença na construção de um ambiente educacional acolhedor, onde todos tenham voz e vez. Convido todos educadores e educadoras a refletirem acerca de suas práticas e a se engajarem nesse propósito, pois é pela educação que plantamos as sementes de uma sociedade mais solidária, plural e comprometida com o bem comum.

Poço do José de Moura, 13 de dezembro de 2024.

Laurindo Francisco Duarte Filho[1]

[1] Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil; professor da rede estadual de educação em Poço de José de Moura, Pernambuco, Brasil. E-mail: laurindoduarte9@gmail.com

Educação em Direitos Humanos e Diversidades: reflexões para um caminho possível

Prezados colegas educadores e equipe pedagógica,

Ao escrever esta carta sobre o Curso de Aperfeiçoamento em "Educação em Direitos Humanos e Diversidades", doravante denominado por mim EDHD, tive a oportunidade de refletir sobre temas complexos e urgentes tais como a definição dos termos: *fundamentos*, *direito*, *direitos humanos e diversidades*. Termos que a priori parecem simples, mas podem reter lacunas formativas e de conhecimentos acerca dos seus significados, sentidos e, inclusive, limitações. A promoção de debates sobre inclusão, discriminação e violência sofridas, especialmente por crianças, adolescentes, mulheres e imigrantes. A abordagem ocorreu de maneira interdisciplinar e a variedade de materiais utilizados permitiram uma compreensão mais ampla e aprofundada quanto aos desafios e às possibilidades de inserção da educação em direitos humanos a partir do ambiente escolar.

Um dos temas que mais me impactou foi a diversidade, a qual deve ser considerada como riqueza, literalmente associada ao princípio que assegura a permanência de crianças e adolescentes na escola como forma de cumprir os direitos de estudar e aprender. Foi possível apreender que a diversidade não é apenas um fato a ser reconhecido, mas uma riqueza a ser valorizada. Ao celebrar a convivência entre as diferentes culturas, raças, religiões e demais aspectos sociais, estamos construindo uma sociedade mais democrática e cidadã que admite a garantia dos bens sociais, humanos, culturais e ambientais que assegurarão a manutenção dos seres vivos no planeta. A escola tem um papel fundamental nesse processo, ao criar ambientes inclusivos, equitativos e acolhedores, onde todos se sintam valorizados, respeitados e conscientes de seus direitos e deveres enquanto cidadãos críticos.

A importância da escuta ativa e do diálogo para inserir a Comunicação Não-Violenta (CNV) no cotidiano do desenvolvimento da cultura de paz também foram aspectos destacados ao longo do curso. Ao ouvir e respeitar as diferentes perspectivas e experiências sem realizar julgamentos, podemos construir pontes para superar as diferenças em nossas relações, ressignificando nosso modo de ver e (con)viver em coletividade. Nesse sentido, a luta contra a discriminação e a violência é um desafio diário para a EDHD. Identificar as diferentes formas de discriminação e desenvolver estratégias para combatê-las reafirma o papel fundamental da escola na promoção de uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos. A formação continuada docente é um tópico crucial para EDHD, por se tratar de um campo em constante evolução, nós, educadores, devemos nos manter atualizados e engajados nessa luta. Posso afirmar que as ações formativas desenvolvidas em cada unidade do curso foram significativas para a minha aprendizagem. As atividades práticas, as discussões em grupo por meio dos fóruns e as pesquisas realizadas permitiram uma imersão profunda nos temas abordados. Os relatos de experiência dos outros colegas foram enriquecedores e permitiram ampliar minha visão sobre o acolhimento, especialmente das pessoas em condição de vulnerabilidade, como os migrantes internacionais e os indígenas.

Ademais, o diagnóstico da situação atual no Brasil evidencia que parte dos professores não possuem formação adequada para desenvolver atividades pedagógicas acerca de temas como diversidade, discriminação e direitos humanos. Falta de materiais didáticos e tecnológicos. Há resistência de parte da comunidade escolar em relação à abordagem de temas como gênero, sexualidade e raça. As políticas públicas voltadas à EDHD ainda são fragmentadas e pouco articuladas. Por isso, é importante o fortalecimento de ações específicas e articuladas entre os diferentes níveis de governo para a elaboração e implementação de políticas públicas que visem a promoção de formação continuada; o desenvolvimento de materiais didáticos e tecnológicos e a sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da educação em direitos humanos.

Sugiro algumas estratégias/ações para alcançar esses objetivos, a saber: criar uma plataforma *online* com materiais didáticos e recursos para a formação dos professores; estabelecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa para a produção de materiais didáticos e a realização de pesquisas sobre a educação em direitos humanos; oferecer cursos de aperfeiçoamento em EDHD para todos os professores da rede pública e privada; elaborar materiais didáticos que abordem temas relacionados aos direitos humanos de forma clara e acessível; adaptar a linguagem e os recursos didáticos para atender às necessidades de diferentes públicos; realizar projetos e atividades para sensibilização da comunidade escolar; Promover debates, palestras e oficinas sobre direitos humanos; promover um fórum permanente (plano nacional) para discutir e acompanhar a implementação de políticas públicas para a EDHD; e estabelecer indicadores para avaliar o impacto das ações implementadas e monitorar o cumprimento das metas estabelecidas no plano de ação.

Fica evidente que a implementação da Educação em Direitos Humanos é um processo contínuo e desafiador. Contudo, os benefícios são inúmeros, pois contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados na construção de uma sociedade mais justa e democrática. É fundamental que todos se unam para superar os desafios e garantir que a EDHD seja uma realidade em todas as escolas brasileiras. Por fim, expresso minha gratidão a todos que propuseram o Curso de Aperfeiçoamento "EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: EDUCAR-SE E EDUCAR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE FUNDAMENTADA EM DIREITOS HUMANOS". Reafirmo, assim, o papel fundamental da escola na promoção de uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos.

Teresina, 16 de dezembro de 2024.

Leidiane Maria Magalhães Nascimento[1]

[1] **Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; professora da Secretaria de Estado de Educação do Maranhão, Brasil. E-mail: leydymagna@hotmail.com.**

Cultivando a aprendizagem significativa: o papel transformador dos educadores na Educação Básica

Prezados Professores da Educação Básica,

Espero que esta carta os encontre bem e inspirados na nobre missão de educar. Escrevo para compartilhar reflexões que suscitaram durante o curso de aperfeiçoamento "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: Educar-se e Educar para a Construção de uma Sociedade Fundamentada em Direitos Humanos". É cada vez mais evidente e certo que nossa responsabilidade vai além da transmissão de conhecimentos; envolve inspirar e motivar os estudantes a explorarem e desenvolverem todo o potencial deles, criando ambientes de ensino significativos e transformadores.
Nosso foco principal é a aprendizagem significativa dos alunos, sendo de vital importância que não percamos isso de vista em nossa jornada educacional. O compromisso com o educar exige de nós, educadores, dedicação e esforço na criação de ambientes de ensino que não apenas transmitam informações e conhecimento, mas motivem e inspirem os estudantes na exploração de todo o potencial deles. De nada adianta uma educação que não promova o desenvolvimento crítico e autonomia dos alunos.

No decorrer do curso, entre outras temáticas, exploramos como os princípios dos Direitos Humanos e da Diversidade se entrelaçam em nossas práticas pedagógicas diárias. Quando falamos em inclusão, não podemos ver apenas como um ideal, mas como uma prática que deve ser incorporada em cada ambiente de aprendizagem. Cabe a nós o questionamento: "Estamos realmente promovendo a igualdade de oportunidades?", "Nossos alunos enfrentam alguma barreira que pode dificultar o aprendizado?", "Estamos atentos a isso?". Quando refletimos sobre essas questões, abrimos nossos horizontes para a transformação da educação em uma ferramenta de emancipação e equidade.

Para que possamos avançar nessa direção, quais ações práticas podemos adotar? Primeiramente, pensar um currículo que reflita a diversidade de experiências e perspectivas dos nossos alunos, integrando conteúdos que valorizem diferentes culturas, histórias e contribuições de grupos historicamente marginalizados. Além disso, promover um ambiente escolar acolhedor e seguro, em que todos se sintam respeitados e valorizados, é fundamental. Para que isso ocorra, é necessária a implementação de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades individuais dos estudantes, promovendo, assim, uma aprendizagem mais significativa e inclusiva.

Outro aspecto vital é a formação contínua dos educadores. Precisamos estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, o que requer um constante aprimoramento de nossas práticas pedagógicas e uma abertura para novas abordagens educacionais, não apenas no campo das ideias, na teoria, mas na prática cotidiana. O diálogo e a troca de experiências entre colegas também são fundamentais para enriquecer nosso trabalho e encontrar soluções coletivas para os desafios enfrentados.

Finalizo esta carta com um convite à ação, reflexão e ação, de forma contínua. A educação é uma poderosa ferramenta para a transformação social, e nós, educadores, estamos na linha de frente dessa mudança. Que possamos, juntos, construir uma sociedade mais justa e inclusiva, em que o direito à aprendizagem seja verdadeiramente garantido para todos. Convido-os a refletir e buscar maneiras de tornar suas práticas ainda mais inclusivas e transformadoras.

São Manuel, 20 de novembro de 2024.

Luciano Rogério Destro Giacóia[1]

[1] Doutorando em Biologia Geral e Aplicada na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* Botucatu, São Paulo; supervisor de ensino da rede pública municipal de São Manuel, São Paulo, Brasil. E-mail: luciano.giacoia@unesp.br.

Direitos humanos: quando os direitos e deveres são cumpridos tudo fica mais harmonioso

À Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da UFU e colegas de curso,

É com grande respeito e admiração que nos dirigimos a esta Pró-Reitoria para apresentar reflexões e propostas relacionadas ao tema "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos".

Compartilho com a Pró-reitoria e colegas de curso, como também tutores e todos que fazem esta honrosa instituição, quão grandiosos foram os meus aprendizados acerca deste tema tão abordado nos últimos tempos. São conquistas que vêm sendo conseguidas com grandes desafios ao longo dos anos; muitas lágrimas, sangue, suor e resistência para poder usufruir dos direitos que a própria Constituição garante. O motivo que me leva a escrever esta carta pedagógica está fundamentado na convicção de que a educação é um instrumento transformador, capaz de construir uma sociedade mais equitativa, justa e harmoniosa. Ao abordar o tema "Direitos Humanos: quando os direitos e deveres são cumpridos tudo fica mais harmonioso", proponho uma reflexão essencial para a prática pedagógica e para o fortalecimento de uma cidadania ativa e responsável. A Educação em Direitos Humanos (EDH) é uma dimensão formativa que transcende o simples conhecimento das legislações e normativas. Ela busca desenvolver nos indivíduos a compreensão de que os direitos e deveres são interdependentes e complementares, e que o equilíbrio entre ambos é essencial para a convivência em uma sociedade plural e democrática.

Entretanto, a prática pedagógica enfrenta desafios significativos nesse campo. Muitas vezes, a promoção dos direitos humanos nas instituições educativas esbarra em preconceitos, desigualdades estruturais e resistências culturais. Esses obstáculos não apenas dificultam o aprendizado, como perpetuam exclusões e marginalizações. Ao refletir sobre o tema proposto, percebo que uma das chaves para superar tais barreiras é a adoção de abordagens pedagógicas que unam teoria e prática, conectando os conteúdos educativos às experiências concretas vivenciadas pelos estudantes. Dessa forma, ao trabalhar o cumprimento dos direitos e deveres,

estamos promovendo uma cultura de respeito mútuo e solidariedade, elementos indispensáveis para a harmonia social.

Assim, a escolha deste tema reflete não apenas minhas preocupações como educador/a frente aos desafios contemporâneos, mas também meu compromisso em contribuir para uma educação transformadora, pautada pela valorização da diversidade e pela promoção de uma convivência fundamentada na justiça e na igualdade.

A vivência educativa tem me permitido compreender que a construção de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios dos direitos humanos requer mais do que conhecimento teórico; ela demanda um envolvimento ativo com as realidades e diversidades presentes no espaço escolar. Cada interação, cada desafio, cada conquista no ambiente educacional revela a complexidade de ensinar e aprender em um mundo marcado por desigualdades, mas também pela potência transformadora do diálogo e da empatia. Em minha prática pedagógica, percebo que os princípios dos direitos humanos — dignidade, igualdade, liberdade e solidariedade — são fundamentais para orientar as ações educativas. Trabalhá-los significa reconhecer cada estudante como sujeito de direitos e promover uma cultura escolar que valorize as diferenças, combata preconceitos e incentive a convivência respeitosa. Contudo, os desafios persistem. Desde a resistência a temas considerados polêmicos até a dificuldade de traduzir valores em ações concretas, o percurso exige criatividade, paciência e uma escuta ativa das demandas da comunidade escolar. Um exemplo marcante dessa vivência ocorreu ao mediar debates sobre diversidade cultural e igualdade de oportunidades. Durante essas atividades, ficou evidente que muitos estudantes carecem de espaços seguros para expressar suas opiniões e vivências. Essa lacuna reforça a importância de práticas pedagógicas que favoreçam o protagonismo dos alunos, permitindo-lhes não apenas compreender seus direitos e deveres, mas exercê-los de maneira crítica e responsável.

Essa vivência me levou a acreditar que a educação em direitos humanos não deve ser vista como um conteúdo isolado, mas como um eixo transversal que permeia todas as disciplinas e atividades escolares. Ao adotar essa perspectiva, conseguimos alinhar a prática pedagógica aos desafios do mundo contemporâneo, contribuindo para a formação de cidadãos que

valorizem a diversidade, respeitem as diferenças e ajam em prol do bem comum.

Dentro do espaço escolar é muito interessante que os educadores, o corpo docente, gestão e coordenação, tenham o compromisso de garantir que os direitos humanos de todos, sejam alunos ou profissionais da educação, sejam respeitados. Para isso deve ser focada a questão da erradicação, principalmente, do *bullying*, pois sabemos que toda quebra dos direitos humanos começa com o *bullying* e todo e qualquer mal deve ser derrotado, evitando que por causa de pequenas "bobagens", grandes males aconteçam, neste caso, o primeiro passo é bater na mesma tecla: respeitar para ser respeitado e a harmonia poder reinar.

Durante todo o curso foram vistos estudos de caso onde eram abordadas histórias marcantes de violação dos direitos, mas, para cada caso, tínhamos uma bela reflexão. Cada história era uma questão de valor de inclusão. É sabido que a sociedade é regida por regras, preceitos, sempre com costumes retrógrados e muitas vezes perversos, os quais precisam ser moldados; não é questão de banalizar a moral, mas de lutar pela justiça e equidade, sabendo sempre que as palavras mágicas são "respeito às diferenças!".

Malta, 27 de novembro de 2024.

Maria Auxiliadora Lima Sousa Gonçalves[1]

[1] Especialista em Ensino da Língua Portuguesa e Matemática em uma Perspectiva Transdisciplinar pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: mariaauxiliadoraletras@gmail.com.

Reconhecimento de direitos à diferença na escola: um esperançar possível?

Colegas da educação,

Escrevo esta carta motivada pelos estudos de doutorado relacionados ao tema do direito à vida e à educação das pessoas dissidentes sexuais e de gênero, que se alinham às discussões realizadas durante as ações formativas do curso de aperfeiçoamento "**Educação em direitos humanos e diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos"**.

Ser diferente não é fácil. Isso evidencia-se pelos depoimentos, estudos, dados e números da violência, que nos mostram, além da dificuldade, o sofrimento e o risco relacionados à diversidade e, mais ainda, ao ser diferente. Inicio propondo uma reflexão acerca da necessidade do reconhecimento, para além da garantia, dos direitos à diferença, em especial nas instituições educacionais.

Resultado de décadas de lutas, principalmente dos movimentos sociais, uma série de direitos das pessoas dissidentes sexuais e de gênero – aquelas que fogem à norma da heterossexualidade e da cisgeneridade – passaram a ser garantidos, em especial nos anos recentes. Temos acompanhado a conquista de direitos como o reconhecimento da união homoafetiva, de herança, do uso do nome social, da retificação do nome, da equiparação do crime de homotransfobia ao crime de racismo, do processo transexualizador pelo SUS, dentre outros. Especificamente com relação à escola, em 2023, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ publicou a Resolução nº 2 (Brasil, 2023), estabelecendo parâmetros para garantir o acesso e permanência das pessoas trans, travestis e não binárias nos sistemas e instituições de ensino, com orientações em relação ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Essa resolução, orienta sobre a garantia do uso do nome social, o uso de banheiros

e vestiários de acordo com a identidade de gênero, o direito à livre expressão de gênero, ações para minimizar os riscos de violência, além de outros aspectos.

A garantia de tais direitos, que trazem em si a marca de grupos e movimentos sociais que lutaram e lutam incansavelmente para que sejam conquistados e, mais ainda, para que sejam reconhecidos e respeitados por toda a sociedade, é, sim, motivo de alegria. São direitos ao nome, às famílias, à saúde, à educação, à vida e à proteção contra a violência, ao trabalho... direitos à dignidade. Direitos humanos. Mas, uma pergunta é relevante: além de garantidos, são direitos reconhecidos?

O filósofo e sociólogo alemão, Axel Honneth (2003; 2015), em sua teoria do reconhecimento, argumenta que os conflitos e lutas por reconhecimento se dão em três dimensões: amor, solidariedade e direito. Na primeira, buscamos ser reconhecidos nas nossas relações primárias (família e amigos), o que gera a autoconfiança. Na dimensão da solidariedade, buscamos ser reconhecidos como pessoas que contribuem para a sociedade, de forma que a estima social impacta a nossa autoestima. A terceira dimensão, que gera o autorrespeito, corresponde a ser respeitado como uma pessoa cidadã, com o mesmo *status* moral que os demais membros da sociedade, essa dimensão se dá no âmbito das relações jurídicas. Família, sociedade e direito. Autoconfiança, autoestima e autorrespeito. No nosso país, as pessoas dissidentes sexuais e de gênero costumam ser privadas do reconhecimento nas três dimensões. A garantia de direitos é necessária, mas não basta: é preciso que os direitos sejam reconhecidos.

E na escola, como estamos agindo? Nossa práxis reforça as dificuldades e o preconceito ou acolhe diferenças, reconhecendo os direitos garantidos pela lei?

A escola pode se revelar uma benção ou um inferno para docentes e estudantes quando o assunto é a diferença, seja ela de cor, raça, crença, situação socioeconômica, necessidade especial. Aqui me atenho às diferenças de gênero e sexualidade, mas é preciso ter ciência de que quanto

mais os marcadores sociais se somam, mais grave a situação se apresenta. Ir à escola, sentindo que ser diferente representa risco de rejeição, de comentários pejorativos, de violência psicológica e física, é viver um cotidiano de insegurança e sofrimento, num ambiente que pode se revelar tão hostil a ponto de fazer adoecer e querer desistir de si, dos outros e do futuro que passa pelo cotidiano escolar. Não poder manifestar quem se é, não ser chamado pelo nome que corresponde ao gênero auto-identificado, não poder usar o banheiro, mesmo quando o direito está garantido, mas sem ser reconhecido por colegas, professores e demais profissionais da educação e pessoas da comunidade escolar nos faz questionar: *Que escola é essa? Escola para quem? Escola para quê?*

Da mesma forma, ser docente e ser diferente, ou ser o docente que acredita e quer fazer uma escola na e pela diferença representa muitos desafios e pode ser igualmente desafiador e sofrido, especialmente quando se trata de um fazer solitário, quando se sente que as lutas são travadas por iniciativas pessoais e não no coletivo escolar. *Que docência é essa? Docência para quem? Docência para quê?*

Para que a escola se torne um ambiente acolhedor das diferenças, é fundamental que seja uma atuação coletiva. Mas como encontrar essa coletividade numa escola já tão sobrecarregada? Acredito mesmo que alguns professores podem impactar a escola, pouco a pouco, propondo e realizando projetos que esclareçam sobre os direitos às diferenças, mostrando quais são os direitos já garantidos, em que na legislação e nos documentos escolares estão previstos (ou não) o entendimento, o respeito e o atendimento a quem é diferente, apresentando espaços (ou propondo a criação) para escuta e formação, tanto de professores quanto de estudantes, interagindo com organizações da sociedade (outras escolas, projetos, órgãos públicos...) mostrando o que se faz (ou não) na escola para a comunidade e para a escola o que tem sido feito (ou não) na sociedade. Envolver colegas e estudantes interessados na temática pode ser o princípio de uma mudança que leve a currículos inclusivos, espaços para escuta, interação, estudo,

acolhimento e construção de uma escola mais acolhedora e de uma coletividade que por vezes cede lugar à solidão docente.

Em que pese a escola se apresentar como um espaço cada dia mais complexo, e ao professor mais e mais desafios, acredito que podemos encontrar no diálogo uma bela alternativa. O diálogo, como apresentado por Paulo Freire, é o encontro de pessoas para *ser mais*, e não existe sem esperança. "Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero" (Freire, 2003, p. 114).

Dialoguemos e esperancemos, pois, por uma escola na e pela diferença, uma escola em que a dignidade e os direitos estejam sempre presentes, garantidos e reconhecidos por todos.

Caxias do Sul, 16 de dezembro de 2024.

Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli[1]

[1] Doutoranda em Educação na Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil; professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* Caxias do Sul, Brasil. E-mail: maria.pizzoli@caxias.ifrs.edu.br.

Educação para a dignidade: respeitando a diversidade e promovendo os direitos humanos na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Caros estudantes da EJA,

Espero que estejam bem, se cuidando e motivados a concluir seu nível de ensino o quanto antes. Afinal, esse é o objetivo de seu retorno à escola, apesar de todas as dificuldades, certo? Quanto a mim, posso dizer que estou bem (na medida do possível); porém, atualmente, algumas inquietações e questionamentos ocupam meu coração e minha mente.

O que me fez repensar minha prática foi a realização de um curso de aperfeiçoamento com um título extenso, bem ao gosto da academia: "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos". Nele, percebi que ainda temos uma longa jornada de aprendizado e mão na massa pela frente e que não se trata apenas de embasamento teórico – vai muito além. Tem a ver com nossa prática, exige conhecimento das teorias e das leis, mas também está relacionado ao sentir, ao estar junto com o outro, a estender a mão e acolher.

Penso que o título do curso é bem significativo e possui várias camadas. Repare na palavra diversidades: o fato de estar no plural amplia ainda mais o sentido de um vocábulo que expressa aquilo que é diverso, diferente. Essa palavra representa muito bem uma sala de aula da EJA. Vocês concordam? E também representa nosso país. A diversidade deveria ser vista como algo positivo, pois possibilita que o Brasil tenha uma riqueza cultural incrível. Entretanto, sabemos bem que a realidade é mais dura do que aquilo que poderíamos chamar de mundo ideal. Nem sempre uma característica que deveria apenas diferenciar um ser humano do outro, tornando-o único, é encarada de forma respeitosa. Pelo contrário, muitas vezes, a diferença é utilizada para separar, inferiorizar, humilhar, desumanizar.

Retomando o título do curso, percebemos que a educação ali é apresentada como uma via de mão dupla: "Educar-se e Educar" para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos. Mas será que o tipo de educação que estamos promovendo conseguirá dar sua parcela de contribuição para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual a justiça e a garantia de direitos prevaleçam? Como nossa atuação profissional pode contribuir para a formação do estudante como um cidadão ético, crítico e responsável – não só por seu próprio bem-estar, mas também alguém que se preocupa e contribui para o bem-estar comum da sociedade? Esses foram apenas alguns dos questionamentos que me acompanharam durante todo o curso.

Lidar com os conteúdos apresentados me inquietou e desestabilizou, mas também me nutriu, apontando possibilidades de lidar de forma positiva com a diversidade visível, especialmente em nossas salas de aula da EJA. Aqui no Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC), a diversidade é real. Na mesma sala de aula, temos jovens, adultos e idosos, diferentes expressões de gênero, raça, crenças, pessoas com deficiência e tantas outras existências diversas que se encontram ali (e, algumas vezes, se desencontram) e necessitam de acolhimento e respeito. Grande parte do público do CESEC é composta por cidadãos que passaram por várias exclusões na escola e na vida, o que explica a defasagem idade-série.

Por meio de cada módulo do curso, fomos nos aprofundando nos direitos humanos e compreendendo como eles são violados cotidianamente, especialmente quando se trata de seres humanos em situação de vulnerabilidade. Em alguns casos, conseguimos identificar possíveis violações de direitos, mas muitos sofrem em silêncio. Daí a importância de a escola ser um canal de informação para que os estudantes e os profissionais (que, em alguns casos, também se encontram em situação de vulnerabilidade) possam se inteirar da existência de Redes de Proteção dos Direitos, que atuam em diferentes instâncias. Penso que outro aspecto importante, por se tratar de uma escola de EJA, é estimular que cada

estudante seja um multiplicador da informação sobre a Rede de Proteção dos Direitos. O que vocês acham dessa ideia?

Entre os módulos que mais me tocaram está a Unidade 4, que tratou, entre outros assuntos, dos estudantes migrantes. No CESEC, sempre tivemos estudantes que vêm de outros países por diferentes motivos e precisam concluir algum nível de ensino. Se o retorno à escola na fase adulta já é, por si só, desafiador, imagine quando se acrescenta a barreira da língua! No CESEC, procuramos ajudar na medida do possível, geralmente com avaliações adaptadas. No entanto, nem sempre essas ações são suficientes. Dessa forma, muitos migrantes internacionais desistem da escola, apesar de a instituição ser fundamental para sua inserção na sociedade brasileira. Quando isso acontece, sentimos que falhamos como instituição escolar, afinal, é nossa responsabilidade acolher os estudantes e ajudá-los a avançar, independentemente da língua, da origem ou de qualquer outra característica.

Outro aprendizado muito importante foi em relação aos indígenas do grupo Warao, que, várias vezes, encontrei nos sinais de trânsito em Uberlândia. Sempre me intrigou o fato de estarem acompanhados das crianças, vendendo algo ou pedindo esmolas. Eu pensava que era desnecessário e cansativo levar os filhos pequenos para essas atividades na rua. Como eu estava enganada! Para eles, pedir esmolas é considerado um trabalho, e levar as crianças consigo é uma forma de protegê-las. Ter acesso a essa informação mudou minha percepção.

Todo conhecimento e informação só terão impactos positivos se cuidarmos da nossa forma de expressão. O tom da voz, um olhar, uma expressão corporal e a escolha das palavras podem tornar a comunicação agressiva e afetar quem ouve, humilhando, oprimindo e inferiorizando. O curso nos convida a participar da construção de uma cultura de paz e a adotar formas não violentas de comunicação. Ao mergulhar no conteúdo da Unidade 3, que tratou sobre esse tema, percebi como é fácil se descuidar e deixar escapar uma fala que agride. Também refleti sobre como o cuidado para evitar falhas

na comunicação precisa começar em casa e se reproduzir em todos os espaços, com todas as pessoas. É um exercício diário.

Espero que esta carta possa encorajá-los a se juntar a nós na busca por uma escola mais acolhedora e inclusiva.

Com carinho,

Maria Joana Costa Muniz de Resende[1]

[1] Mestra em Ensino de História pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais; professora de História no Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) de Uberlândia, Minas Gerais. E-mail: mariajoanacosta@yahoo.com.br.

Direitos Humanos e diversidade numa perspectiva de transformação para alcançar mudanças de atitudes na sociedade

À Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Prezado Pró-reitor,

O motivo pelo qual escrevo esta carta de cunho pedagógico é dialogar com os diferentes setores da sociedade e, especialmente, solicitar apoio financeiro, técnico e teórico-orientativo para o desenvolvimento e evolução da minha pesquisa. Ainda me percebo um pouco imatura para o que tanto almejo, mas pretendo encontrar nesta instituição um grupo de pesquisa composto por coordenadores e professores que possam apoiar minha evolução acadêmica em Direitos Humanos. Meu principal objetivo é trazer evidências práticas com a implantação de novas tecnologias e tecnologias assistivas para crianças com necessidades especiais na Associação de Pais e Amigos de Pessoas Excepcionais (APAE) de Formosa do Rio Preto, no oeste da Bahia.

À luz do tópico desenvolvido na primeira atividade do curso Educação em Direitos Humanos e Diversidades, numa perspectiva de "educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos", iniciei uma série de reflexões. Durante a pesquisa sobre esse tema, encontrei o vídeo https://youtu.be/qNpX5JZ96e8, que me trouxe questionamentos fundamentais: "O que fazer?", "Como fazer?", "Onde encontrar apoiadores e parceiros para me auxiliar no desenvolvimento desses estudos?". Assim, defini o título da minha primeira atividade reflexiva: "A necessidade de fazer algo é urgente! No entanto, como e por onde começar nesse emaranhado de demandas?".

Aprofundando minhas pesquisas no site da UNICEF (www.unicef.org/brazil), deparei-me com reflexões importantes, como a afirmação de que "os seres

humanos começam a vida totalmente dependentes". Com base nas leituras do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), escrevi "As crianças e os adolescentes devem confiar nos adultos para a criação e a orientação de que precisam para crescer em direção à independência. Essa educação é idealmente encontrada em adultos nas famílias das crianças e dos adolescentes, mas, quando os cuidadores adultos primários não podem atender às necessidades dos meninos e meninas segundo o ECA, cabe ao Estado, como principal responsável, encontrar uma alternativa visando ao melhor interesse da criança e do adolescente".

No entanto, percebe-se que, de forma geral, o Estado desenvolve e executa políticas públicas de assistência social, mas, para suprir uma grande extensão territorial, o que se tem ainda é insuficiente para atender os diferentes setores da sociedade, como educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, dentre outras políticas voltadas ao suporte dessas famílias com suas crianças e jovens. Quando bem implementadas, essas políticas geram resultados reais, promovendo bem-estar, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das famílias. De acordo com o Art. 8, parágrafo 4, do ECA: "Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência".

A legislação ampara esses direitos, mas o Estado precisa adotar ações de compromisso genuíno para que sejam efetivamente implementadas nas instituições e perante a sociedade. Durante os meus vinte e cinco anos na educação regular, observei poucas ações práticas, pois o ensino ainda é excessivamente conteudista. Os professores, ao desenvolverem os conteúdos das disciplinas, devem sempre promover a contextualização interdisciplinar para que o aluno assimile melhor os conhecimentos e fixe a aprendizagem. Isso pode ser facilitado por meio de laboratórios de pesquisa, salas de recursos audiovisuais, laboratórios de informática com jogos e conteúdos interativos voltados aos temas abordados em sala de aula. Essa

dinâmica, associada a equipamentos e recursos didáticos e pedagógicos, bem como à formação continuada dos professores nas escolas públicas municipais, é essencial para a evolução da aprendizagem. Inicialmente, essas iniciativas poderiam ser implantadas nas maiores escolas da rede de ensino.

Atualmente, trabalho em uma instituição voltada para crianças com deficiência (APAE). Nessa experiência, percebo a grande necessidade das famílias tanto na área da saúde quanto na educação. Diante disso, vejo-me no compromisso de deixar um legado para os assistidos da APAE de Formosa do Rio Preto, desenvolvendo ou trazendo recursos inovadores no campo das novas tecnologias e tecnologias assistivas. Como exemplos, cito:

a) Jogos Educacionais com interface acessível para deficiência motora: jogos que podem ser jogados usando tecnologias assistivas, como teclados adaptados, mouses controlados com os olhos ou dispositivos de acessibilidade motora. Exemplo adaptado: Eye Gaze Games, que utilizam o rastreamento ocular, permitindo que os usuários selecionem opções ou interajam apenas com o movimento dos olhos; Jogos com controles únicos, que exigem poucos comandos, adaptados para serem jogados com switches (botões únicos).

b) Jogos de alfabetização com recursos multimodais: são jogos que combinam texto, som, imagens e interatividade para ajudar crianças a aprenderem letras, palavras e conceitos. Exemplo adaptado: Aplicativos de Alfabetização com ajuste de fontes para dislexia, uso de áudio para leitura e feedback visual e sonoro; Quebra-cabeças educacionais com peças com letras grandes e táteis para auxiliar crianças com deficiência visual.

c) Jogos para desenvolvimento cognitivo de crianças com deficiência intelectual: jogos que apresentam atividades em linguagem simplificada, com instruções claras, *feedback* imediato e etapas graduais. Exemplo adaptado: Jogos de memória com figuras para desenvolver reconhecimento visual; Jogos de classificação e sequenciamento, baseados em cores, formas e sequências lógicas.

Para tanto, o compromisso da gestão escolar e sua equipe é essencial para transformar o ambiente escolar. Elementos-chave incluem: Comprometimento da liderança escolar; formação e desenvolvimento profissional contínuo dos docentes; equipamentos e materiais adaptados às necessidades dos alunos; e criação de um ambiente inclusivo e motivador. Além disso, um plano de ação eficiente é indispensável para a execução do trabalho em equipe. No que se refere ao trabalho com crianças com deficiência, é essencial que ele seja conduzido com humanidade, atenção, carinho, afeto e compreensão, pois, conforme Marta Santos Pais, "a diversidade é a chave para abrir as portas da percepção, e a inclusão é a chave para abri-las para todos".

Finalizo com um pensamento da poeta e educadora chilena, Gabriela Mistral, ganhadora do Nobel de Literatura: "O futuro das crianças é sempre hoje. Amanhã será tarde"

Formosa do Rio Preto, 18 de novembro de 2024.

Maria José dos Santos Matos[1]

[1] Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia, Brasil; professora de História no ensino fundamental na Prefeitura Municipal de Barreiras, Bahia, Brasil. E-mail: mariazeze710@gmail.com

Educação em direitos humanos e diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos

Prezados professores de extensão e cultura (Proexc) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), do curso de direitos humanos,

Com respeito e entusiasmo, dirijo-me a esses estimados tutores da instituição, e queridos colegas de curso, para tratar de questões fundamentais relacionadas aos direitos humanos e diversidades na educação infantil e no ensino fundamental I. Inicio esta reflexão considerando as características e necessidades das crianças nessa faixa etária e reconhecendo a relevância da educação como pilar para a formação de cidadãos e construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A escola é um espaço privilegiado para a formação de cidadãos conscientes, críticos e respeitosos em relação às diferenças. No ensino fundamental I, em que se iniciam as bases éticas e sociais do indivíduo, trabalhar os direitos humanos é essencial para combater o preconceito e as desigualdades.

Minha motivação para esta carta surgiu de experiências educacionais que evidenciaram exclusão social e cultural, como também a falta de discussões sobre diversidade nas práticas escolares. Essas lacunas dificultam a formação de alunos que compreendem e respeitam as múltiplas identidades. Assim, integro à prática pedagógica o compromisso de construir um ambiente escolar inclusivo, que acolha as diferenças como riqueza coletiva.

A vivência no ambiente educacional revela que, muitas vezes, as práticas pedagógicas não contemplam plenamente os valores fundamentais dos direitos humanos, como a igualdade, o respeito e a inclusão. Por exemplo, crianças de diferentes origens socioeconômicas enfrentam barreiras implícitas no ambiente escolar, como preconceitos ou falta de materiais didáticos que reflitam suas realidades. Isso destaca a necessidade de promover uma educação antidiscriminatória e atenta às diversidades.

Os princípios da educação em direitos humanos, abordados teoricamente, reforçam que a escola deve ser um lugar de acolhimento e diálogo, onde cada aluno se sinta respeitado e valorizado. Para isso é necessário romper com práticas padronizadas que ignoram as particularidades individuais e coletivas. Incorporar valores como empatia, solidariedade e justiça social no planejamento e na execução das atividades pedagógicas é um passo essencial para tornar a educação mais inclusiva.

A inclusão também demanda um olhar crítico sobre o currículo escolar. Muitas vezes, a ausência de representatividade nas histórias e narrativas trabalhadas na escola dificulta o sentimento de pertencimento entre alunos que não se encaixam no perfil hegemônico. Repensar práticas e conteúdos pode garantir que todos os estudantes se sintam parte do processo de aprendizado e reconheçam a riqueza da diversidade.

Para diversidades, sugere-se como práticas pedagógicas a implementação de projetos de cidadania interdisciplinares que abordem temas como igualdade de gênero, combate ao racismo e respeito às diferenças culturais. Oficinas/rodas de conversa que serão feitas semanalmente para discutir temas como respeito, igualdade, diversidade cultural e inclusão. A Contação de Histórias e Literatura Infantil para ler livros que abordam temas como solidariedade, diversidade e convivência pacífica. Buscando promover após a leitura atividades como desenho, dramatização ou debate sobre a mensagem da história com as crianças.

Além disso, recomenda-se a formação continuada dos educadores, capacitando-os para trabalhar com questões relacionadas aos Direitos Humanos e às diversidade de maneira contextualizada e sensível. Outra ação seria incluir materiais pedagógicos que refletem a pluralidade cultural e social do Brasil, como livros e histórias que representam diferentes etnias, religiões e configurações familiares. Para promover uma educação que respeite e valorize os Direitos Humanos.

O compromisso com a Educação em Direitos Humanos no Ensino Fundamental I é um passo significativo para formar cidadãos éticos e

conscientes. Como educadores, temos a responsabilidade de criar ambientes escolares que promovam inclusão, respeito e empatia, transformando o espaço da sala de aula em um local de aprendizado mútuo e de construção de valores.

A integração dos direitos humanos à prática pedagógica deve ser constante e envolver todos os agentes escolares, fomentando uma cultura de respeito e solidariedade que se expanda para além dos muros da escola.

A inclusão também demanda um olhar crítico sobre o currículo escolar. Muitas vezes, a ausência de representatividade nas histórias e narrativas trabalhadas na escola dificulta o sentimento de pertencimento entre alunos que não se encaixam no perfil hegemônico. Repensar práticas e conteúdos pode garantir que todos os estudantes se sintam parte do processo de aprendizado e reconheçam a riqueza da diversidade. Que essa carta sirva como um convite à reflexão e à ação, lembrando-nos do papel essencial da escola na valorização das diversidades e na construção de uma convivência mais harmônica e solidária.

Solânea, 15 de dezembro de 2024.

Marilândia Veloso Lima[1]

[1] Especialista em Currículo e Prática Docente pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; educadora social na rede municipal de ensino de Solânia, Paraíba, Brasil. E-mail: marilandia_veloso_lima@hotmail.com.

Reflexões sobre as relações afetivas LGBTQIAP+: desafios e construções de uma educação inclusiva

Prezados colegas educadores,

A escolha deste tema reflete uma preocupação profunda com os desafios enfrentados pelas pessoas LGBTQIAP+ no campo das relações afetivas, que frequentemente são marcadas por preconceitos, exclusões e barreiras sociais. Em muitos casos, essas pessoas sofrem rejeições dentro da própria família, quando deveriam encontrar acolhimento e apoio, mas acabam enfrentando julgamentos e rupturas. Essa rejeição inicial, frequentemente, se estende ao ambiente escolar, onde a falta de debates e práticas inclusivas reforça o isolamento e os estigmas. Além disso, no mercado de trabalho e em outros espaços da sociedade, o preconceito pode limitar ainda mais as oportunidades de desenvolvimento pleno dessas relações. Esses desafios criam um cenário de constante luta por aceitação e respeito, dificultando que pessoas LGBTQIAP+ estabeleçam vínculos afetivos duradouros, saudáveis e baseados na igualdade.

Durante o curso, ficou evidente como essas questões, mesmo sendo fundamentais para a promoção da inclusão, ainda são frequentemente ignoradas ou tratadas de forma superficial nas discussões educacionais. Muitos espaços educacionais não estão preparados para abordar a diversidade de maneira estruturada, o que contribui para a perpetuação de preconceitos, tanto entre estudantes quanto entre educadores. A exclusão social e os preconceitos, além de afetarem diretamente a autoestima e a saúde emocional das pessoas LGBTQIAP+, criam um ciclo vicioso de invisibilidade e falta de suporte que impactam diretamente a qualidade das relações afetivas que essas pessoas podem construir. Essa realidade nos leva a refletir sobre o papel essencial da educação na desconstrução de estigmas, promovendo um ambiente que acolha e valorize a diversidade afetiva como parte integrante de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

A ausência de representatividade e a falta de aceitação das vivências LGBTQIAP+ nas escolas geram um ciclo contínuo de invisibilidade e preconceito que afeta profundamente os estudantes que pertencem a essa comunidade. Quando esses alunos não encontram suas histórias, identidades e experiências representadas no currículo escolar, nos materiais didáticos ou nas dinâmicas pedagógicas, isso transmite uma mensagem silenciosa e devastadora de que suas vidas e realidades não têm valor ou relevância dentro do espaço educacional. Esse apagamento das suas existências não é apenas uma omissão, mas uma validação implícita de que suas experiências não merecem ser reconhecidas. Esse vazio educativo reflete um sistema que perpetua o preconceito e a exclusão, criando um ambiente que reforça a ideia de que os estudantes LGBTQIAP+ não pertencem à escola ou à sociedade de forma plena. Isso gera um impacto psicológico profundo, fazendo com que esses estudantes sintam uma falta de pertencimento, o que pode afetar severamente sua autoestima e saúde mental. Em muitos casos, esses sentimentos de marginalização se traduzem em um afastamento emocional da escola, afetando diretamente seu desempenho acadêmico, seu engajamento nas atividades escolares e sua capacidade de formar relacionamentos saudáveis e de confiança. A sensação de invisibilidade pode comprometer o desenvolvimento de uma identidade saudável e positiva, deixando marcas emocionais que se estendem para além do contexto escolar, afetando a vida pessoal e social desses estudantes.

Além disso, a falta de uma abordagem inclusiva nas escolas não prejudica apenas os alunos LGBTQIAP+, mas impacta toda a comunidade escolar, tanto alunos quanto professores. Quando questões relacionadas à diversidade afetiva e identitária são omitidas do currículo, a escola perde a oportunidade de educar seus estudantes para a empatia, respeito e compreensão das diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Em vez disso, esses estudantes crescem em um ambiente onde o preconceito é naturalizado e a discriminação é silenciosamente incentivada pela falta de discussão e reflexão. Esse vazio educacional é prejudicial, pois impede que os alunos adquiram a compreensão necessária para interagir com outras pessoas de

maneira respeitosa e inclusiva. A exclusão do tema LGBTQIAP+ no currículo também impede que os alunos desenvolvam habilidades críticas para questionar estereótipos e preconceitos, que muitas vezes se manifestam em suas atitudes e comportamentos. Sem uma educação que celebre a diversidade, o ambiente escolar se torna um lugar onde a discriminação se espalha facilmente, tornando-se uma estrutura que não promove o diálogo construtivo, mas reforça a segregação e o afastamento entre as diferentes identidades presentes na comunidade escolar. As escolas, assim, deixam de ser espaços de aprendizado plural e transformador, tornando-se locais onde as diferenças são ignoradas ou rejeitadas, o que perpetua a exclusão social e reforça normas heteronormativas que marginalizam todas as formas de amor e identidade que não se conformam a essas normas.

Diante dessa realidade, é imprescindível que as escolas adotem práticas pedagógicas que não apenas abordem a diversidade, mas que a integrem de maneira transversal e contínua no currículo, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um conteúdo educacional que reflita a pluralidade de identidades e experiências humanas. Incluir narrativas LGBTQIAP+ em todas as disciplinas de forma natural e orgânica, e não como uma adição pontual ou forçada, é fundamental para que os estudantes se sintam reconhecidos e valorizados dentro do sistema educacional. É preciso que essas representações sejam diversificadas, abrangendo diferentes formas de amor, trajetórias de vida e realidades, para que todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, vejam a si mesmos refletidos nas histórias contadas pela escola.

Para que isso ocorra de forma eficaz, é necessário também que as escolas criem espaços de diálogo seguros e acolhedores, onde os alunos possam compartilhar suas experiências, dúvidas e sentimentos sem medo de serem julgados ou discriminados. Esse ambiente deve ser formado por práticas pedagógicas que incentivem a troca, o respeito às diferenças e a construção de soluções coletivas para promover a igualdade e a justiça social. Além disso, é vital que a formação contínua dos professores seja uma prioridade

dentro da escola, capacitando os educadores a lidar com as complexidades da diversidade, a enfrentar o preconceito de forma assertiva e a criar ambientes de aprendizado inclusivos. Isso envolve tanto o desenvolvimento de habilidades pedagógicas que integrem a diversidade de maneira eficaz no ensino, quanto o treinamento para identificar e combater comportamentos discriminatórios no ambiente escolar. A formação deve incluir discussões sobre o impacto da invisibilidade LGBTQIAP+ na vida dos estudantes e como cada educador pode atuar como um agente de mudança na desconstrução de estigmas e preconceitos. Com essas práticas, a escola pode se tornar um verdadeiro espaço de transformação social, não apenas acolhendo a diversidade, mas promovendo um ambiente em que todos os alunos se sintam valorizados e respeitados, independentemente de sua identidade ou orientação. Ao promover a inclusão de forma abrangente e contínua, a escola não só favorece o desenvolvimento saudável dos alunos LGBTQIAP+, mas educa todos os seus estudantes para uma convivência mais justa e empática, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e solidária.

Recomendo a implementação de atividades educativas que explorem a diversidade afetiva de maneira ampla, profunda e significativa, utilizando diferentes linguagens e formas de expressão que dialoguem com a realidade dos estudantes. Essas atividades podem incluir debates estruturados e reflexivos sobre a representatividade LGBTQIAP+ na literatura, no cinema e na história, destacando autores, personagens e eventos que exemplificam a pluralidade das vivências humanas ao longo do tempo. Por exemplo, obras literárias que abordem questões de diversidade, filmes que contemplem diferentes formas de amar e histórias que ressaltem a luta por igualdade de direitos podem ser ferramentas transformadoras. Ao trazer essas narrativas para o currículo escolar, a escola oferece aos estudantes a oportunidade de ampliar sua visão de mundo, desafiar preconceitos e desenvolver uma compreensão mais empática e inclusiva das relações humanas. Além disso, ao validar e valorizar a diversidade como um componente essencial da experiência humana, essas práticas ajudam a desconstruir estereótipos, criando um espaço educacional onde os alunos se sintam respeitados e livres

para expressar suas identidades. É fundamental que essas atividades promovam o diálogo aberto, incentivando todos os participantes a compartilharem percepções e experiências de forma respeitosa e enriquecedora, o que fortalece a convivência e a cidadania.

Paralelamente, a formação continuada dos professores deve ser um pilar central para garantir que essas iniciativas sejam bem-sucedidas e sustentáveis a longo prazo. Essa formação deve incluir discussões aprofundadas que preparem os educadores para compreender as complexidades da inclusão e para desenvolver abordagens pedagógicas eficazes que respeitem e celebrem as diferenças. Professores precisam ser capacitados para abordar temas com sensibilidade e assertividade, garantindo que o ambiente escolar seja acolhedor e seguro para todos. Além disso, é essencial que eles aprendam a identificar sinais de exclusão, discriminação ou preconceito, adotando posturas proativas e mediando conflitos de maneira justa e construtiva. Estratégias que ensinem os educadores a inserir a temática da diversidade afetiva no planejamento das aulas, de forma transversal e interdisciplinar, também devem fazer parte dessa formação. Com essas ações, as escolas não apenas fortalecem sua função social como espaços de transformação, mas promovem a valorização de cada indivíduo, independentemente de sua identidade, contribuindo para a formação de uma sociedade que respeite, celebre e garanta os direitos de todas as pessoas.

Que possamos, por meio da educação, transformar a maneira como entendemos e valorizamos a diversidade, desconstruindo estereótipos e preconceitos que limitam as formas de amar. A escola tem o poder de ser um ambiente de acolhimento e respeito, onde todas as identidades e experiências sejam reconhecidas e celebradas. Ao ensinar que a diversidade não é algo a ser tolerado, mas sim valorizado, como uma riqueza, contribuímos para a formação de cidadãos conscientes e empáticos, capazes de construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Assim, juntos, podemos

criar um mundo onde todas as formas de amar sejam respeitadas e todos os indivíduos se sintam pertencentes e dignos de amor e respeito.

Horizonte, 1º de dezembro de 2024.

Orquidéa Russo Lopes Ponte[1]

[1] Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, Brasil; professora na rede municipal de educação básica de Horizonte, Ceará, Brasil. E-mail: orquidearusso@gmail.com.

Família e escola promovendo a comunicação não violenta e a cultura da paz

Prezados colegas educadores,

Escrevo esta carta pedagógica para refletir acerca da importância da comunicação não violenta e a promoção da cultura de paz fundamentada nos Direitos Humanos no ambiente escolar. É notório o aumento dos casos de violências em diversos campos sociais, e o contexto educacional não está isento dessa realidade. Casos constantes de indisciplina, agressões físicas e verbais, incluindo especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), têm sido veiculados nos meios de comunicações, relatados e vivenciados por professores e alunos diariamente em escolas de todas as regiões do país.

Diante dessa realidade, o tema central que será abordado é a necessidade de implementar práticas pedagógicas que favoreçam o diálogo respeitoso, com empatia, visando escutar o outro com presença e sem julgamento. Para trabalhar com a comunicação não violenta, não basta permanecer somente no campo teórico; é necessário entender que se trata de um processo em que a aprendizagem diária se torna fundamental.

A escola deve se tornar um ambiente acolhedor para todos os agentes que estão diretamente relacionados a ela. Aplicar os valores da comunicação não violenta e da cultura de paz torna-se um caminho fundamental nesse âmbito. Marshal Rosenberg ressalta que toda violência é uma manifestação trágica de uma necessidade não atendida e propõe uma forma de comunicação que prioriza a empatia, a escuta ativa e a expressão clara das necessidades e sentimentos.

A escola é um local diverso, no qual incorporam todos os tipos de pessoas e vivências correlatas da formação cotidiana. Sendo um local de aprendizagem e vivências, esse aspecto não pode ser esquecido ao se tratar do tema central desta carta. A comunicação não violenta pode ser um caminho importante para a construção de uma cultura da paz e o fortalecimento dos Direitos

Humanos e da diversidade, promovendo uma comunicação clara e respeitosa. Desta forma, evita-se a escalada de conflitos e garante-se que todos os estudantes e demais pessoas envolvidas no âmbito educacional se sintam ouvidos e valorizados.

Ao tratar dos diversos grupos sociais inerentes ao processo educativo escolar, é primordial entender todas as relações existentes entre eles e de que modo podem ser promovidas ações constantes de mudança de hábitos e costumes, muitas vezes enraiados na realidade de bairros. É importante destacar que essas questões não existem somente em escolas públicas de vilas e favelas, mas são uma preocupação de todo ambiente escolar. Rosenberg compara os termos alienação e violência, tratando-os como quase sinônimos, pois ambos eliminam possibilidades de diálogo, reduzindo as chances de construir uma coletividade inclusiva, estruturada no pertencimento e na convivência entre as diversidades.

Considerando esses fatores e entendendo a importância da junção escola e família para ampliar as ações voltadas à comunicação não violenta e à cultura da paz, com ênfase nos Direitos Humanos e na diversidade, faz-se necessário aproximar a família da escola e desenvolver propostas que visem tornar o ambiente escolar mais acolhedor e harmonioso para a aprendizagem.

Uma proposta é o envolvimento das famílias na escola, promovendo encontros com responsáveis, incentivando a participação ativa e criando canais de comunicação acessíveis. Uma segunda proposta é implementar espaços de diálogo e comunicação ativa, nos quais pretende-se criar rodas de conversas com os estudantes, além de promover palestras com profissionais especializados sobre assuntos inerentes às realidades sociais em que as escolas estão inseridas. Também é essencial incentivar o diálogo entre estudantes e responsáveis sobre diversos temas importantes para o desenvolvimento integral dos alunos, reforçando a importância da participação da família na formação cidadã e no fortalecimento dos Direitos Humanos e da diversidade, entendendo que o respeito e a empatia são

fatores preponderantes no comportamento humano e devem ser estimulados continuamente.

Concluo esta carta reafirmando que a educação é a base para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo a escola o primeiro lugar onde o indivíduo aprende a conviver com as diferenças. Sendo assim, nós, educadores, temos um importante papel na luta por uma escola mais acolhedora e equitativa, onde cada ação e cada palavra têm o poder de transformar vidas por meio de escuta ativa, da resolução de conflitos, das interações diárias e do respeito mútuo. Portanto, convido todos os educadores a uma reflexão sobre o nosso papel dentro do ambiente escolar para que possamos transformá-lo em um local de paz e harmonia.

Contagem, 25 de outubro de 2024.

Pâmela Santos Ferreira de Oliveira[1]

[1] Especialista em Supervisão Escolar pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais, Brasil; pedagoga na rede municipal de ensino de Contagem, Minas Gerais; supervisora pedagógica do Curso Popular Consciência Barreiro. E-mail: pamelasantosf@yahoo.com.br.

Desafios e superações na educação em direitos humanos: reflexões e experiências na escola

Prezados colegas educadores,

Estou escrevendo esta carta para compartilhar algumas das experiências e desafios que enfrentei ao longo de quase três décadas de trabalho como professor, implementando ideias e conceitos relacionados aos Direitos Humanos e Diversidades. Para não parecer que são fatos antigos, destaquei os mais recentes, que deveriam ser menos perturbadores por estar mais "acostumado", preparado e apoiado em conhecimentos adquiridos neste curso. No entanto, quando falamos de relações humanas, nunca são menores os sofrimentos e as consequências causadas pela negligência e pela não garantia dos Direitos Humanos.

Independentemente de onde ocorrem, embora sejamos educadores e tratemos aqui dos Direitos Humanos e Diversidades na Educação Básica, dentro das escolas, demonstramos, na prática, que ela vai muito além dos muros escolares. Os efeitos perpassam os limites territoriais e impactam todos os espaços de convivência e círculos de relações sociais da vítima.

Estas experiências refletem tanto os obstáculos quanto as conquistas que vivenciamos, e espero que possam servir de inspiração e reflexão para outros educadores. Para demonstrar como a ausência de atenção e defesa desses direitos pode afetar todos os participantes de uma instituição educacional, compartilho alguns casos recentes.

Durante minha atuação como técnico em Direitos Humanos no Sistema de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos (SIMADH), fui responsável por acompanhar casos críticos envolvendo nossos alunos. Um exemplo marcante foi o caso de um aluno que, devido a circunstâncias adversas, acabou internado em uma unidade de acolhimento para menores infratores. Este aluno fazia parte de uma família numerosa, desfavorecida financeiramente, e enfrentava múltiplas barreiras sociais e educacionais.

Além disso, ele se situava no grupo de diversidades de raça negro, o que acrescentava camadas adicionais de desafios e estigmas sociais.

A falta de recursos para visitas regulares e o suporte emocional agravaram sua situação. A resistência inicial da nova equipe gestora em tomar medidas proativas, alegando falta de responsabilidade pela ausência de matrícula atual, exemplificou as dificuldades sistêmicas que encontramos ao tentar apoiar alunos vulneráveis. Essa visão limitada ao presente ignorou as implicações mais amplas para a escola e os demais alunos envolvidos. Se não tomamos medidas proativas, justificando a ausência da matrícula, perdemos a oportunidade de salvaguardar os direitos humanos do aluno e de sua família, além de reforçar o compromisso da escola com a formação integral do aluno, dentro e fora de seus muros.

Quando o aluno retornou à escola, após cumprir sua pena, ele se formou e comemorou junto com seus colegas. Durante todo o ano, mesmo afastado, recebi forte apoio emocional de seus irmãos, que não esqueceram de minha dedicação. Isso demonstra que a segurança e o comprometimento da escola com a inclusão e o respeito aos direitos humanos fazem toda a diferença na vida dos alunos.

Outro projeto significativo foi a tentativa de implementar o "NaMoral", focado na ética e honestidade, em parceria com a ESMPU. Apesar do entusiasmo inicial e da capacitação recebida, a falta de espaço na grade curricular e a priorização de outras atividades barraram sua implementação formal. No entanto, adaptei o conteúdo do "NaMoral" em minhas aulas de Mundo do Trabalho, uma disciplina que faz parte do currículo diversificado do Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI), em que os professores têm maior autonomia para agregar materiais além dos previstos na ementa.

Nas aulas, explorei temas como honestidade, integridade, cooperação e superação de preconceitos, abordando a necessidade de mudanças na cultura do "jeitinho brasileiro". O objetivo era mostrar que a garantia dos direitos humanos, minorias e diversidades depende da internalização desses valores. Acreditando que a educação é o caminho para transformar a

sociedade, trabalhamos para que nossos alunos se apropriassem desses princípios, garantindo um futuro mais justo e inclusivo.

A relação entre a administração escolar e o corpo docente muitas vezes influenciou a eficácia das práticas pedagógicas. A centralização do poder e a competição interna comprometeram a cooperação necessária para enfrentar desafios comuns. Em algumas ocasiões, decisões administrativas tomadas em reuniões de conselho de classe, como a reprovação ou transferência programada de alunos, refletiram acordos obscuros que pouco contribuíram para o desenvolvimento humano e educacional dos estudantes.

Essas medidas foram propostas por uma conjunção de setores, incluindo uma parcela de professores que aderiram à ideia de que essa prática resolveria problemas de andamento escolar, apoiadas e cobradas pela equipe pedagógica e supervisão. Esses acordos foram autorizados de maneira informal, excluindo vozes contrárias por meio de um consenso mínimo de quatro ou cinco professores. A responsabilidade recai em grande parte sobre a gestão e supervisão que, apesar de cientes e presentes nos acordos, optaram por não intervir, afirmando que não poderiam agir contrariamente às decisões dos professores.

Essas situações criaram um ambiente de desconfiança e desmotivação entre os professores, que se sentiram desvalorizados e não ouvidos. A falta de diálogo e transparência nas decisões administrativas prejudicou a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e voltadas para os direitos humanos. Para melhorar essa relação, é fundamental promover uma gestão participativa e colaborativa, onde todos os envolvidos tenham voz ativa e sejam reconhecidos em suas contribuições.

Para promover uma educação inclusiva e baseada em direitos humanos, sugiro a implementação de projetos de inclusão que envolvam toda a comunidade escolar, como o "NaMoral", de forma oficial. Além disso, é essencial criar espaços de diálogo e suporte psicológico contínuo para alunos em situações vulneráveis, garantindo um acolhimento adequado e uma reintegração eficiente. Reforço a importância de uma gestão escolar

participativa, onde a centralização do poder seja substituída por uma verdadeira colaboração entre todos os setores da escola.

Acredito que, juntos, podemos construir uma educação mais justa e inclusiva, onde cada aluno se sinta valorizado e respeitado. A promoção de direitos humanos e diversidades não deve ser apenas uma meta, mas uma prática diária em nossas escolas. Convido todos os educadores a refletirem sobre suas práticas e buscarem sempre o melhor para seus alunos.

Antônio Carlos-MG, novembro de 2024.

Paulo Cézar Lode da Silva[1]

[1] Professor da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Brasil. E-mail: paulo.lode@educacao.mg.gov.br.

Educar-se para educar em direitos humanos a partir da escola

Prezados professores e estimados estudantes,

Conscientes da necessidade de respeitarmo-nos mutuamente e observar os princípios que regem os direitos humanos, diversidades e a convivência harmoniosa com os diferentes, mobilizemo-nos todos para a mudança a partir de cada um de nós, professores e alunos visando ao efeito multiplicador virtuoso na comunidade em que vivemos e na sociedade como um todo.

Sabidamente o desrespeito aos direitos humanos, aos direitos da criança e do adolescente, aos direitos das mulheres e das minorias não é por falta de legislação e sim originária de uma sociedade parcialmente branca e elitizada eivada de hábitos e atitudes preconceituosas e discriminatórias contra os diferentes, especialmente os negros, os pobres, os indígenas e as comunidades LGBTQIA+.

Ainda que nas escolas trabalhe-se em prol do respeito aos direitos humanos, os resultados efetivos reconhecidamente não têm sido satisfatórios, ora por deficiência da própria escola, ora por reponsabilidade das famílias e especialmente pela sociedade fundamentada em privilégios e discriminação aos menos afortunados, o que aprofunda as desigualdades e agrava o desrespeito aos direitos humanos. E o pior é que isso, cada vez mais, se torna naturalizado e considerado, equivocadamente, como uma situação normal, com pouca ou sem qualquer mobilização social contrária a essas atitudes verdadeiramente criminosas, exceto pelos atingidos que procuram se manifestar, mas que não recebem o tratamento devido e, muito menos, têm a visibilidade merecida.

Apesar da vasta legislação sobre os direitos humanos no Brasil, as ações práticas não têm consistência, nem continuidade no Estado como um todo, em todos os níveis de governo, na sociedade e nas próprias escolas, que algumas vezes ficam isoladas no exercício de ações estimuladoras do respeito aos direitos de todos os cidadãos indistintamente.

Apenas para demonstrar a realidade de desrespeitos aos direitos humanos que infelizmente vivenciamos no Brasil inteiro, citarei um caso de conhecimento público nacional de violência e desrespeito aos seres humanos, praticado contra o Sr. Genival Santos, no estado de Sergipe em 2022, que resultou em sua morte após tortura por agentes do estado brasileiro. Isto, na prática, representa a pena de morte institucionalizada num país em que não há previsão legal para a pena de morte, teoricamente, podemos dizer.

Quantas crianças e adolescentes são molestadas, quantas ocorrências de feminicídios, quantos negros são assassinados, quantos indígenas e migrantes são agredidos e assassinados? Quantos mais precisarão morrer para a sociedade entender que isso não pode ser relativizado? Não esperemos pelo poder público, sejamos protagonistas de ações e iniciativas de respeito aos seres humanos em seus direitos plenos. Essa responsabilidade é de todos nós e certamente alcança a nossa consciência.

É necessário e fundamental que busquemos ser a voz dos sem voz! Assim, considero que a escola é o ponto inicial para desencadear este grande desafio de engajamento efetivo para atingir o patamar de respeito aos direitos humanos, propósito este que deve ser de todos nós.

A proposta é baseada em ações simples de baixo custo e com autonomia da própria escola e consiste em ações cotidianas inseridas nas atividades escolares, abrangendo os alunos do ensino fundamental e toda a equipe escolar, envolvendo as famílias dos alunos e a comunidade.

Em primeiro lugar, deve-se pactuar, adotar e estimular a comunicação não violenta em todos os ambientes da escola e promover ações para este fim, tais como: a direção da escola deverá receber e cumprimentar os alunos, professores e toda a equipe diariamente; instituir o hábito do bom dia, boa tarde e adotar expressões como: “com licença”, “por favor”, “é possível?”, “você concorda?” etc.

Promover na escola ações que estimulem a cultura da paz e o respeito, abordando rapidamente o assunto no início de cada aula (cinco minutos), para que o respeito aos direitos humanos esteja presente na vida de todos e os alunos tornem-se multiplicadores da cultura de paz em todos os ambientes que frequentarem. Mobilizar os alunos, suas famílias e comunidades e promover caminhadas pela paz, pelo respeito e pela não agressão a cada bimestre de forma a contemplar todos os bairros e os povoados rurais durante o ano.

Convidar autoridades e especialistas para proferirem palestras sobre o tema, pelo menos uma vez a cada semestre. Dentre os convidados incluir juízes, promotores, assistentes sociais etc.

Provocar os alunos a relatarem casos de desrespeito e violência que tenham conhecimento, seja na família, entre amigos, conhecidos, vizinhos etc. permitindo-lhes manifestar-se livremente e conscientizá-los do grande mal que o desrespeito aos direitos humanos gera na sociedade.

O projeto visa, pelos exemplos praticados pelos alunos, pelos professores e toda a comunidade escolar, a recrutar mais pessoas que passem a se interessar pelos propósitos dos direitos humanos e aumentar o engajamento pela causa.

A prática das ações propostas e outras mais, conforme as peculiaridades locais, deverá ser contínua para produzir os melhores resultados, culminado com a formação de uma nova sociedade, a partir dos jovens, que crescerão com sensibilidade e consciência e, principalmente, atitudes de respeito aos direitos humanos.

Assim, podemos sonhar com a construção de uma realidade de uma sociedade na qual não seja preciso manifestações e movimentos de minorias, negros, migrantes, comunidades indígenas etc., pois todos terão consciência e atitudes de respeito aos direitos humanos. Que deixemos as práticas inumanas apenas para a triste história. Que assim seja.

Finalizo afirmando que somente pela educação a vida e a sociedade serão transformadas.

Bom Princípio do Piauí, 16 de dezembro de 2024.

Raimundo Nonato de Souza Filho[1]

[1] Professor da Educação Básica no município de Bom Princípio do Piauí, Brasil; membro da Associação Mestre Antônio Carpina. E-mail: souzaraimundobb@gmail.com.

Vidas entrelaçadas na luta pelos Direitos Humanos: da extensão universitária ao doutorado, nossas mãos seguem unidas

Querida Profa. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino[1],

Ao me propor a escrever esta carta pedagógica, como fruto de um maravilhoso curso que conclui acerca da temática dos Direitos Humanos, foi impossível não lembrar que nossa trajetória acadêmica começou exatamente por meio da escrita de cartas. Há exatos 10 anos, ao realizar um curso de extensão universitária pela nossa amada Universidade de Brasília, lhe escrevi uma carta, contando minhas experiências naquela formação continuada, que por sinal estava sob sua coordenação. Os impactos daquele estudo foram tantos, que a minha vontade de aprender acerca dos temas que versam os direitos das pessoas, principalmente daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade, sem ter voz ou vez, se ampliou.

Passada uma década daquele período, estando em um lugar academicamente diferente agora, escrevo-lhe com aquele mesmo entusiasmo e esperança e reafirmo que precisamos continuar nossa luta! Não sou mais aquela professora ávida por entrar no meio universitário, pois esta oportunidade você já me deu quando aceitou segurar em minhas mãos como minha orientadora de estudos no mestrado e doutorado, deixando-me aprender que esta luta também se efetiva no cotidiano, por meio de uma vida coerente com o que dizemos e acreditamos. Escrevo-lhe para compartilhar os aprendizados que tive neste curso de aperfeiçoamento intitulado: "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em Direitos Humanos" e contribuições que este pode trazer ao nosso processo de doutoramento, seja no tocante ao fortalecimento de nossas fundamentações teóricas ou na compreensão de fenômenos que sustentam as temáticas abordadas.

O referido curso foi oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por meio do Programa de Formação Continuada de Profissionais da Educação para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades.

[1] **Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino é professora na Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil; integrante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escola e do Desenvolvimento (PPGDE/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (CEAM/UnB).**

Essa ação extensionista ocorreu em parceria com a Diretoria de Extensão (DIREC) da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), em articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), com a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (RENAFOR), em conjunto com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de proporcionar capacitação aos profissionais da educação básica por meio de competência teórica e prática a fim de que nós, professoras/es da educação básica, possamos atuar como multiplicadores de temáticas relacionadas aos Direitos Humanos e Diversidades nas escolas públicas de nosso país. Penso que é interessante pontuar tais parcerias para que possamos compreender a proposta de um trabalho em rede que se articula em prol do fortalecimento de nossa formação continuada, bem como foi nosso curso de especialização intitulado "Educação em e para Direitos Humanos no contexto da Diversidade", à época ofertado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, também em parceria com a SECADI e MEC. É fulcral sabermos que não estamos sozinhas/os nesta jornada e, na verdade, há um coletivo que se une e prioriza a promoção desses direitos.

Como cursista, avalio de forma muito positiva o desenho metodológico do curso. Oferecido por meio da Plataforma *Moodle*, as unidades foram elaboradas de forma muito dinâmica e condizente com um ambiente virtual de aprendizagem, contendo, em suas respectivas estruturas: conteúdos básicos, videoaulas, textos, atualidades, fóruns de discussão, estudos de caso, legislações específicas, leituras complementares, sugestões de *sites*, livros, revistas, artigos, músicas, rede de proteção e apoio aos direitos humanos, além de diálogos e trocas de experiências com professoras/es pesquisadoras/es e fórum de dúvidas em cada unidade.

Na Unidade I, assim como em nosso curso de especialização, estudamos acerca dos Fundamentos da educação em Direitos Humanos: diversidades, crianças, adolescentes e o fortalecimento do Estado protetor de direitos. Pude, além de revisitar os conceitos de nossa especialização, discutir com a minha turma acerca dos conceitos e dos temas que estão imbricados em tais fundamentos. Percebi o quanto é importante, enquanto docentes, nos apropriarmos dos temas centrais que permeiam tais direitos, a fim de compreendermos a importância das palavras, o sentido desses conceitos e

suas respectivas aplicabilidades na luta e fortalecimento da democracia. Na Unidade II, refletimos sobre as temáticas Diversidade sexual, de gênero e direitos da mulher. Foi possível perceber que, enquanto campo acadêmico, avançamos na temática, mas ainda encontramos lacunas e necessidade de aprimoramento e aprofundamento no que tange à temática da diversidade; além do mais, os dados relacionados ao feminicídio em nosso país são estarrecedores. As reflexões nos textos foram muito importantes para pensarmos tantos acontecimentos relacionados à violência de gênero e as discussões no fórum foram muito polêmicas, evidenciando a relevância de colocarmo-nos no lugar de tantas pessoas que sofrem preconceitos e são violentadas diariamente.

Ademais, na Unidade III, fomos convidadas/os a refletir acerca da importância da comunicação não violenta, cultura de paz nas escolas e o poder da comunicação fundamentada nos Direitos Humanos. Inspiradas/os na leitura *Gaiola ou asas*, de Rubem Alves, procuramos refletir sobre o papel da escola na construção dessa cultura de paz. Por fim, a Unidade IV foi a que mais despertou minha atenção e interesse, tendo em vista que nossos estudos do doutorado objetivam investigar o processo de acolhimento de crianças migrantes venezuelanas nas escolas públicas. Apresentando a temática acerca das/dos migrantes internacionais, refugiadas/os e apátridas, e refletindo sobre a contribuição da abordagem dos Direitos Humanos no acolhimento a essas pessoas, a Unidade pôde contribuir significativamente para a fundamentação teórica de nossa tese e na compreensão dos fenômenos sociais, relacionados à migração, fato que me deixou muito grata por estar neste espaço de formação, pois trouxe sentido aos meus estudos; percebi a urgência e necessidade do debate acerca da temática, tendo em vista a crescente realidade de migrações em nosso país e, consequentemente, aumento da população migrante internacional em nossas escolas públicas.

Na realidade brasileira, sabemos que precisamos avançar consideravelmente em muitos aspectos como esses abordados no curso; os índices de violência e preconceitos no âmbito escolar (seja essa realizada por estudantes entre seus pares ou entre estudantes e docentes ou advinda da comunidade) são altíssimos, muito preocupantes e têm desmotivado muitas pessoas que almejam o exercício da docência; todavia, somos convidadas/os a buscar no coletivo forças e estratégias para mudarmos tal realidade. Precisamos dar

continuidade a estas discussões em nossas escolas, precisamos de mais multiplicadores nessa luta.

Diante de tal complexidade, apesar de tantos desafios postos em nossa sociedade, cursos de formação continuada como este podem nos encorajar e fazer enxergar que não estamos sós. É preciso esperançar, como nosso mestre Paulo Freire nos ensina, e é no coletivo que esta esperança se tornará realidade. É preciso continuarmos de mãos unidas, desenvolvendo pesquisas, levando as vozes de nossas realidades para o campo acadêmico e trazendo nossas pesquisas para as escolas. Precisamos ampliar nossas rodas de conversas, principalmente no âmbito de educação básica, buscando a democracia e o acolhimento ao outro. Nesse sentido, agradeço por segurar em minhas mãos em meus processos acadêmicos e, sobretudo, por me apresentar os Direitos Humanos de forma tão bela e necessária, fazendo-me perceber que também posso trabalhar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Abraços fraternos.

Brasília, 22 de novembro de 2024.

Regina Jodely Rodrigues Campos Aguiar[2]

[2] Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento na Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil; professora na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil. E-mail: regina.jodely@gmail.com.

Educação em Direitos Humanos e Diversidades, realidade atual

Prezados/as colegas educadores,

O motivo da escrita desta carta é para apresentar-vos o contexto atual de diversidade que vivenciamos em um ambiente educacional.

Vivemos em um mundo cada vez mais complexo e globalizado, marcado por grandes desigualdades e diversidades. Nessa perspectiva, a educação assume um papel essencial na elaboração de uma sociedade mais justa e equitativa. A educação em direitos humanos e diversidades, nesse sentido, torna-se fundamental para organizar cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de promover a inclusão e o respeito às diferenças dentro de nossa sociedade.

A educação em direitos humanos não se limita à propagação de conhecimentos sobre leis, procedimentos e normas. Ela envolve a elaboração de valores, atitudes e práticas que proporcionem a igualdade, a justiça social e o respeito à dignidade humana. É preciso ir adiante da simples informação, procurando a transformação de realidades e a construção de uma cultura de paz e respeito a todas as pessoas da sociedade que vivemos.

Ao lidarmos com a diversidade em sala de aula, estamos possibilitando aos nossos alunos a oportunidade de entender e valorizar diferentes culturas, crenças e identidades. Essa prática contribui para a transformação de cidadãos mais tolerantes, empáticos e capazes de construir relações mais justas e equitativas em torno do mundo em que vivemos.

Diante desse cenário, proponho algumas atividades para a efetivação da educação em direitos humanos e diversidades dentro das escolas, como:

a) Inclusão deste tema no currículo: é indispensável que os direitos humanos e a diversidade sejam inseridos em todas as disciplinas e níveis de ensino dentro da escola;

b) Formação continuada dos professores e educadores: a oferta de cursos e oficinas especializados para professores/educadores é primordial para que eles se sintam aptos para trabalhar com essa temática dentro de sala de aula ou espaços para conscientização das pessoas;

c) Elaboração de projetos interdisciplinares: a realização de projetos envolvendo diferentes disciplinas e incluindo a comunidade escolar pode tornar o aprendizado mais objetivo, lúdico, significativo e prazeroso, de modo que todos consigam colocar em prática as ações aprendidas;

d) Conversa com as famílias: é fundamental envolver a comunidade externa, ou seja, as famílias, nesse processo educativo, promovendo atividades que estimulem e motivem a reflexão sobre os valores e atitudes que queremos construir e desenvolver para um presente e futuro mais inclusivo e equitativo;

e) Criação de locais para escuta e diálogo, como rodas de conversa: a escola precisa ser um local seguro para que todos possam expressar suas opiniões e sentimentos, escutando e falando sobre as diferenças com o propósito de respeitar a todos.

Esses são alguns exemplos do que pode ser feito nas escolas. Há inúmeras outras ações que envolvem a escola e comunidade e são válidas para que o processo de ensino aprendizagem sobre este tema possa acontecer de forma objetiva, formando cidadãos ativos que respeitem os direitos humanos e a diversidade.

A educação em direitos humanos e diversidades é um desafio atual, mas uma valiosa oportunidade para produzirmos um presente e um futuro que seja mais humano, justo e igualitário. Ao investir na formação de pessoas conscientes e críticas, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais humana e solidária no aspecto de igualdade e diversidade para todos.

Uberlândia, 14 de dezembro de 2024.

Ricardo Brasileiro de Matos[1]

[1] **Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professor de matemática e pedagogo na Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; integrante do Círculo de Estudos e Pesquisas Freireanos (CEPF/UFU). E-mail: ricardo.mattos10@gmail.com.**

Direitos humanos e diversidades: caminhos para a educação transformadora

Olá, colegas professoras e professores!

A presente carta tem como objetivo discutir a relevância da realização do curso "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos". Entendo que a educação em direitos humanos é essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de promover a justiça social e valorizar a diversidade em suas comunidades.

Durante o curso, foi possível compreender que os direitos humanos são universais e inalienáveis, fundamentais para a dignidade humana. Eles abrangem direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, cuja promoção é essencial para a construção de sociedades justas e igualitárias. O estudo desses direitos possibilitou uma compreensão mais profunda das desigualdades e das injustiças que permeiam nossa sociedade.

Ficou perceptível como a educação é uma das principais ferramentas para a promoção dos direitos humanos. Ela não apenas transmite conhecimento, mas também forma valores, atitudes e comportamentos. O curso ofereceu uma abordagem crítica e reflexiva, permitindo que nós, cursistas, compreendêssemos nossa responsabilidade como agentes de mudança.

A diversidade é um elemento central na discussão sobre direitos humanos. O curso abordou diferentes formas de diversidade — étnica, cultural, religiosa, de gênero e sexual — e como essas dimensões se relacionam com a construção de identidades e a promoção da inclusão no âmbito educacional.

As escolas desempenham um papel fundamental na promoção dos direitos humanos, pois são espaços de socialização e aprendizado, onde os alunos vivenciam a diversidade e desenvolvem habilidades sociais. Durante o curso, foi abordada a importância da articulação entre a educação e as políticas públicas de direitos humanos, com o estudo de legislações, programas e iniciativas que visam garantir os direitos de grupos vulneráveis, tornando-nos mais conscientes de nosso papel na sociedade.

Apesar da importância do tema, a educação em direitos humanos enfrenta diversos desafios, como a resistência a mudanças, a falta de formação adequada para educadores e a desvalorização do tema no currículo escolar. No curso, foi possível refletir criticamente sobre a necessidade de enfrentar esses desafios e atuar como agentes de transformação.

Na unidade "Fundamentos da Educação em Direitos Humanos: Diversidades, Crianças, Adolescentes e o Fortalecimento do Estado Protetor dos Direitos", o estudo permitiu compreender como essa temática é fundamental para a formação de educadores comprometidos com uma sociedade mais justa e inclusiva. O aprofundamento nesse tema contribuiu para a compreensão das múltiplas dimensões dos direitos humanos e da importância de reconhecer e valorizar as diversidades presentes em nossas comunidades. Ao abordar as especificidades das crianças e adolescentes, essa unidade nos levou a refletir sobre as vulnerabilidades e necessidades desses grupos, promovendo uma educação que respeita e protege seus direitos.

A unidade "Diversidade Sexual, de Gênero e Direitos da Mulher: Conhecer para Desconstruir Distorções e Garantir Direitos" foi crucial para a construção de uma consciência crítica sobre a complexidade das questões de gênero e sexualidade. O estudo proporcionou uma compreensão aprofundada das diferentes identidades e expressões de gênero, bem como dos desafios enfrentados por mulheres e pessoas LGBTQIA+ em diversas sociedades. Ao abordar essas temáticas, foi possível ampliar o entendimento sobre as desigualdades e injustiças que ainda persistem, promovendo um ambiente de respeito e inclusão, especialmente no campo da educação.

A unidade "Comunicação Não Violenta, Cultura de Paz nas Escolas e o Poder da Comunicação Fundamentada em Direitos Humanos" foi essencial para promover um ambiente escolar saudável e respeitoso. A comunicação não violenta (CNV) oferece ferramentas para que educadores e alunos possam expressar suas emoções e necessidades de forma clara e empática, reduzindo conflitos e mal-entendidos. Ao adotar essa abordagem, a escola se torna um espaço onde o diálogo é valorizado e as diferenças são respeitadas, favorecendo a construção de relacionamentos mais harmoniosos e colaborativos.

Dessa maneira, a formação em direitos humanos proporcionou uma visão crítica sobre as políticas e práticas que envolvem a infância e a adolescência,

enfatizando o papel do Estado como garantidor desses direitos. Compreender o funcionamento das instituições e das legislações que protegem os direitos humanos é essencial para que educadores possam atuar efetivamente na defesa e promoção dos mesmos. Essa formação fortalece a capacidade de identificar situações de violação de direitos e fomenta a construção de um ambiente escolar seguro e acolhedor, onde todos possam se desenvolver plenamente.

Além disso, essa formação auxiliou na construção de conhecimento sobre estereótipos e preconceitos que ainda permeiam a sociedade e o ambiente escolar. Foi muito enriquecedora a abordagem sobre diversidade sexual e de gênero, com foco na redução da discriminação e da violência de gênero, criando um espaço seguro para que todos possam se expressar livremente. Ao educar sobre os direitos das mulheres e das minorias, fomentamos uma cultura de respeito e empoderamento, onde as vozes historicamente silenciadas ganham visibilidade e legitimidade.

Por fim, realizar essa formação não apenas beneficia a dinâmica da sala de aula, mas também impacta a comunidade escolar como um todo, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade pacífica.

Pinheiro, 19 de dezembro de 2024

Rosiane Figueredo Prates[1]

[1] Mestranda em Gestão Escolar na Fucape Business School, Espírito Santo, Brasil; professora de matemática do ensino fundamental (anos finais) da rede municipal de ensino de Pinheiros, Espírito Santo, Brasil; supervisora escolar na rede municipal de ensino de Nova Venécia, Espírito Santo, Brasil. E-mail: pratesdocencia@gmail.com.

Alguns passos na visibilidade da diversidade de gênero na educação profissional

Querida Julie Marsala,

Há doze anos como pedagoga no Departamento de Assuntos Estudantis, tenho acolhido as angústias de estudantes do Ensino Médio sobre a invisibilidade de discussões das questões de diversidade sexual e de gênero. Sempre procurei acolher esses anseios e entender as nuances que perpassam dentro de suas relações que lhes causam essas percepções e angústias. Em sua grande maioria, a falta de um acolhimento familiar sobre suas primeiras percepções de sexualidades, que fogem ao padrão heteronormativo, e a liberdade, ainda que limitada, no ambiente escolar de poder ser/expressar seus desejos e personalidades, trazem a esses estudantes um sentimento dúbio e de necessidade de informar/discutir/orientar os demais membros da comunidade acerca dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Esses diálogos demonstraram o quanto a escola tem sido um local ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que os/as/es estudantes sentem-se encorajados/as/es a demonstrar quem é e o que desejavam, também sofrem por alguns apontamentos e olhares preconceituosos, pois mesmo em um ambiente acadêmico, ainda reproduzimos inúmeras ações de discriminação e preconceito, tal como nossa sociedade.

Lembro-me como se fosse ontem do dia em que você entrou na sala, perguntando quem era o responsável pela secretaria escolar, pois estava indignada com um professor que insistia em lhe chamar pelo seu "nome morto", como você mesma gosta de enfatizar. Eu disse o nome da servidora responsável pela secretaria e, antes de você sair, em um rompante assim como entrou, perguntei-lhe qual era o seu nome. Você disse "Julie Marsala", e saiu.

Certamente você sabe o quanto a sua atitude de sair do interior do Maranhão, ir para um Instituto Federal cursar o Ensino Superior, exigindo respeito por sua identidade de gênero, com apenas dezoito anos de idade, precisar morar com outras pessoas em uma instituição de acolhimento a pessoas LGBTQIAPN+ (Casa FloreSer), seria desafiador. Porém, sua determinação e coragem de

exigir seus direitos de cabeça erguida sempre foram uma marca da sua personalidade e, ao mesmo tempo em que cativou muitas pessoas, acabou incomodando outras que não estavam preparadas para lidar com a diversidade humana, para além dos padrões cisheteronormativo.

Apesar do nome social ser um direito e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais garantido por meio do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, somente este ano o Instituto aprovou uma Instrução Normativa (n° 14/2024) que estabelece as orientações e procedimentos para uso do nome social para estudantes transgêneros vinculados ao Instituto Federal do Maranhão.

Julie, você nem vai acreditar! Mas, esse documento também orienta que a utilização do nome social não está relacionada à alteração do nome civil, portanto a pessoa transgênero não é obrigada a modificar seus documentos para que possa ser tratada por seu nome social e esse direito também assiste aos estudantes menores de idade.

Nesse sentido, caso nenhum responsável concorde com a mudança no nome, isso não pode ser empecilho para que o/a/e estudante seja chamado/a/e por seu nome social, pois nesta instrução normativa há um capítulo que trata sobre a garantia de tratamento pelo nome social e diz que, uma vez expresso, ainda que apenas oralmente pela pessoa trans o desejo de ser chamada pelo nome social, isso deve ser atendido, ainda que menor de 18 anos, com tratamento por nome social, utilizando-se os pronomes relativos à identidade de gênero da pessoa.

Isso é incrível, não é? Um imenso avanço, especialmente quando sabemos que ainda há servidores que não querem respeitar o direito de personalidade dos/as/es estudantes trans/travesti. Mas, ainda não estamos totalmente satisfeitas, visto que ainda há um gargalo que precisa ser resolvido: a disponibilidade de banheiros sem gênero de uso individual. Mesmo tendo encaminhado um documento para a direção geral, a solicitação ainda não foi atendida com a alegação de que faltam verbas. Buscando solucionar temporariamente essa demanda, o chefe de nosso departamento autorizou os/as/es estudantes que não se enquadram no binarismo feminino e masculino a utilizar o banheiro de nosso setor.

Seu espírito desbravador te fez desejar alcançar caminhos ainda maiores e ir em busca de novos sonhos, a nós coube apenas acolher sua decisão e insistir

para você não desistir de fazer um curso superior, pois precisamos de mais pessoas como você ocupando vários espaços de trabalho que, por ora, ainda é muito restrito e com raríssimas representatividades.

Você sabe melhor do que eu que vivemos em uma sociedade extremamente transfóbica e que essa realidade só começará a mudar quando mais pessoas como você ocuparem lugares estratégicos que possam contribuir com formação de políticas públicas, formação de pessoas e de consenso na garantia de direitos humanos a todas/os/es.

Estou feliz por saber que você continua tentando o curso que deseja, por saber que fez o ENEM e que hoje já vislumbra sua entrada em uma das universidades mais conceituadas do país, a Universidade de São Paulo, mesmo que ainda haja resistência dela implementar a cota de pessoas trans para a graduação, porém, já com vagas para a pós (mestrado e doutorado).

Desejo que você siga firme em sua meta, eu seguirei por aqui acreditando no papel da educação e desenvolvendo novas propostas de ação de formação acerca da diversidade que tanto nos ensina a riqueza de vivermos em um mundo tão plural e diverso. Ciente de que há uma longa caminhada em busca de equidade e mesmo com os pequenos passos que já podemos observar, continuaremos a caminhada sem recuar, sem soltarmos nossas mãos nesse ideal de uma sociedade mais justa, empática, inclusiva e solidária.

Um forte abraço!

São Luís, 16 de dezembro de 2024.

Rosilene Lima da Silva[1]

[1] **Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil; pedagoga no Departamento de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil. E-mail: rosilenelima@ifma.edu.br.**

Violência e negociação: a misoginia em escolas de ensino médio

Colega educadora,

Escrevo esta carta com o objetivo de iniciarmos um diálogo franco e urgente sobre um problema que tem se manifestado de forma preocupante em nosso ambiente de trabalho: a misoginia. O ponto de partida para essa reflexão foi o curso "Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos". Lembro-me de quando um colega compartilhou a oportunidade de inscrição no grupo da escola, e me senti desafiada a imergir nesse novo mundo. O curso foi um divisor de águas, despertando em mim diversas inquietações, em especial durante a Unidade 2, que abordou as questões de diversidade sexual, de gênero e direitos da mulher.

Ao ler o texto da Unidade 2, "Diversidade sexual, de gênero e direitos da mulher: conhecer para combater distorções negadoras de direitos" (Camargo; Gomes, 2024), compreendi que sofria misoginia. O texto evidenciou a urgência de debater e refletir sobre a realidade dos corpos “estranhos”, considerando o contexto alarmante do Brasil como o país que mais mata mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Você percebia a misoginia velada que estávamos vivenciando? Aquelas piadas sexistas na hora do intervalo, comentários depreciativos sobre as alunas, além de interrupções constantes e minimização das opiniões e do trabalho das professoras. Essas atitudes, frequentemente naturalizadas e disfarçadas de "brincadeiras", contribuem para a criação de um ambiente hostil que impede a plena participação e o desenvolvimento profissional das mulheres.

E nós, coordenadoras pedagógicas, vivenciamos essa realidade de forma ainda mais intensa, não é verdade? Muitas vezes, questionam nossas palavras e, ao denunciarmos situações de misoginia, somos rotuladas de "loucas", "exageradas" ou "em TPM". Os docentes, em sua grande maioria, reproduzem

as mesmas estruturas de poder presentes na sociedade, silenciando nossas vozes e invalidando nossas experiências. Assim, precisamos romper com essa cultura misógina e criar espaços de diálogo, colaboração, antissexismo e reflexão sobre a importância do respeito e da valorização da mulher.

Colega, ainda precisamos conversar sobre a influência do corpo docente na reprodução do comportamento misógino dentro da escola. A meu ver, a instituição escolar tem um papel fundamental na formação dos valores e atitudes dos estudantes. Portanto, se os professores reproduzem estereótipos de gênero, minimizam a importância do trabalho das mulheres e silenciam suas vozes, eles estão contribuindo para a perpetuação dessa cultura misógina. Temos de reconhecer que a direção da nossa escola, felizmente, tem se mostrado sensível à questão da misoginia, adotando uma postura pautada em direitos humanos. Desde que assumiram o cargo, eles têm nos motivado a não aceitar tratamento misógino e, quando este ocorre, têm nos apoiado, dando-nos voz e espaço para nos posicionarmos. No entanto, ainda observamos atitudes misóginas por parte de alguns professores. Você se lembra de algumas situações que vivenciamos? Aquelas em que professores, ao se dirigirem a nós, elogiam excessivamente nossas roupas ou nossa aparência física diante dos estudantes, sem fazer qualquer menção à nossa capacidade intelectual ou profissional? Esse tipo de comportamento, embora aparentemente inofensivo, reforça a ideia de que o valor da mulher reside na sua aparência física, e não em suas qualidades intelectuais e profissionais. Presenciei alunos fazendo elogios depreciativos a professoras, focando apenas na aparência e desvalorizando suas capacidades. Embora a direção esteja empenhada em combater a misoginia, a mudança de cultura exige um esforço conjunto de toda a comunidade escolar.

Outro ponto que sempre me deixa desconfortável é a forma como professoras e professores conduzem as aulas, dividem as tarefas e se comunicam com os estudantes. Vejo muitos chamarem apenas os meninos para auxiliar em atividades que exigem força física, carregar a caixa de som

ou o *datashow*, por exemplo; direcionar elogios relacionados à aparência e beleza apenas para as meninas; interromper e desqualificar as falas das estudantes com mais frequência do que as dos alunos, reforçando a ideia de que existem papéis e características pré-determinados para cada gênero.

Não sei se você percebeu o quanto o curso me impactou. Espero ter conseguido me expressar e que, juntas, possamos realizar um trabalho transformador em nossa escola. Pensei em algumas ações pontuais para solucionarmos o problema que estamos enfrentando, como: a necessidade de trabalhar em conjunto com a direção para sensibilizar o corpo docente sobre a importância de combater a misoginia em sala de aula; a inclusão da temática de gênero nos planejamentos pedagógicos, para que consigamos promover a desconstrução de estereótipos e a valorização da diversidade; a promoção de debates e palestras com especialistas, que podem conscientizar a comunidade escolar sobre a misoginia, seus impactos e as formas de combatê-la; a criação de canais de denúncia anônima, garantindo segurança e acolhimento às vítimas de discriminação; A capacitação dos professores para a identificação e o combate à misoginia em sala de aula.

Somente por meio de um esforço conjunto construiremos uma escola onde a igualdade de gênero seja uma realidade, garantindo que todos se sintam respeitados, valorizados e livres para serem quem são. Você aceita o desafio? Aguardo seu retorno em breve para que possamos continuar essa conversa e elaborar um projeto para colocar em prática tudo o que discutimos.

Um abraço.

Brasília, 28 de novembro de 2024.

Tatiane Morais dos Reis[1]

[1] Especialista em Linguagens, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; professora de Língua Portuguesa e Língua Espanhola da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasil. E-mail: prof.tatimorais@gmail.com.

Experiência como tutora na formação em direitos humanos e diversidades

Prezados colegas,

Escrevo essa carta como forma de relatar o quanto essa formação foi enriquecedora para mim como tutora, pois, além de estudar o material antes de qualquer interação, lia todos os debates nos fóruns, onde compartilhávamos experiências riquíssimas. Dos quatro módulos da formação, os que mais me deixou reflexiva foram: a Unidade II – Diversidade sexual e de gênero, direitos da mulher: conhecer para combater distorções negadoras de direitos, e a Unidade III: Comunicação não violenta, cultura de paz nas escolas e o poder da comunicação fundamentada em direitos humanos.

A primeira unidade citada desmistificou algumas crenças que eu tinha, como acreditar que havia apenas os gêneros masculino e feminino, e o que os diferenciava era apenas a orientação sexual. De maneira suscinta, o termo gênero é uma construção social, é o que a sociedade identifica como características masculinas e femininas. Porém é uma questão individual, que vai além do sexo biológico.

Cada pessoa tem sua identidade de gênero, que é como cada qual se identifica, se percebe, independente do sexo biológico. Se ela se identifica com seu sexo biológico, é classificado como **cis**; caso contrário, é trans; e há casos em que a pessoa não se identifica com nenhum dos dois, sendo considerada como não-binária. Essas percepções sobre o próprio corpo não definem a orientação sexual.

Quanto à outra unidade, que abordou a Comunicação Não Violenta (CNV), o ponto central é se livrar de qualquer julgamento para a resolver algum conflito. Está relacionada à empatia com o próximo e ao autoconhecimento das nossas próprias emoções. Após o estudo desse módulo, tive a oportunidade de aplicar os princípios da CNV na tentativa de resolver um

conflito entre duas alunas do quarto ano da escola em que trabalho. Elas não podiam nem se olhar! Intrigada com aquela situação, pensei que deveria intervir. Chamei-as para conversarmos, fazendo com que cada uma explicasse o que havia acontecido para chegarem naquela situação desagradável. Tentei relacionar suas atitudes as suas emoções. Confesso que fiquei mais frustrada; no momento, tive a sensação de que a situação tinha piorado, pois se ofenderam ainda mais. Exigi respeito e deixei claro o meu objetivo com a intervenção. Passados dois dias, presenciei as duas no refeitório como se fossem melhores amigas. Nem acreditei! Não posso afirmar se foi resultado da intervenção, mas achei interessante esse desfecho.

Essa formação possibilitou ampliar meus conhecimentos, desmistificar outros, trabalhar a empatia, que é um exercício diário, e reconhecer os direitos das minorias para evitar que sejam descumpridos. Todos/as deveriam fazer formações continuadas relacionadas aos Direitos Humanos e Diversidades para se educar e educar o/a outro/a, construindo uma sociedade mais justa, igualitária e equânime para todos e todas.

Uberlândia, 19 de dezembro de 2024.

Valquíria de Azevedo Rosa[1]

[1] Especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva pela Faculdade de Ampére, Paraná, Brasil; professora da educação básica da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: valquiriaazevedo666@gmail.com.

Quebrando fronteiras: a educação como aliança pela vida e dignidade

Prezados estudantes do Centro de Recuperação para Dependência Química Ismael Abdel Aziz e do Lar Terapêutico Ágape,

É com imensa alegria e gratidão que me dirijo a vocês para compartilhar reflexões e experiências que marcaram profundamente minha jornada como educador voluntário no campo da Literatura e do Teatro. Esta carta não é apenas uma mensagem, mas um convite a celebrarmos juntos o poder transformador da Educação em Direitos Humanos e Diversidades.

Ao longo de dois anos, tive o privilégio de caminhar ao lado de cada um de vocês, construindo um espaço de aprendizagem que ultrapassou barreiras convencionais. Aprendi sobre resiliência, humanidade e a importância de reimaginar possibilidades. Nossos encontros foram tecidos pela criação coletiva de zines, cenas teatrais e espetáculos que dialogaram diretamente com nossas vivências e sonhos. Inspirados no Teatro do Oprimido e na poesia de Thiago de Mello, exploramos o que significa ser humano em sua plenitude e direitos.

Educar é, acima de tudo, acreditar na capacidade de transformar realidades. Em nossas oficinas, o Estatuto do Homem, de Thiago de Mello, foi um guia poético que iluminou caminhos para abordar a inclusão, a justiça social e a igualdade de oportunidades. Ao declamarmos juntos versos como "haverá girassóis em todas as janelas", renovamos a esperança de um mundo em que cada um tenha seu lugar de dignidade e respeito.

O Teatro do Oprimido proporcionou-nos uma pedagogia para investigar opressões cotidianas, mas também para projetar soluções. Vocês, com coragem, transformaram vivências em narrativas cênicas que emocionaram e mobilizaram. Essas práticas reafirmaram que a educação inclusiva não é um privilégio, mas um direito inalienável.

Contudo, percebo que desafios permanecem. O estigma enfrentado por muitos de vocês é uma barreira que a sociedade ainda não soube quebrar completamente. Por isso, devemos seguir comprometidos com um ensino que não apenas informe, mas também forme para a empatia e a compreensão mútuas.

Proponho que fortaleçamos o uso de ferramentas artísticas como pontes para a transformação. Que continuemos a criar zines, cenas e espetáculos que deem voz às histórias que habitam cada um de vocês. Que o Estatuto do Homem e a Declaração Universal dos Direitos Humanos não sejam apenas textos, mas guias vivos para nossas práticas.

Sugiro também o desenvolvimento de um projeto colaborativo que conecte as duas instituições. Este poderia incluir uma série de apresentações artísticas itinerantes, envolvendo a comunidade e ampliando o alcance das reflexões que iniciamos juntos. Além disso, criar um arquivo digital com as produções artísticas é uma forma de registra

Sonho com um futuro em que possamos dizer, como Thiago de Mello: “O homem confiará no homem como um menino confia em outro menino”. Sigamos trabalhando juntos pela construção de uma sociedade onde a educação seja viva, inclusiva e transformadora.

Com admiração e esperança,

Vitor de Lima Gonçalves[1]

[1]Especialista em Arte na Educação pelo Centro Universitário Faveni, Minas Gerais, Brasil; arte-educador no Centro de Reabilitação para Dependentes Químicos Ismael Abdel Aziz (CRDQ) e Lar Terapêutico Ágape, Manaus, Amazonas; professor voluntário de Teatro e Literatura pelo Programa de Extensão Escola de Egressos da Universidade do Estado do Amazonas, Brasil. E-mail: vitorlima.producao@gmail.com.

Educação para a equidade racial: uma ponte para os direitos humanos e a justiça social

Prezados colegas educadores e coordenadores do curso,

Espero encontrá-los bem e inspirados pelas ricas discussões promovidas ao longo deste curso sobre educação em direitos humanos e diversidades. Escrevo-lhes esta carta para refletir sobre a centralidade da equidade racial no fortalecimento de práticas educativas específicas para a construção de uma sociedade democrática, fundamentada nos direitos humanos.

A equidade racial, enquanto princípio pedagógico e ético, é essencial para enfrentarmos as desigualdades estruturais que marcam nossa sociedade. Nas salas de aula brasileiras, ainda é evidente o impacto do racismo histórico sobre o acesso e a permanência de estudantes negros, indígenas e de outras etnias racializadas. Refletir sobre essas questões no âmbito escolar não é apenas necessário, mas urgente, visto que a escola é um espaço privilegiado para a desconstrução de preconceitos e fortalecimento de uma cidadania ativa.

Ao discutir este curso, os temas sobre diversidade, inclusão e direitos humanos, em especial, motivaram-me a aprofundar o entendimento de como a equidade racial pode ser incorporada às práticas pedagógicas de maneira transformadora. Essa inquietação emerge do reconhecimento de que a educação é uma ferramenta poderosa para a construção de um mundo mais justo, mas que também pode perpetuar desigualdades caso os educadores não se tornem agentes críticos e propositivos.

A educação em direitos humanos nos convida a compensar práticas e conteúdos que perpetuam desigualdades raciais. A ausência de representatividade nos currículos escolares, por exemplo, reforça estereótipos e invisibiliza as contribuições de populações negras e indígenas para a formação da sociedade brasileira. É preciso, portanto, ampliar a

abordagem curricular, incorporando histórias, saberes e outros aspectos dessas culturas de forma integrada e respeitosa.

As discussões teóricas sobre a interseccionalidade também foram marcantes para mim. Elas apontam como raça, classe e gênero se sobrepõem, criando experiências específicas de opressão. No contexto escolar, isso implica considerar não apenas o acesso formal à educação, mas a qualidade das relações que promovemos e o reconhecimento da subjetividade de cada estudante. A inclusão, nesse sentido, só se concretiza quando rompemos com a visão abrangente de ensino e valorizamos as diversidades presentes em nossas comunidades escolares.

Por outro lado, práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial enfrentam resistências significativas, tanto institucionais quanto culturais. A desconstrução do racismo exige um engajamento contínuo e coletivo de professores, gestores e famílias. O desafio de enfrentar o silêncio que muitas vezes encobre discussões sobre racismo nas escolas pode ser superado pelo fortalecimento de uma cultura de diálogo e empatia.

Para avançarmos na promoção da equidade racial, sugiro algumas ações concretas:

Desenvolver oficinas e cursos que abordem o racismo estrutural, as políticas de reposição e as práticas pedagógicas antirracistas; inserir temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena como parte obrigatória e transversal dos planejamentos escolares, conforme previsto na Lei 11.645/2008; criar círculos de debates e momentos de escuta com estudantes e suas famílias para discutir questões de diversidade e equidade racial, promovendo o protagonismo das vozes racializadas; desenvolver iniciativas que conectem diferentes disciplinas na abordagem de temas, como resistência cultural, direitos civis e protagonismo negro e indígena.

Essas ações têm o potencial de transformar a escola em um ambiente mais acolhedor e justo, fomentando uma convivência baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade.

Acreditar na educação como motor de transformação social significa comprometer-se com a construção de uma sociedade que não apenas reconheça, mas celebre a diversidade racial. Essa é uma tarefa desafiadora, mas essencial para que possamos avançar rumo a uma democracia plena e inclusiva. Convido todos a refletirmos juntos sobre como nossas práticas podem contribuir para que a equidade racial deixe de ser um ideal e se torne uma realidade concreta em nossas escolas.

Com esperança e determinação,

Cariacica, 2 de dezembro de 2024.

Vivian Renata da Silva dos Santos[1]

[1] Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais com ênfase em alfabetização; técnica de referência na Coordenação de Equidade e Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica, Espírito Santo, Brasil. E-mail: vivian.santos@edu.cariacica.es.gov.br.

Educação Ambiental Crítica e Justiça Climática Como Ferramentas De Transformação Social No Ensino Fundamental II

Prezados colegas educadores, espero que estejam bem,

Dirijo-me a vocês para apresentar reflexões, aprendizados e práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Ensino Fundamental – Anos Finais, na EMEF Sebastião de Aguiar Azevedo - Unidade II, em Ribeirão Preto/SP. A proposta relatada encontra-se no cruzamento entre a Educação em Direitos Humanos e a Educação Ambiental, com foco nas desigualdades socioambientais que afetam populações vulneráveis.

A prática pedagógica aqui relatada foi motivada pela necessidade de trabalhar questões contemporâneas com os estudantes, como a justiça climática e as desigualdades socioambientais, em alinhamento às competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Identificou-se que muitos estudantes possuíam uma visão fragmentada e, por vezes, superficial, acerca do impacto das mudanças climáticas e sua relação com o direito ao meio ambiente equilibrado, especialmente nas periferias urbanas.

A escola está localizada em uma área urbana que apresenta desafios de infraestrutura e urbanização desigual, cenário que serviu como ponto de partida para contextualizar o debate sobre as mudanças climáticas e o racismo ambiental. O objetivo principal foi instigar os estudantes a compreender que os problemas ambientais são também problemas sociais e políticos. A partir disso, estruturou-se uma sequência didática interdisciplinar que envolveu geografia, ciências e língua portuguesa, em uma abordagem investigativa e participativa.

A prática foi desenvolvida por meio da metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), que promove o protagonismo estudantil e o

pensamento crítico. Inicialmente, os estudantes participaram de rodas de conversa sobre a definição de justiça climática, tendo como base trechos do documento "Justiça Climática e Educação Ambiental" (2015), que enfatiza a desigualdade nos impactos ambientais em populações historicamente marginalizadas, e é ilustrado por notícias em formato de texto e vídeo sobre os impactos das mudanças climáticas.

Com o apoio de mapas e dados locais, foi proposta uma análise comparativa entre os bairros da cidade, considerando indicadores como áreas verdes, saneamento básico e índice de enchentes. A atividade permitiu aos estudantes identificar que a distribuição desigual desses serviços não é aleatória, mas fruto de processos históricos e estruturais relacionados ao racismo ambiental e à desigualdade de gênero. Esse diálogo foi enriquecido por discussões pautadas no "Referencial Curricular de Ribeirão Preto", que destaca a necessidade de trabalhar com a participação cidadã e a valorização da diversidade cultural.

Outro ponto marcante foi a introdução de conceitos de vulnerabilidade social e ambiental, conectados ao tema das mudanças climáticas. Estudantes simularam uma assembleia comunitária em que representaram diferentes atores sociais, como gestores públicos, ONG, movimentos ambientais e moradores de áreas vulneráveis. Essa dinâmica reforçou habilidades de argumentação, pesquisa e empatia, permitindo um entendimento mais profundo sobre os desafios e potenciais soluções.

Como resultado do projeto, os estudantes propuseram a criação de uma horta comunitária na escola e ações socioambientais na praça próxima à escola, a ser gerida pela comunidade escolar em parceria com os moradores locais. Essa iniciativa visava não apenas à melhoria da qualidade do espaço urbano, mas também ao fortalecimento do senso de pertencimento e de colaboração.

Recomenda-se que práticas semelhantes sejam ampliadas no cotidiano escolar, com maior articulação entre escolas e moradores do bairro. O projeto pode contar com universidades e organizações sociais que atuem na

temática da justiça ambiental. A formação continuada de professores sobre justiça climática e educação ambiental também se apresenta como um ponto estratégico para ampliar o impacto dessas ações, principalmente para evitar promoções equivocadas de ideias já desconstruídas.

A educação, como destacou Paulo Freire, é um ato político e essa experiência relatada demonstra que práticas pedagógicas interdisciplinares e participativas podem desempenhar um papel fundamental na formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na transformação social. A justiça climática, quando trabalhada em sala de aula, não só amplia o repertório cultural e político dos estudantes, como os inspira a atuar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Ribeirão Preto, 16 de dezembro de 2024.

Wagner Martins Moreira[1]

[1] Especialista em Escolas Resilientes e Educação para a Redução de Riscos de Desastres pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; professor da educação básica da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: wagnermmoreira@gmail.com.